

RELATÓRIO DE GESTÃO **2023 - 2024**

PODER JUDICIÁRIO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

SUMÁRIO

02

Apresentação

05

Composição da Corte

21

Uma gestão de conquistas

29

Indicadores Judiciais

37

Indicadores da Área Administrativa

116

Relatório Geral das Comissões, Subcomitês,
Grupos de Trabalho, e Núcleos do Tribunal
de Justiça do Amazonas

160

ESMAM

291

EJUD

APRESENTAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

ADMINISTRAÇÃO
DE EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO

TERMINADO NA DD
CORONEL JOSE CARDOSO RAMALHO JUNIOR
MCM

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão 2023/2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM). Este documento tem o propósito de informar e detalhar as ações e os resultados alcançados pela Administração do Tribunal, refletindo o comprometimento desta gestão com a eficiência, transparência, acessibilidade, pacificação social e o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional no Estado do Amazonas.

Neste relatório, é destacada a gestão administrativa das Secretarias, Setores e Divisões que integram a estrutura do TJAM, além de apresentar indicadores judiciais que ilustram a produtividade das Unidades Judiciárias, as inovações implementadas e as metas alcançadas no período. A elaboração deste relatório visa reforçar o compromisso do TJAM com a sociedade amazonense e com a justiça social,

destacando as iniciativas que garantem um Judiciário mais acessível, célere e eficiente, além de evidenciar o impacto das inovações tecnológicas e administrativas implementadas ao longo desses dois anos.

A inovação foi um pilar fundamental desta gestão. O TJAM investiu continuamente em práticas socioambientais, capacitação de magistrados, servidores e estagiários em novas tecnologias e sistemas informatizados, para otimizar a tramitação processual e reduzir o tempo de resposta ao público. Ferramentas essas que não só garantem mais agilidade, mas também maior acessibilidade à Justiça, permitindo que a população tenha mais facilidade no acesso aos serviços judiciais.

Outro ponto crucial abordado no relatório é o cumprimento das metas estabelecidas pelo

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Administração do TJAM empenhou-se para garantir que os objetivos planejados fossem alcançados, permitindo à Corte alcançar inúmeros prêmios, dentre os quais o, até então inédito “Selo Diamante” conquistado no Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça nos anos de 2023 e 2024.

As conquistas que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas vem obtendo é fruto do trabalho conjunto dos valorosos magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estagiários e demais colaboradores desta Corte de Justiça que, dia após dia, se dedicam a aprimorar o funcionamento do Judiciário do Amazonense. Cada um desempenha um papel essencial na concretização do direito fundamental dos cidadãos ao acesso à justiça de qualidade e na consolidação do Tribunal de Justiça do Amazonas como referência em todo o Brasil.

Assim, projetamos um futuro com ainda mais conquistas, sempre com foco na justiça social, no fortalecimento do Estado de Direito e no acesso universal à Justiça para todos os cidadãos do Amazonas. Este é, portanto, um compromisso renovado do Tribunal de Justiça do Amazonas com o bem-estar coletivo, com a ética e com a responsabilidade pública, visando a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, equânime e respeitosa aos direitos de cada cidadão.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

Des.^a Nélia Caminha Jorge

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas



COMPOSIÇÃO DA CORTE

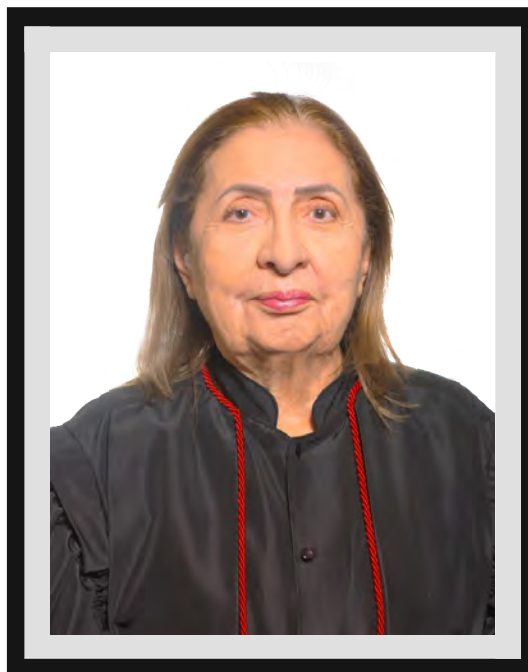


PODER JUDICIÁRIO
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAPÁ**

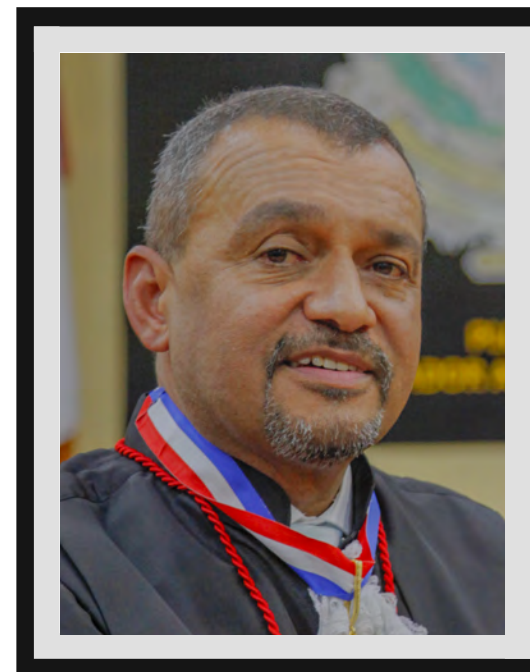
DESEMBARGADORES



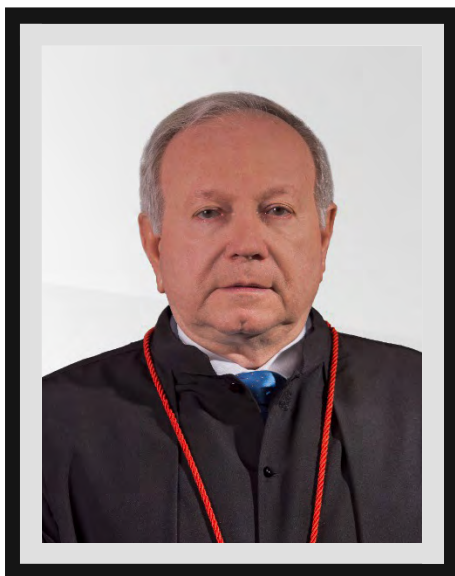
Des.ª Nélia Caminha Jorge
Presidente do TJAM



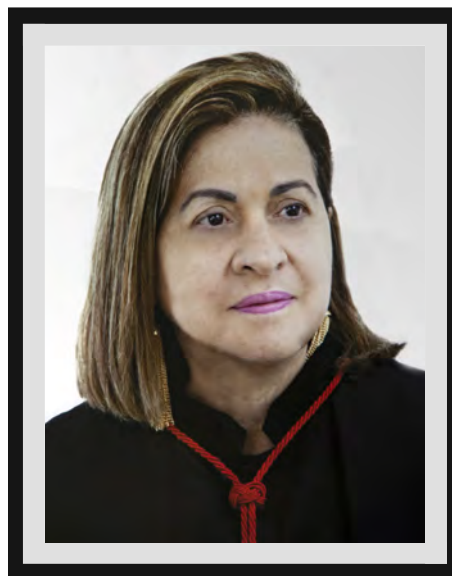
Des.ª Joana dos Santos Meirelles
Vice-Presidente do TJAM



Des. Jomar Saunders Fernandes
*Corregedor-Geral de Justiça
do TJAM*



Des. João de Jesus Abdala Simões



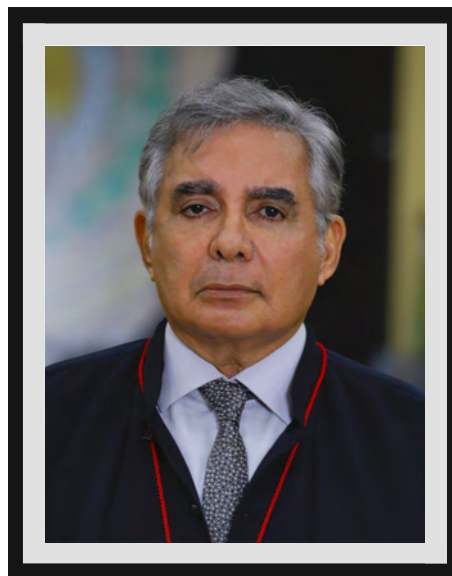
Des.ª Maria das Graças Pessoa Figueiredo



Des.ª Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura



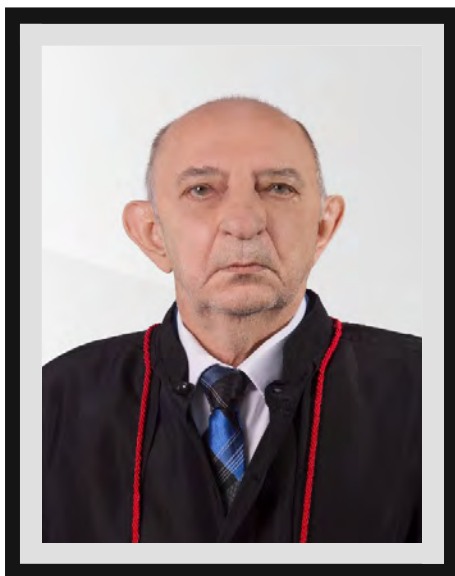
Des. Yêdo Simões de Oliveira



Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes



Des. Paulo Cesar Caminha e Lima



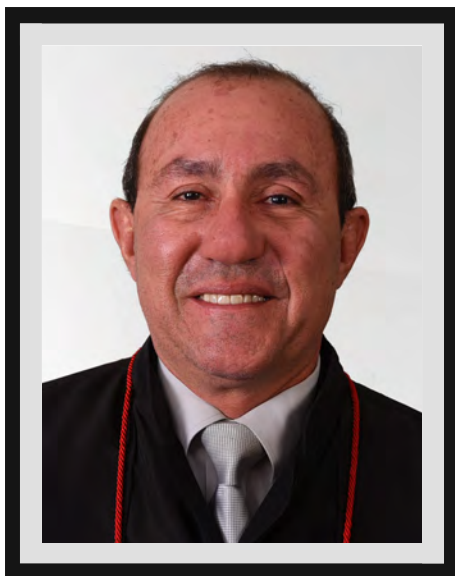
Des. Domingos Jorge Chalub Pereira



Des. Cláudio César Ramalheira Roessing



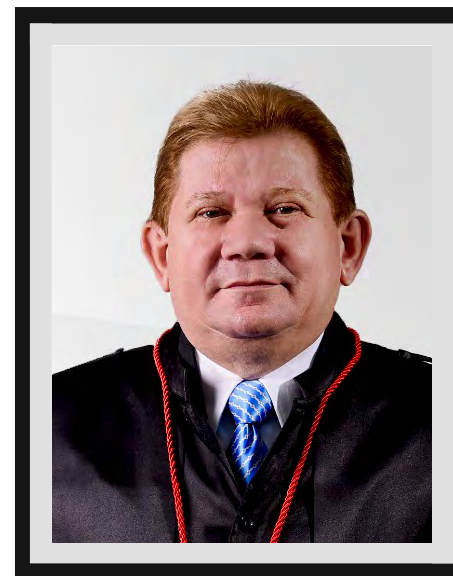
Des. Jorge Manoel Lopes Lins



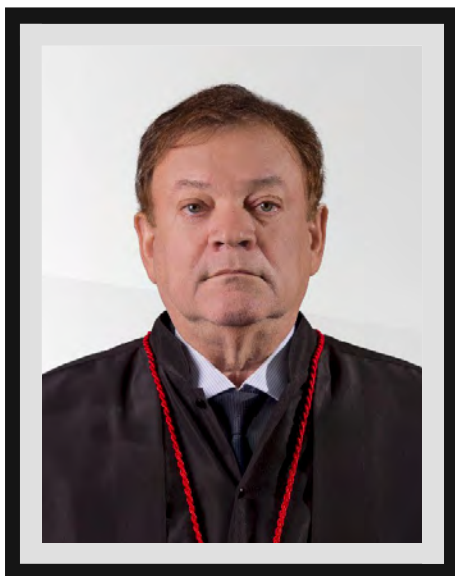
Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior



Des. Airton Luís Corrêa Gentil



Des. José Hamilton Saraiva dos Santos



Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro



Des. Elci Simões de Oliveira



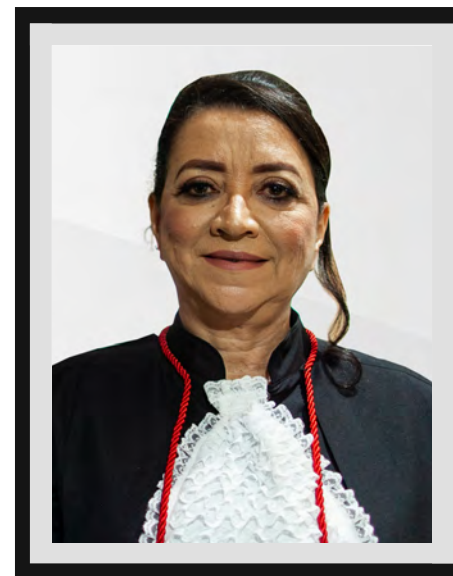
Des. Délcio Luis Santos



Des.ª Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques



Des. Abraham Peixoto Campos Filho



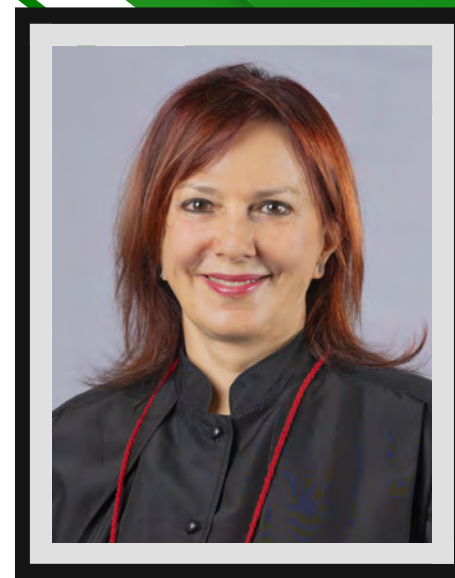
Des.ª Onilza Abreu Gerth



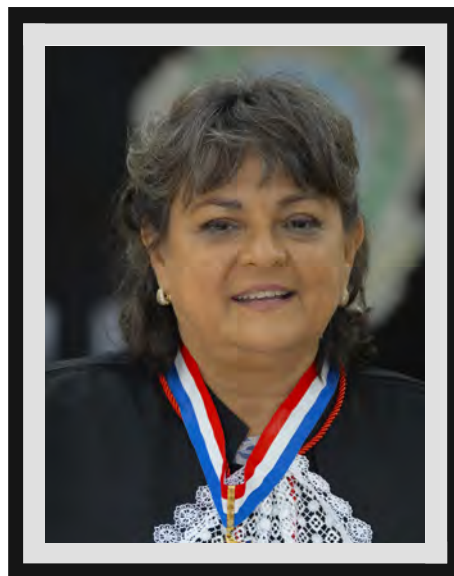
Des. César Luiz Bandiera



Des.ª Mirza Telma de Oliveira Cunha



Des.ª Carla Maria Santos dos Reis



Des.ª Luiza Cristina Nascimento da Costa



Des. Henrique Veiga Lima

JUÍZES AUXILIARES

PRESIDÊNCIA



Vanessa Leite Mota



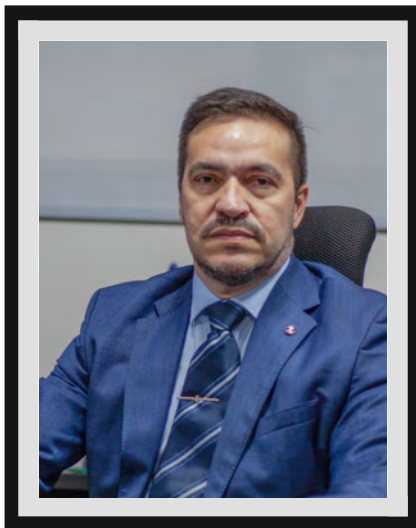
Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello



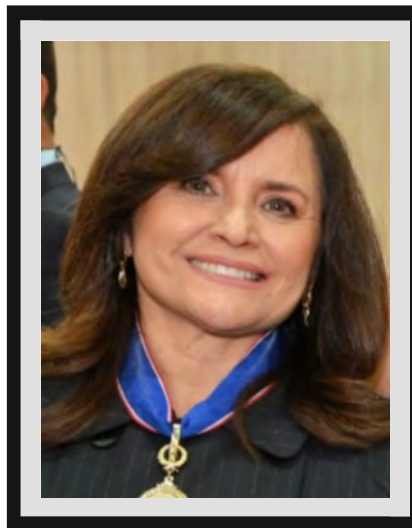
Igor de Carvalho Leal Campagnolli

JUÍZES AUXILIARES

VICE-PRESIDÊNCIA



Jean Carlos Pimentel dos Santos



Margareth Rose Cruz Hoagen



Gonçalo Brandão de Sousa

JUÍZES AUXILIARES

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Áldrin Henrique de Castro Rodrigues



Julião Lemos Sobral Júnior



Rafael Almeida Cró Brito

JUÍZES DE DIREITO



- Adonaid Abrantes de Souza Tavares
- Alcides Carvalho Vieira Filho
- Aldrin Henrique de Castro Rodrigues
- Alessandra Cristina R. C. Gondim M
- Alexandre Henrique Novaes de Araújo
- Alexandre Lopes Lasmar
- Aline Kelly Ribeiro Marcovicz Lins
- Ana Lorena Teixeira Gazzineo
- Ana Maria de Oliveira Diógenes
- Ana Paula de Medeiros Braga Buss
- Anagali Marcon Bertazzo
- André Luíz Nogueira Borges de Carvalho
- Andréa Jane Silva de Medeiros

- Anésio Rocha Pinheiro
- Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior
- Antônio Itamar de Sousa Gonzaga
- Articlina Oliveira Guimarães
- Aurea Lina Gomes Araújo
- Bárbara Folhadela Paulain
- Caio César Barbosa Catunda de Souza
- Careen Aguiar Fernandes
- Cássio André Borges dos Santos
- Celso Antunes da Silveira Filho
- Celso Souza de Paula
- Cid da Veiga Soares Júnior
- Cláudia Monteiro Pereira Batista

JUÍZES DE DIREITO

- Cleonice Fernandes de Menezes
- Diego Daniel Dal Bosco
- Dinah Câmara Fernandes Abrahão
- Diógenes Vidal Pessoa Neto
- Dídimio Santana Barros Filho
- Eliezer Fernandes Júnior
- Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral
- Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira da Silva
- Etelvina Lobo Braga
- Eulinete Melo da Silva Tribuzy
- Everaldo da Silva Lira
- Fábio César Olintho de Souza
- Fábio Lopes Alfaia
- Flávio Henrique Albuquerque de Araújo
- Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz
- Francisco Soares de Souza
- Frank Augusto Lemos do Nascimento
- George Hamilton Lins Barroso
- Gildo Alves de Carvalho Filho
- Glen Hudson Paulain Machado
- Ian Andrezzo Dutra
- Ida Maria Costa de Andrade
- Igor de Carvalho Leal Campagnolli
- Irlena Leal Benchimol
- Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio
- Jaime Artur Santoro Loureiro

JUÍZES DE DIREITO

- James Oliveira dos Santos
- Jean Carlos Pimentel dos Santos
- Jorsenildo Dourado do Nascimento
- José Renier da Silva Guimarães
- Julião Lemos Sobral Júnior
- Kathleen dos Santos Gomes
- Leoney Figliuolo Harraquian
- Lia Maria Guedes de Freitas
- Lídia de Abreu Carvalho
- Luciana da Eira Nasser
- Luís Alberto Nascimento Albuquerque
- Luís Carlos Honório de Valois Coelho
- Luís Cláudio Cabral Chaves
- Luís Márcio Nascimento Albuquerque
- Luiz Pires de Carvalho Neto
- Manuel Amaro Pereira de Lima
- Marcelo Manuel da Costa Vieira
- Marco Antônio Pinto da Costa
- Marcos Santos Maciel
- Margareth Rose Cruz Hoaegen
- Maria do Perpétuo Socorro da Silva
- Mateus Guedes Rios
- Mauro Moraes Antony
- Márcio Rothier Pinheiro Torres
- Melissa Sanches Silva da Rosa
- Moacir Pereira Batista

JUÍZES DE DIREITO

- Mônica Cristina Raposo da Câmara
- Naira Neila Batista de Oliveira Norte
- Odilio Pereira Costa Neto
- Onildo Santana de Brito
- Patricia Chacon de Oliveira Loureiro
- Patricia Macêdo de Campos
- Paulo Fernando de Britto Feitoza
- Rafael Almeida Cró Brito
- Rafael da Rocha Lima
- Rafael Rodrigo da Silva Raposo
- Rebeca de Mendonça Lima
- Reyson de Souza e Silva
- Rivaldo Matos Norões Filho
- Roberto Hermidas de Aragão Filho
- Roberto Santos Taketomi
- Roger Luiz Paz de Almeida
- Rogério José da Costa Vieira
- Ronnie Frank Torres Stone
- Rosália Guimarães Sarmento
- Roseane do Vale Cavalcante Jacinto
- Rosselberto Himenes
- Sabrina Cumba Ferreira
- Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
- Scarlet Braga Barbosa Viana
- Sheilla Jordana de Sales
- Silvânia Corrêa Ferreira

JUÍZES DE DIREITO

- Simone Laurent Arruda da Silva
- Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva
- Themis Catunda de Souza Lourenço
- Vanessa Leite Mota
- Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
- Víctor André Liuzzi Gomes
- Alex Jesus de Souza
- Anderson Luiz Franco de Oliveira
- Andressa Piazzzi da Silva
- André Luiz Muquy
- Barbara Marinho Nogueira
- Bruno Rafael Orsi
- Charles José Fernandes da Cruz
- Clarissa Ribeiro Lino
- Daniel do Nascimento Manussakis
- Danielle Monteiro Fernandes Auquiz
- Danny Rodrigues Moraes
- David Nicollas Vieira Lins
- Diego Brum Legaspe Barbosa
- Diego Martinez Fervenza Cantoario
- Edson Rosas Neto
- Eduardo Alves Walker
- Emmanuel Ormond de Souza
- Fabiola de Souza Bastos Silva
- Felipe Nogueira Cadengue de Lucena
- Francisco Possidônio da Conceição

JUÍZES DE DIREITO

- Geildson de Souza Lima
- Gonçalo Brandão de Sousa
- Hercílio Tenório de Barros Filho
- Igor Caminha Jorge
- Jacinta Silva dos Santos
- Janeiline de Sá Carneiro
- Janio Tutomu Takeda
- João Gabriel Cirelli Medeiros
- Joseilda Pereira Bilio
- Juliana Arrais Mousinho
- Juline Rossendy Rosa Neres
- Laossy Amorim Marquezini
- Larissa Padilha Roriz Penna
- Leonardo Mattedi Matarangas
- Lucas Couto Bezerra
- Luiziana Teles Feitosa Anacleto
- Manoel Atila Araripe Autran Nunes
- Marcelo Cruz de Oliveira
- Marco Aurélio Plazzi Palis
- Maria da Graça Giuletta C de Carvalho
- Michael Matos de Araújo
- Mychelle Martins Auatt Freitas
- Naia Moreira Yamamura
- Nayara de Lima Moreira Antunes
- Nilo da Rocha Marinho Neto
- Otávio Augusto Ferraro

JUÍZES DE DIREITO

- Paulo José Benevides dos Santos
- Pedro Esio Correia de Oliveira
- Priscila Maia Barreto
- Priscila Pinheiro Pereira
- Rebecca Ailen Nogueira Vieira Aufiero
- Renata Tavares Afonso Fonseca C
- Romulo Garcia Barros Silva
- Rosberg de Souza Crozara
- Samuel Pereira Porfirio
- Saulo Goes Pinto
- Tamiris Gualberto Figueiredo
- Tânia Mara Granito
- Tulio de Oliveira Dorinho
- Virginia Morosin Rodriques
- Yuri Caminha Jorge

UMA GESTÃO DE CONQUISTAS



PODER JUDICIÁRIO
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

UMA GESTÃO DE CONQUISTAS

O Tribunal de Justiça do Amazonas conquistou diversas premiações nos anos de 2023 e 2024, o que indica o resultado positivo do esforço conjunto de todos os envolvidos na realização de um trabalho contínuo pelo aprimoramento dos serviços desenvolvidos e demonstra o reconhecimento das equipes das áreas administrativa e judicial por sua atuação.

Selo Diamante CNJ 2023

Dentre os prêmios alcançados, destaca-se o “Prêmio CNJ de Qualidade 2023 – na Categoria Diamante” conferido em dezembro de 2023 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para reconhecer o desempenho dos tribunais nos eixos Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia, pela primeira vez obtido pelo TJAM.

Conforme os indicadores apurados pelo CNJ, no eixo “Governança” o TJAM atingiu a pontuação de 367, o

que representa 90,62% da pontuação máxima prevista; no eixo “Produtividade” a pontuação chegou a 462, o equivalente a 75,12%; em “Transparência” a pontuação atingida foi 100, ou 83,33% da pontuação máxima; e no eixo “Dados e Tecnologia” foram 565 pontos, representando 98,26% da pontuação máxima no indicador. No cômputo geral, o índice alcançado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas foi de 87,11%.

Selo Diamante Atricon

Outro selo obtido pela instituição no nível “Diamante” foi concedido pela Associação dos Membros do Tribunal de Contas do Brasil (Atricon), por meio da avaliação denominada “Radar Nacional da Transparência Pública”, tanto em 2023 quanto em 2024.

Em 2024, o TJAM alcançou 99,06% no índice de transparência, enquanto a média das instituições avaliadas ficou em 63,94%. O parâmetro adotado

foram as informações disponibilizadas no portal, nas seguintes dimensões: “Planejamento e Prestação de Contas”; “Informações Institucionais”; “LGPD e Governo Digital”; “Informações Prioritárias”; “Receitas”; “Recursos Humanos”; “Obras”; “Despesas”; “Diárias”; “Ouvidoria” e “SIC (Serviço de Informação ao Cidadão)”.

Selo Linguagem Simples

O Tribunal de Justiça do Amazonas também foi contemplado com o “Selo Linguagem Simples 2024”, concedido pela primeira vez pelo CNJ para reconhecer os esforços dos órgãos do Judiciário para aplicação da linguagem direta e compreensível em suas comunicações e especialmente em decisões judiciais.

Este selo é uma das ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, lançado em

dezembro de 2023 e que recebeu a adesão de todos os tribunais do país. No total, 750 iniciativas foram inscritas; destas, 60 foram classificadas e 48 receberam o selo em solenidade no dia 16/10/2024, em Brasília. As iniciativas dos tribunais foram analisadas em cinco eixos: “Simplificação da linguagem nos documentos”; “Brevidade nas comunicações”; “Educação, conscientização e capacitação”; “Tecnologia da informação”; e “Articulação interinstitucional e social”.

Prêmio Juízo Verde

O TJAM também recebeu, em 23/06/2024, o “Prêmio Juízo Verde”, concedido pelo CNJ para homenagear iniciativas voltadas à proteção do meio ambiente ou que contribuam com a produtividade do Poder Judiciário na área ambiental.

A premiação contemplou duas modalidades na edição de 2024: “Boas Práticas” e “Desempenho”. A corte

estadual foi vencedora na modalidade “Desempenho”, no eixo “Indicadores de Produtividade” pela prestação jurisdicional na área ambiental, devido aos resultados obtidos no Índice de Atendimento à Demanda (IAD).

IgovTIC-JUD

O Tribunal de Justiça do Amazonas alcançou em 2023 o primeiro lugar dentre todos os 94 tribunais brasileiros e conselhos, com 99,66 pontos no ranking que atesta o “Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)”, pelo qual o CNJ avalia e acompanha a situação da governança, gestão e infraestrutura dos órgãos do Poder Judiciário nesta área.

Em 2024, o TJAM obteve o primeiro lugar dentre os órgãos de pequeno porte, com 98,59 pontos,

mantendo o nível de excelência conquistado no ano anterior. A classificação ocorre de acordo com o grau de maturidade no segmento: baixo, satisfatório, aprimorado e de excelência.

Índice de Desempenho de Sustentabilidade no País (IDS)

Em 05/06/2024 o CNJ divulgou o “8.º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário” e o TJAM foi a Corte de Justiça, no segmento de tribunais estaduais, com o melhor Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) no Brasil. Este é o terceiro ano consecutivo que o TJAM aparece no topo do ranking, desta vez com o IDS de 77,4.

Para a definição do índice são levados em consideração: consumo de água, copos, papel, energia elétrica, telefonia; gastos com copos descartáveis; transporte; água envasada; impressos;

destinação de material para reciclagem, entre outros.

Eficiência

Em 2024, o TJAM alcançou a pontuação máxima, com 100% de eficiência, no Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus), indicador que integra o relatório anual “Justiça em Números”, elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

No resultado global, levando-se em consideração as instâncias de 1.º e 2.º graus e a área administrativa, ficaram com 100% de IPC-Jus os Tribunais de Justiça do Amazonas, de Rondônia, de Roraima e do Rio Grande do Sul. É o terceiro ano consecutivo que o TJAM fica entre os tribunais que alcançam o topo da lista.

O IPC-Jus é medido a partir de uma técnica de análise de dados que permite mensurar a eficiência dos

tribunais de forma comparativa, considerando os recursos ou insumos disponíveis e os resultados que gera em benefício da sociedade por meio da prestação jurisdicional. A metodologia utilizada compara tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte.

Equidade Racial

O TJAM foi destacado em 2024 pelo CNJ no “Prêmio Equidade Racial do Poder Judiciário”. Por suas iniciativas de favorecimento à equidade racial, a instituição ficou na 2.ª colocação no prêmio em seu eixo “Desempenho”.

Neste eixo, foram contabilizados, no âmbito dos tribunais brasileiros, o percentual de pessoas negras presentes na composição de comitês e comissões, como palestrantes em eventos, e a realização de eventos, campanhas e capacitações sobre o tema. As ações institucionais empreendidas pelo TJAM em

favorecimento à equidade racial e em combate ao preconceito são projetadas e desenvolvidas pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação.

Prêmio de Inovação J.Ex

Em 2023, o TJAM recebeu homenagem como finalista na categoria “Inovação na Gestão” com a prática “SPC Jud – Mais Agilidade e Menos Burocracia”, projeto iniciado em 2021, em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojista de Manaus (CDL Manaus) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

A premiação é uma iniciativa do Judiciário Exponencial com apoio da Fundação Instituto de Administração, para reconhecer e incentivar as iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas no sistema de justiça. Neste ano, foram

apresentadas mais de 600 práticas, em oito categorias.

Redes sociais

O Tribunal de Justiça do Amazonas foi destaque em 2024 entre os dez tribunais brasileiros com os melhores perfis de redes sociais no Brasil. Esta é a primeira vez que o TJAM figura no ranking em levantamento realizado pela plataforma de inteligência e monitoramento “Social Media Gov Analytics”.

No levantamento nacional, o TJAM foi destacado ao registrar o número de 268.731 interações com a sociedade no ano de 2023. A avaliação abrange o cálculo total de engajamentos, incluindo: comentários realizados pelos usuários das redes sociais, compartilhamentos, salvamentos e curtidas.

Pelo retrospecto, o TJAM passou a figurar no 8.º lugar no ranking que avaliou o mesmo desempenho dos

tribunais estaduais e do Distrito Federal. A instituição está presente na internet com as redes sociais: Instagram, Facebook, TikTok, “X” (antigo Twiter) e também fazendo uso da plataforma YouTube.

Prêmio IIA May Brasil

O TJAM foi anunciado em 2023 como uma das instituições brasileiras vencedoras do “Prêmio IIA May Brasil” pelo qual o Instituto de Auditores Internos do Brasil reconhece as instituições que melhor promovem valor e conscientização da auditoria interna nas organizações.

O Poder Judiciário do Estado do Amazonas foi destacado nacionalmente em razão das atividades realizadas por sua Secretaria de Auditoria Interna (SAI) que, conforme relatório de ações avaliado pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil, desenvolveu em maio de 2023 uma série de atividades de conscientização da auditoria interna.





O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) conquistou pela segunda vez consecutiva o selo “Diamante” no Prêmio CNJ de Qualidade, ficando em primeiro lugar entre os tribunais estaduais de pequeno porte em 2024, com 90,18% da pontuação total definida para a premiação. Em 2023, o TJAM alcançou pela primeira vez o selo com 87,11% da pontuação, sendo 85% o estipulado para a concessão deste selo.

A premiação de 2024 foi recebida pela presidente do TJAM, desembargadora Nélia Caminha Jorge, durante o “18.º

Encontro Nacional do Poder Judiciário”, realizado em (03/12), em Campo Grande (MS), evento que reúne os presidentes dos tribunais para debater e votar as Metas Nacionais do Judiciário Brasileiro de 2025. A presidente Nélia subiu ao palco acompanhada do coordenador da Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário do TJAM e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM), desembargador João Simões. O corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, também participou da cerimônia.

INDICADORES JUDICIAIS

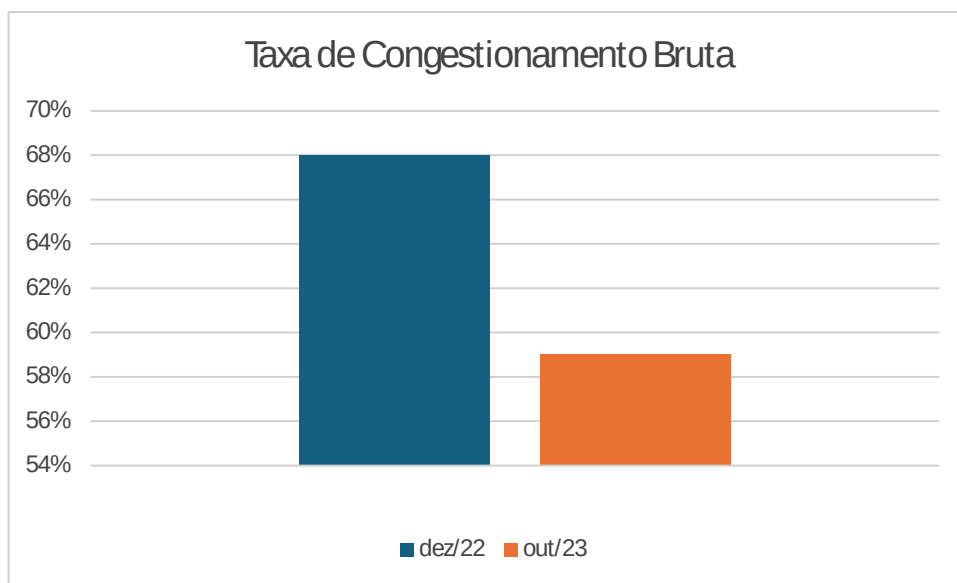


PODER JUDICIÁRIO
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

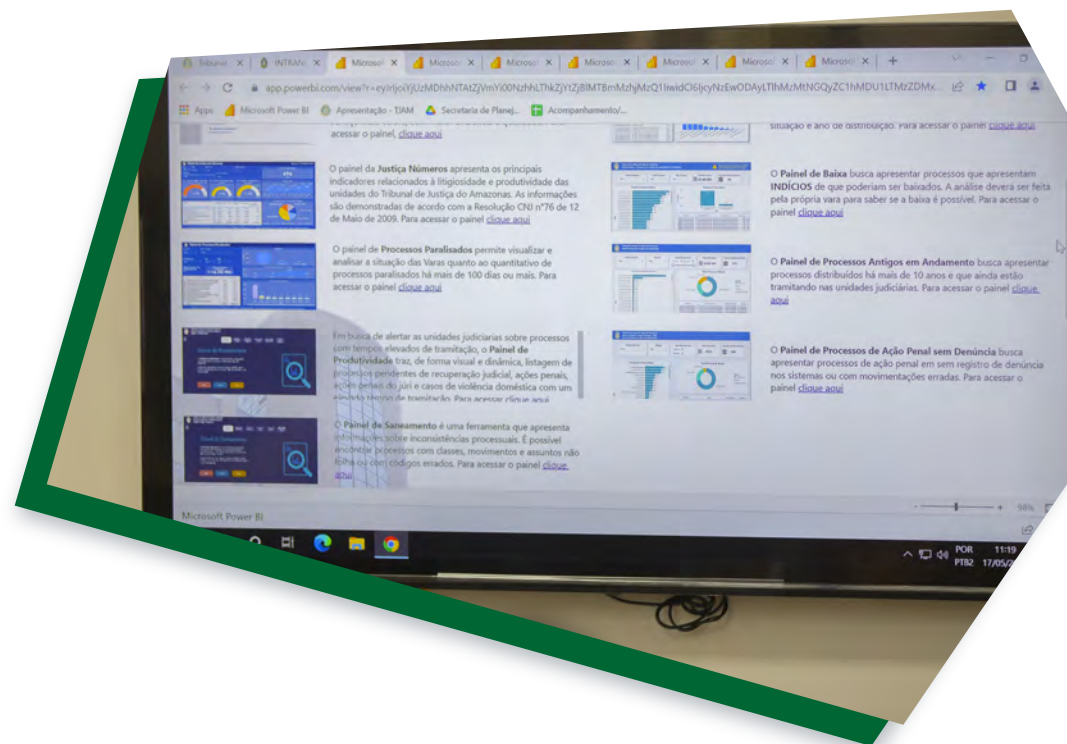
INDICADORES JUDICIAIS

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

A Taxa de Congestionamento é o indicador que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução comparativamente ao total de processos tramitados no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do Tribunal

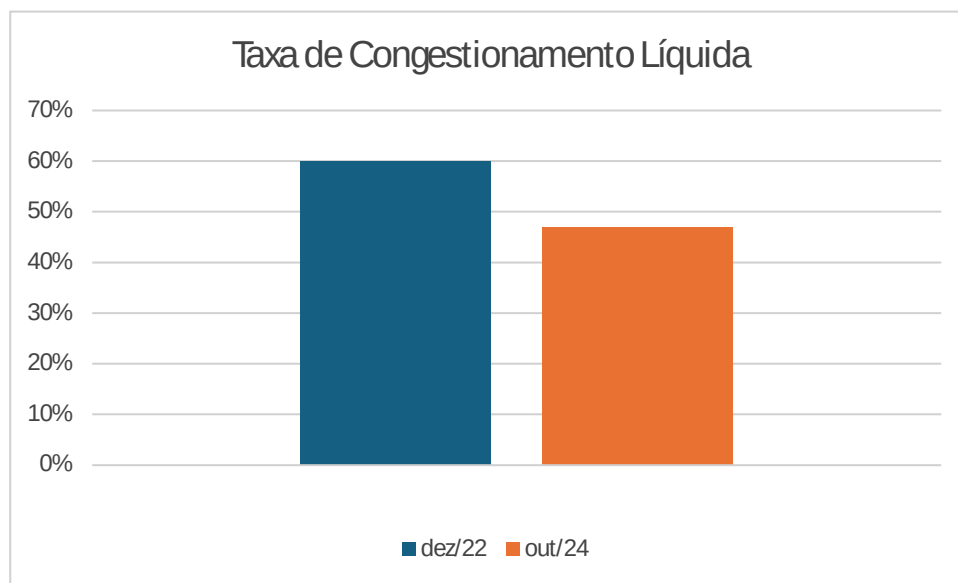


Para entender: Em Dezembro de 2022, para cada 100 processos que fizeram parte do acervo do Tribunal nos 12 meses anteriores, 68 processos seguiam sem solução. Em outubro de 2024, para cada 100 processos que fizeram parte do acervo do Tribunal nos 12 meses anteriores, o índice caiu para 58 processos.



TAXA DE CONGESTIONAMENTO

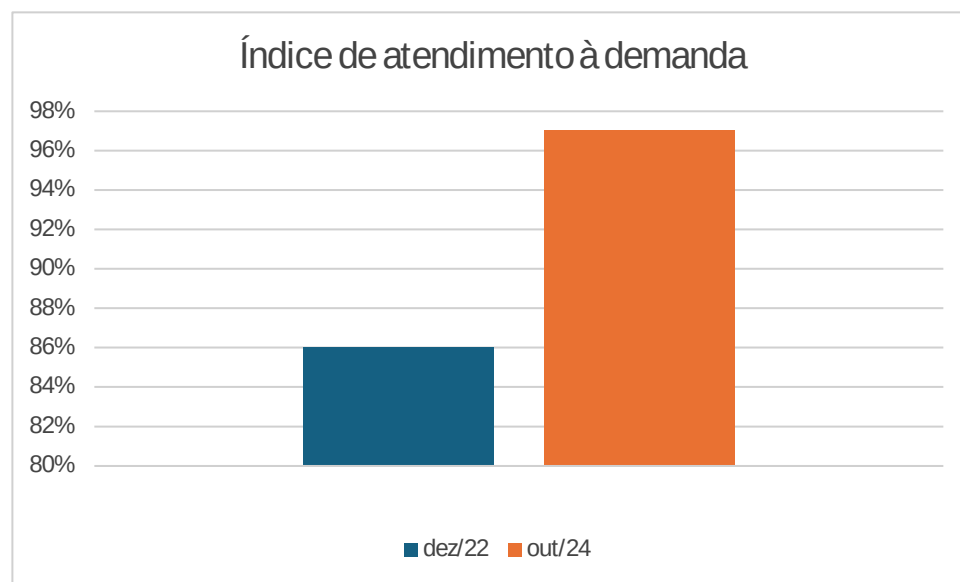
A Taxa de Congestionamento é o indicador que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução comparativamente ao total de processos tramitados no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do Tribunal



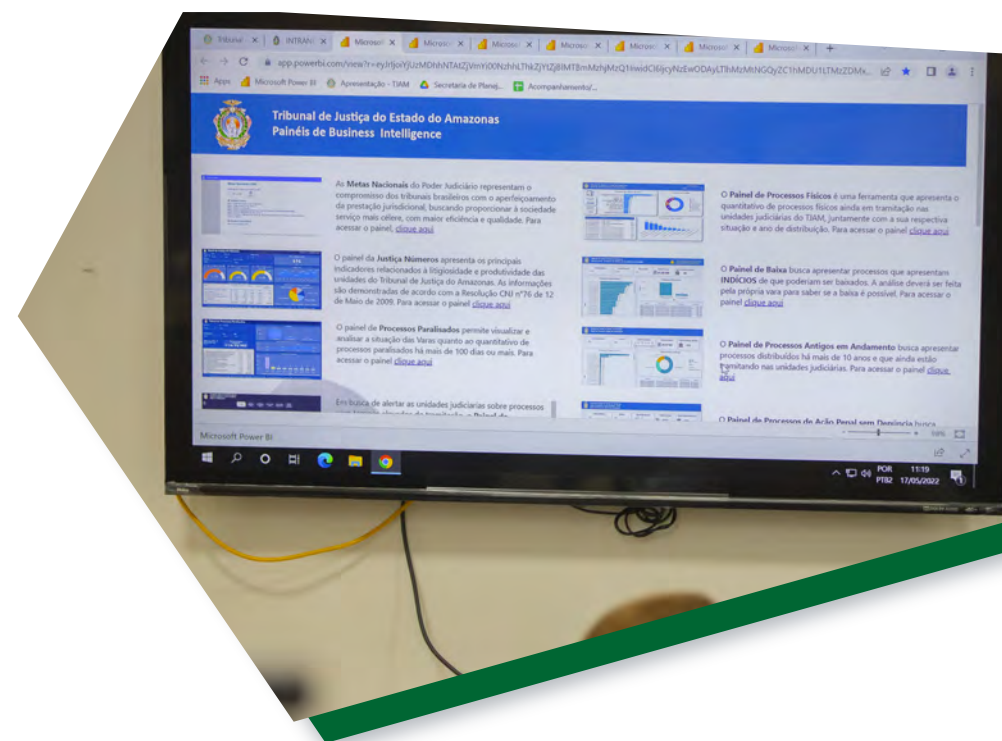
Para entender: Em Dezembro de 2022, para cada 100 processos que efetivamente tramitaram (desconsiderando os suspensos/arquivados provisoriamente) nos 12 meses anteriores, 60 seguiam sem solução. Em Outubro de 2024, o índice foi reduzido para 47 processos.



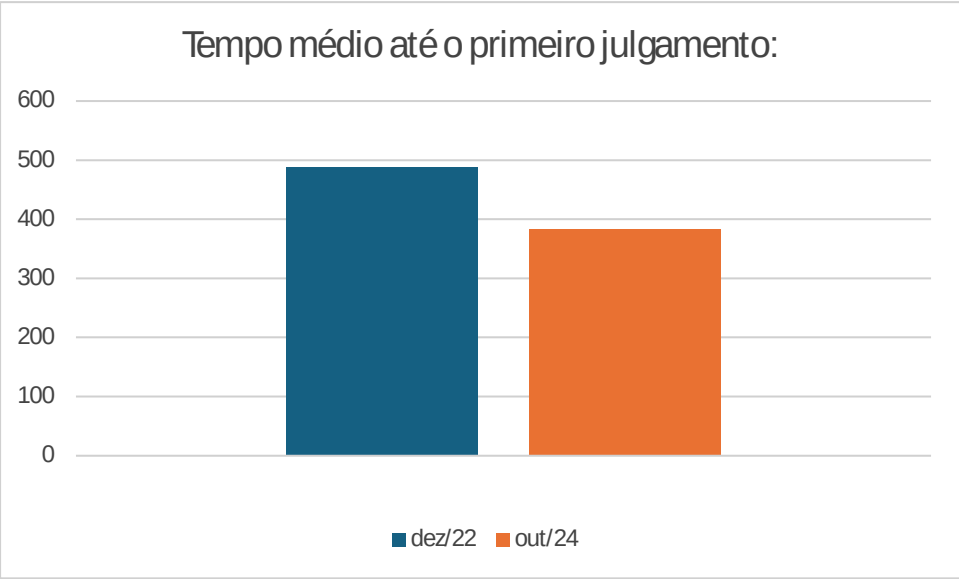
ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA



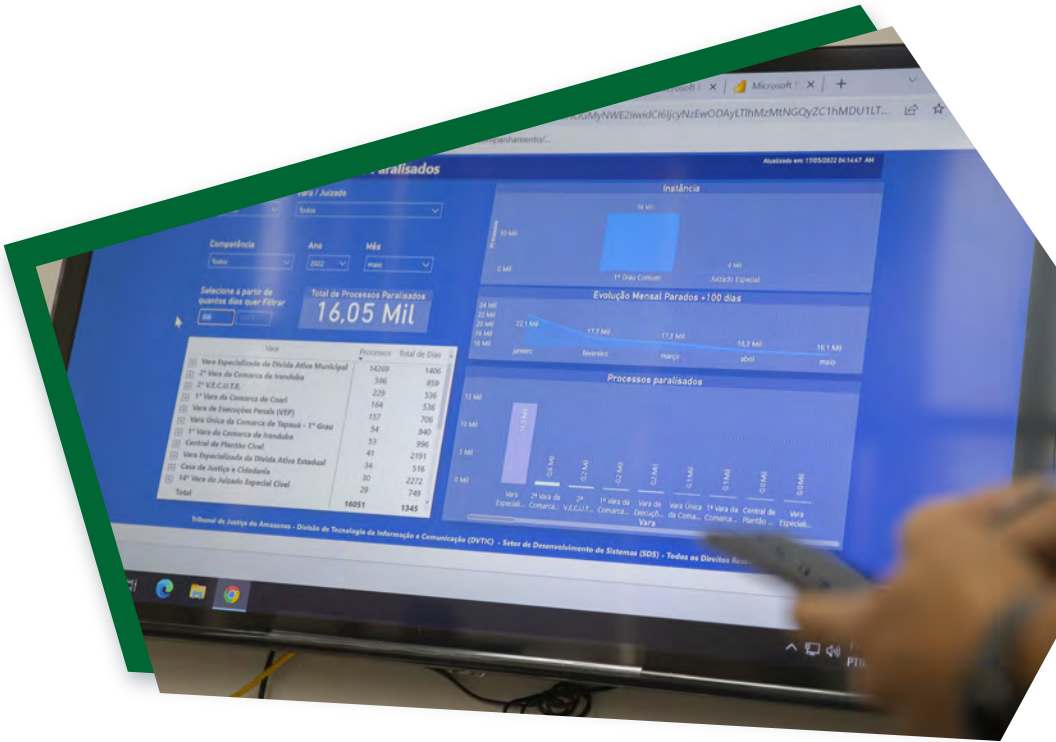
Para entender: Em Dezembro de 2023, para cada 100 processos ingressados no Tribunal em um período de 12 meses, 86 processos eram baixados no mesmo período. Em Outubro de 2024, para cada 100 processos ingressados no Tribunal, 97 eram baixados no mesmo período.



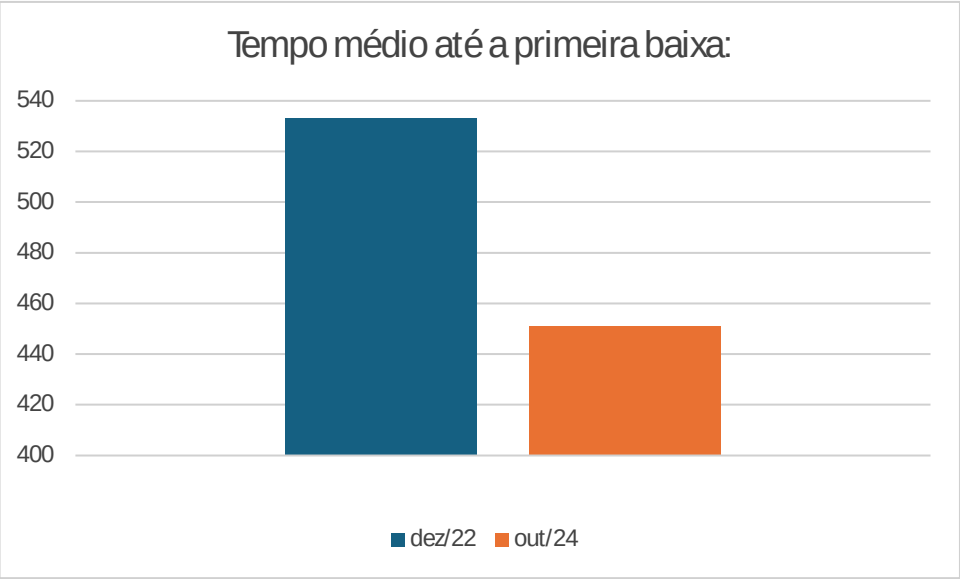
INDICADORES DE TEMPO DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL (EM DIAS)



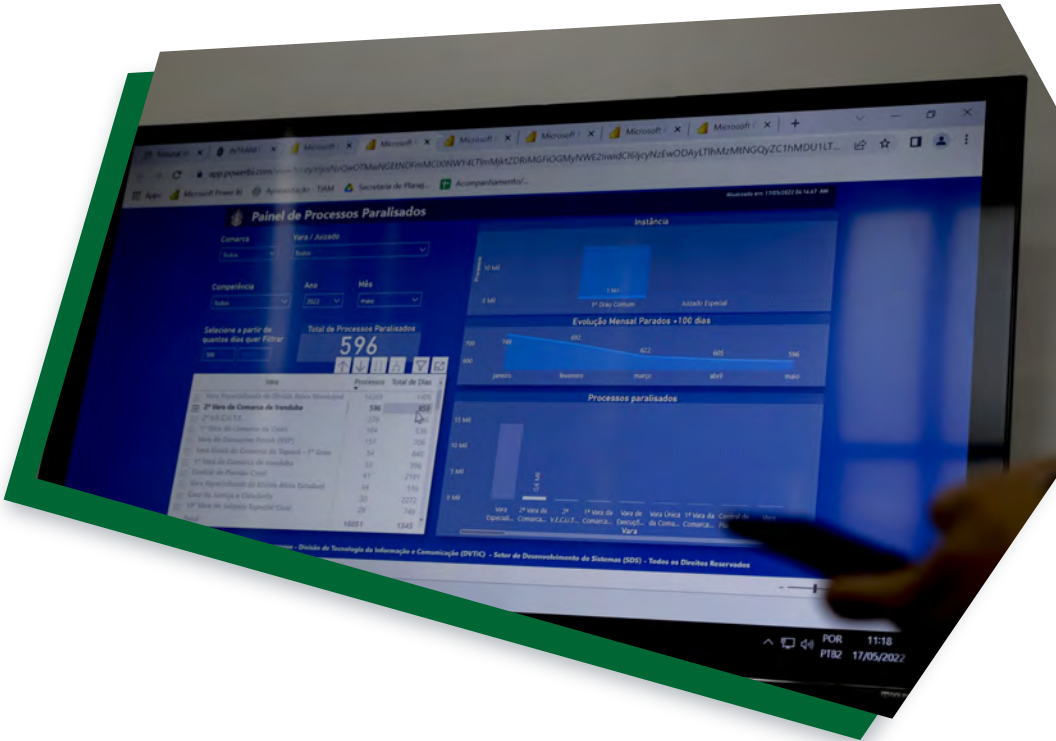
Para entender: A média de dias passados entre o início do processo e a sua primeira sentença, era de 488 dias (em Dezembro de 2022). Em Outubro de 2024 este índice foi reduzido para 384 dias.



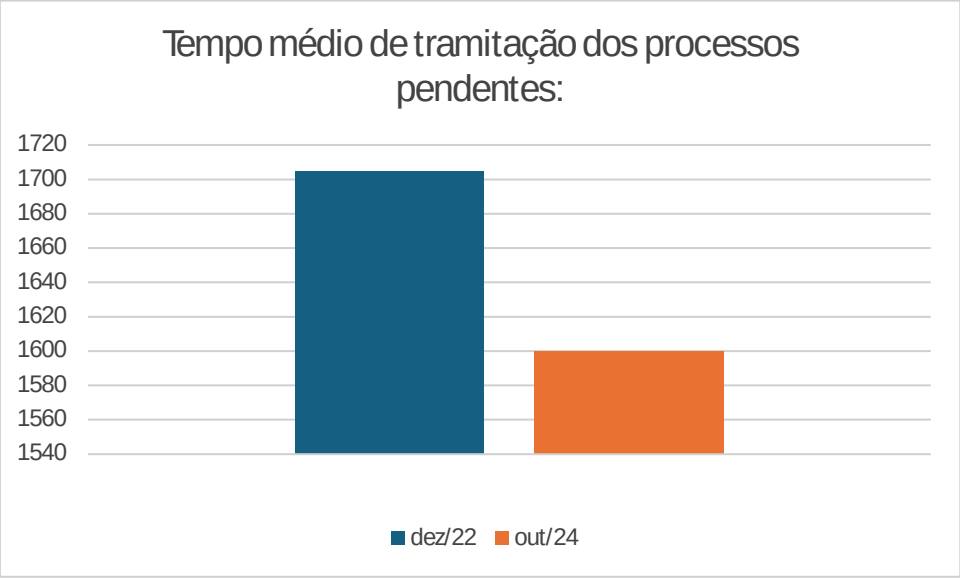
TEMPO MÉDIO ATÉ A PRIMEIRA BAIXA:



Para entender: A média de dias passados entre o início do processo e a sua primeira baixa era de 533 dias (em Dezembro de 2022). Em Outubro de 2024 este índice foi reduzido para 451 dias.



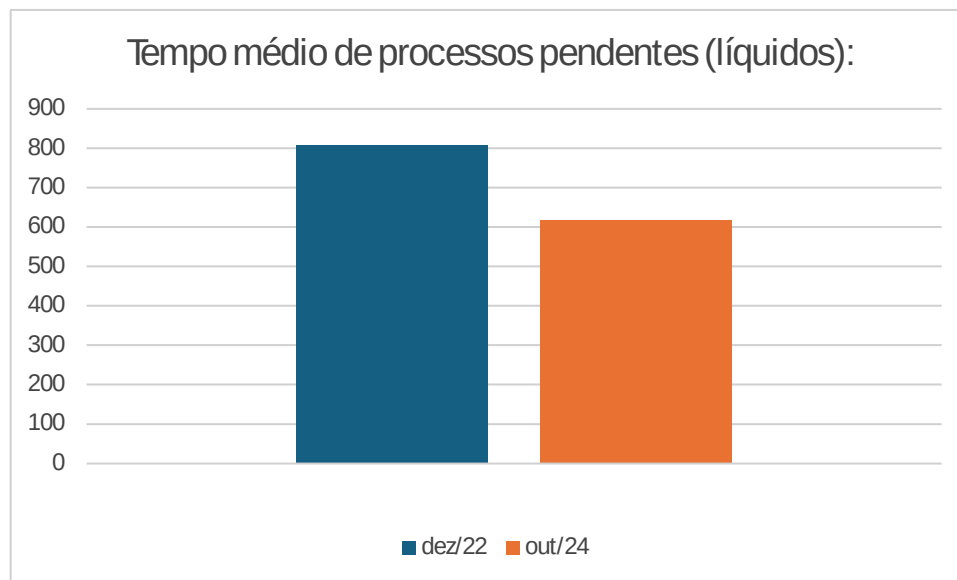
TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES:



Para entender: O tempo médio de tramitação de todo o acervo do TJAM ao final de 2022 era de 1705 dias e passou para 1600 dias em Outubro de 2024.



TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES:



Para entender: O tempo médio de efetiva tramitação (desconsiderando os suspensos e o tempo em que cada processo permaneceu suspenso no TJAM ao final de 2022 era de 809 dias e passou para 617 dias em Outubro de 2024.



INDICADORES DA ÁREA ADMINISTRATIVA

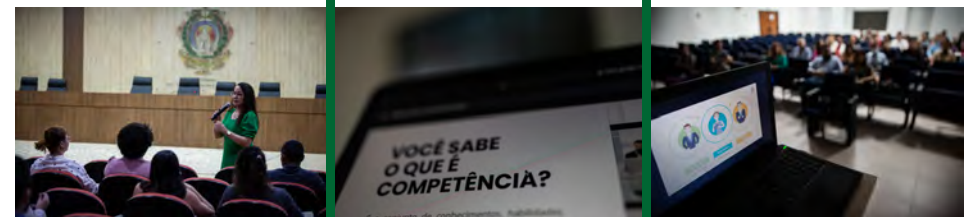


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAPÁ

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEGEp)

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEp) é subordinada diretamente à Secretaria de Administração (SECAD) e tem por finalidade desenvolver as atividades destinadas ao provimento de cargos, a concursos públicos, à gestão por competências, à lotação e movimentação funcional dos servidores, à valorização de pessoas, à atualização e manutenção dos registros funcionais, ao programa de estágio e de teletrabalho, à concessão de direitos funcionais, ao cumprimento de deveres dos servidores e à remuneração dos servidores e dos magistrados.

Além das Assessorias de Atendimento e Suporte, de Tecnologia e Pesquisa, e de Legislação e Jurisprudência, a SEGEp abrange as Divisões de Provimento e Movimentação de Pessoas, de Informações Funcionais, de Folha de Pagamento, e de Gestão do Teletrabalho, com suas respectivas seções.



Entre os resultados alcançados no biênio, destacam-se: a integração da área de gestão de pessoas, modernizando as práticas e rotinas de trabalho; a diminuição no tempo de tramitação dos processos administrativos relacionados à área de pessoas; a desburocratização de processos de trabalho e redução de atividades repetitivas; a ampliação das oportunidades de estágio para estudantes de Direito do Amazonas; melhor adequação, aproveitamento e adaptação de novos servidores nomeados, o que contribui para a qualidade de vida no trabalho e para a produtividade institucional; aproximação de magistrados e servidores aos recursos de gestão de pessoas, fomentados pela área especializada no tema; fortalecimento da gestão por competências. Dentre as atividades desenvolvidas pela SEGEp

tiveram destaque os seguintes processos de trabalho e projetos relacionados à área de pessoas:

Nomeação para provimento de cargos efetivos

No biênio 2023/2024 foram nomeados 221 candidatos aprovados no concurso público regido pelo edital n.º 01/2019-TJAM para o provimento de 131 cargos efetivos.

Implantação de procedimentos para nomeação, posse, exercício e exoneração em cargos comissionados

Com o advento da Resolução n.º 07/2024, foi implantado procedimento para nomeação, posse, exercício e exoneração em cargos comissionados, pois que se fazia necessária a padronização para dar

cumprimento às exigências quanto ao e-Social.

Entrega de documentação no ingresso de novos servidores e estagiários

Foram implementados formulários avançados na plataforma Google Forms para recebimentos, unicamente em formato digital, de dados e documentos de ingressantes e nomeados para cargos de servidores e estagiários. Este formato garantiu a manutenção do sigilo de dados pessoais e dados sensíveis do grupo, conforme determina a LGPD.

Atualização cadastral

Foi realizado estudo sobre os itens que compõem a ficha funcional, a partir das informações solicitadas

permanentemente pelo e-Social, CNJ e Amazonprev, com o objetivo de elaborar formulários eletrônicos de atualização cadastral dos dados pessoais e profissionais exigidos a todos os magistrados, servidores, cedidos, estagiários e voluntários vinculados ao TJAM. Com a atualização cadastral foi possível o cumprimento de obrigações legais no âmbito de pessoal, como por exemplo, a adesão ao novo Módulo de Produtividade Mensal do CNJ.

Programa de Estágio

Além das atividades regulares de oferta de estágio de nível superior em diversas áreas de formação para a capital e interior do Amazonas, foi instituído o estágio presencial em Direito para algumas comarcas do interior.

Foram realizadas cinco seleções públicas para

estágio em Direito, sendo três para a Capital e duas para o interior, resultando na renovação do quadro de estagiários, sendo convocados 1.159 estudantes; desses, 905 ainda encontram-se ativos.

Informações e Registros Funcionais

Foram revistos fluxos de trabalho e alguns dos temas abarcados pela desburocratização dos processos foram os relacionados a licenças, férias, inclusão de dependentes, usufruto de folgas, estágio probatório, nomeação, exoneração, lotação e relotação, pagamento de auxílios e adicionais, estágio, justificativas de ausências, progressão funcional, jornada especial de trabalho, entre outros.

Automatização de rotinas de trabalho

As rotinas de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas continuaram em atualização, visando ao uso

cada vez mais constante da tecnologia alinhada aos resultados mais rápidos e confiáveis, especialmente nas apurações, coleta e levantamentos de dados, produção de relatórios, orientações quanto ao uso de ferramentas de trabalho e diretrizes trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados. Um exemplo da aplicação foi na obrigação para levantamento dos saldos de férias e licença especial após inspeção do CNJ.

Dimensionamento da força de trabalho

O dimensionamento da força de trabalho tem como objetivo quantificar e qualificar dados da distribuição de pessoal nas diversas unidades do TJAM, conforme as demandas de trabalho e as competências exigidas por lotação. O trabalho pretende equalizar o quantitativo de servidores, com

foco no 1.º grau de jurisdição, dar transparência aos processos de mapeamento e distribuição de pessoas e prevenir a sobrecarga de trabalho, para evitar adoecimentos.

Foi encaminhada à Presidência uma minuta de resolução, que trata sobre parâmetros referentes à distribuição de servidores no 1.º grau e à movimentação entre as unidades, e que encontra-se em fase de avaliação pela administração.

Implementação da gestão de processos de trabalho

A gestão de processos de trabalho já foi implementada na SEGEP, a partir do desenho dos fluxos e da criação de modelos no sistema SEI. Por outro lado, a revisão dos fluxos de processos administrativos é realizada constantemente, em razão das alterações normativas e de competências,

da edição de novas resoluções e portarias, que também ocorrem com frequência.

Com a instalação do novo sistema de gestão de pessoas, e a partir do uso de suas funcionalidades, será possível diminuir requerimentos e formalização de pedidos no sistema SEI, otimizando de forma qualitativa e quantitativa o melhor gerenciamento dos processos de trabalho.

Conferência e atualização dos saldos de férias e de licenças especiais

Para corrigir a falta de relatórios informatizados consistentes do sistema GRH e apresentar o saldo de férias e de licenças especiais revisado, foi criado um grupo de trabalho que iniciou suas atividades em março de 2023.

Os componentes do grupo foram encarregados de conferir a situação funcional de cada magistrado e servidor no que diz respeito ao usufruto de férias e

licenças especiais, a partir de buscas em arquivos físicos, virtuais e publicações para averiguar o quantitativo remanescente. Ao término do trabalho foi possível obter dados confiáveis para a emissão dos relatórios solicitados pelo CNJ e para a tomada de decisões administrativas.

Amortização do passivo de pecúnias dos servidores

Em julho de 2024, a Secretaria de Gestão de Pessoas informou à Presidência a situação dos processos de conversão em pecúnia de servidores autorizados pelo CNJ, em fila para pagamento, que totalizavam demanda financeira no valor de R\$ 8.582.845,83, sem correção monetária. Nesse sentido, a Presidência do TJAM, adotando como baliza o interesse público na diminuição da dívida, autorizou,

excepcionalmente, o pagamento no valor de R\$ 2.026.558,51, mediante renúncia às atualizações monetárias sobre o valor apurado, ação que assegurou a redução de 23,61% do total do passivo existente.

Férias e licenças especiais concedidas de ofício aos servidores com mais de 70 anos e com a percepção de abono de permanência

Diante da proximidade do desligamento dos servidores com mais de 70 anos ou aqueles com abono de permanência, a SEGEp utilizou a conferência realizada pelo grupo de trabalho para propor a programação mais rápida para estes grupos, a fim de minorar os saldos antes da aposentadoria.

Implementação dos painéis de férias e licenças especiais acumuladas e de fila de pecúnia

A fim de disponibilizar uma visualização das férias acumuladas para os servidores, tendo como objetivo principal colaborar com a programação de usufruto de dias obrigatórios estabelecida na resolução TJAM n.º 36/2023, a SEGEp providenciou um painel atualizado com a forma de regularização dos saldos de férias e licença especial. Além deste, também foi possível a construção de um segundo painel com a fila de pagamento de pecúnias que estão pendentes de pagamento. Os painéis podem ser consultados no portal Gestão de Pessoas.

Implantação da escala de férias dos magistrados

Com o advento da resolução TJAM n.º 35/2023, a SEGEp pôde concretizar um trabalho mais estruturado e eficiente das solicitações de férias dos

magistrados. Atualmente as férias do exercício seguinte devem ser programadas por eles até agosto do ano corrente.

Digitalização de Pastas Funcionais

Foram digitalizados os documentos físicos de 1.071 pastas funcionais, sob a guarda da SEGEP, a fim de otimizar a busca por documentos da vida funcional de servidores e serventuários.

Programa de Gestão por Competências e implementação dos critérios de progressão funcional

A equipe da Secretaria concluiu a 2ª e a 3ª fases do Programa de Gestão por Competências. A 2ª fase consistiu na validação dos postos de trabalho junto

às unidades mapeadas na etapa anterior, através do preenchimento dos formulários pelos servidores, que confirmaram ou refutaram as competências técnicas e comportamentais requeridas e relacionadas aos postos de trabalho ocupados por eles. Na 3ª fase foram realizadas as oficinas presenciais para a explanação do funcionamento da movimentação na carreira pelo critério de merecimento (resolução nº 39/2022).

A realização das avaliações por competências está condicionada à implantação de um sistema integrado de gestão de pessoas, para a efetiva aplicação dos critérios de promoção por merecimento já estabelecidos.

Implementação do Layout Multipag 240

Em conjunto com o Bradesco e a PRODAM, o TJAM

implementou o layout de crédito Multipag 240 posições, para garantir maior segurança no repasse dos créditos bancários referentes aos salários dos magistrados, servidores, estagiários, herdeiros e pensionistas.

A partir do mês de abril de 2024, foi implementado o “Painel de Conciliação do Envio de

Dados de Folha ao Bradesco”, que disponibiliza um arquivo-retorno com a confirmação e/ou rejeição dos agendamentos de pagamentos e auxilia na identificação de créditos bancários não realizados e que retornam para a conta do TJAM. Esta ferramenta permite a regularização das informações no sistema da Folha de Pagamento de forma segura.

Criação da Seção de Gerenciamento do eSocial

A Seção de Gerenciamento do e-Social foi

estabelecida pela resolução nº 56/2023, alterada pela resolução nº 16/2024, com o objetivo de acompanhar as atividades relacionadas ao envio dos eventos periódicos do e-Social, oportunizando uma administração mais eficiente maior agilidade para identificar e, na medida do possível, sanar inconsistências e erros.

Regularização de entregas do imposto de renda dos anos de 2017 a 2023

Seguindo determinação em inspeções do CNJ e de setores de compliance do próprio TJAM, a SEGEP procedeu com a convocação dos servidores e magistrados que tivessem alguma pendência na entrega das declarações do imposto de renda, conforme a lei federal n.º 8.429/1992.

Melhoria na identificação visual dos crachás

Foi adquirida pela SEGEP uma nova impressora de crachás mais moderna e ágil, o que permite um rápido atendimento no ingresso ou na substituição da identificação funcional de servidores e estagiários.

Modalidade de trabalho de assistente judicial de Entrância Inicial

Passou-se a exigir dos servidores ocupantes do cargo de assistente judicial de Entrância Inicial (PJ-AJEI) manifestação expressa quanto ao exercício do cargo de forma presencial ou na modalidade de teletrabalho, quando do momento da posse. Tal solicitação se deve ao fato que os servidores não estavam solicitando a inclusão no teletrabalho,

ficando assim em uma situação indefinida.

Esse cargo possui lotação exclusiva nas comarcas do interior e, no exercício presencial, a frequência do servidor é aferida por meio de relatório apresentado mensalmente pelo Juízo, seguido de atesto do superior hierárquico; na hipótese de optar pelo teletrabalho, o servidor deve fazer um requerimento no SEI, solicitando o ingresso no programa.

Envio de frequência dos servidores disponibilizados ao TJAM

A SEGEP fez a instauração processos individualizados para os servidores que estão à disposição do TJAM, a fim de encaminhar ao órgão de origem sua frequência no local de lotação. Tais documentos são encaminhados mensalmente, tendo o processo validade de um ano, sendo utilizado durante todo o ano civil.

TELETRABALHO

O Programa de Teletrabalho foi instituído no TJAM em 2017, com um projeto-piloto baseado na experiência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, inicialmente com a participação de sete servidores da área judiciária de Manaus.

Devido aos bons resultados, em 2018 novos editais foram lançados, com vagas também na área administrativa. No ano seguinte, o programa foi reconhecido como a melhor prática de gestão de pessoas pelo CNJ na categoria Planejamento de Gestão de Pessoas, dentre 153 práticas inscritas por tribunais; também conquistou o 2º lugar no prêmio Guerreiro Ramos, de melhores práticas de gestão pública, pelo Conselho Federal de Administração. Em 2021, o programa conquistou seu terceiro prêmio, o 3º lugar no 5º Prêmio de

Inovação no Expojud, na categoria inovação na gestão.

Novas regulamentações foram dadas ao programa, ampliando a quantidade de servidores por setor, trazendo mudanças nos critérios de ingresso e permanência; tratando da realização do curso de capacitação de forma remota, além de oficina de atualização a teletrabalhadores e gestores (de forma remota e assíncrona), entre outros aspectos.

As atividades são conduzidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Divisão de Gestão de Teletrabalho, e pela Comissão Permanente do Teletrabalho, que verificam a eficácia contínua e o impacto positivo na gestão de pessoas e na produtividade institucional. O programa se baseia

em três pilares: produtividade, qualidade de vida e qualidade do trabalho.

Tem havido maior adesão dos servidores ao programa, incluindo os de comarcas do interior, o que demonstra o reconhecimento dos benefícios proporcionados pelo teletrabalho, e a média das metas de produtividade vai além dos 30% superiores ao trabalho presencial (estabelecidos na resolução n.º 23/22). No aspecto da eficiência organizacional identifica-se a redução de custos operacionais, como consumo de diversos tipos de materiais e recursos, energia elétrica, espaço físico, estacionamento e compartilhamento de conexões de internet, entre outros.

Em janeiro de 2023 houve a implementação do Sistema de Gestão do Teletrabalho, desenvolvido

pela equipe de Tecnologia da Informação e da Comunicação do TJAM, para melhorar a gestão, o controle e o acompanhamento do programa nos prazos previstos. O sistema recebeu menção de boas práticas pelo CNJ, após visita à Secretaria de Gestão de Pessoas e à Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, em agosto de 2023.

O programa de teletrabalho vem alcançando os objetivos a que se propõe, dentre eles: aumentar a eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos; promover mecanismos para atrair servidores, motivá-los e comprometê-los com os objetivos da instituição; economizar tempo e reduzir custo de deslocamento dos servidores ao local de trabalho; contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de emissão de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica,

papel, internet, material de informática e outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos do Poder Judiciário; e aumentar a qualidade de vida dos servidores.

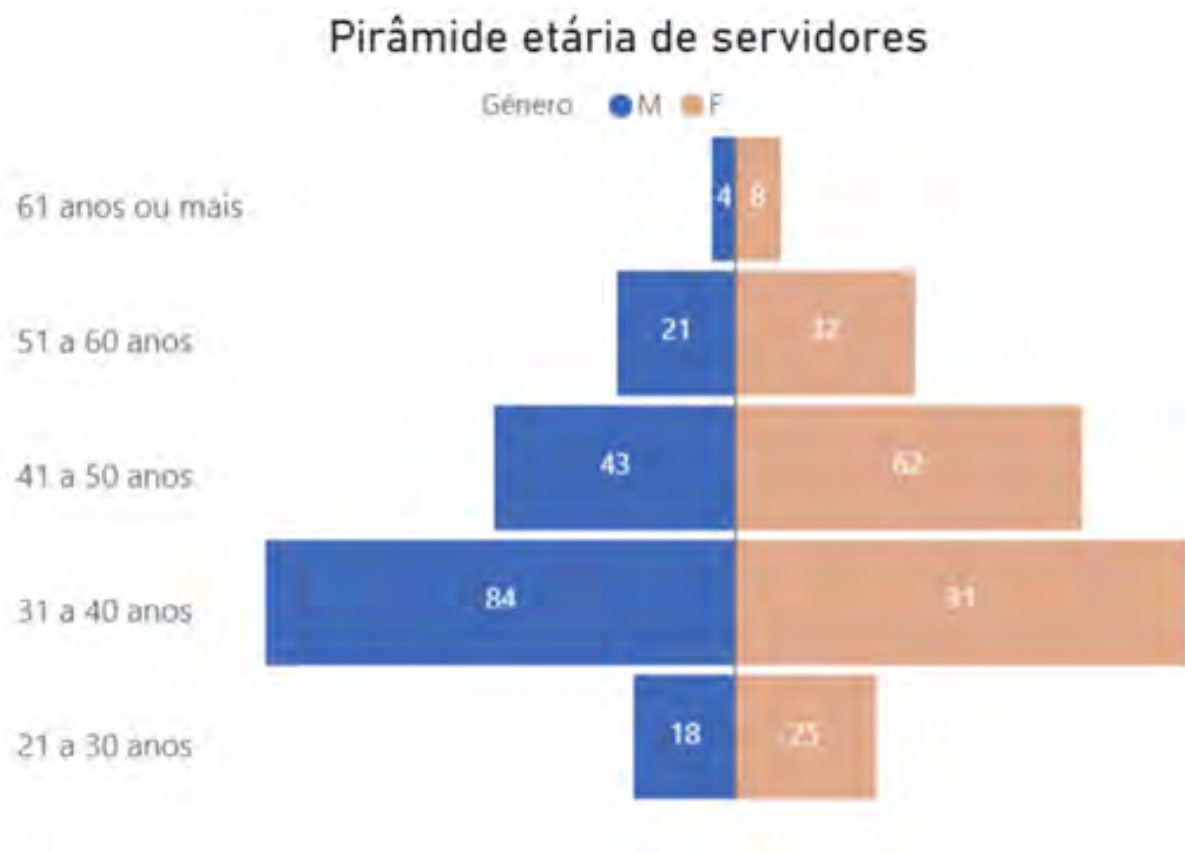
O programa de teletrabalho foi incluído como uma das ações prioritárias no Macrodesafio 1 (Aperfeiçoamento da gestão de pessoas) do Planejamento Estratégico 2021-2026, visando à ampliação e ao aprimoramento do programa.

No final de 2023 o programa tinha 351 servidores em teletrabalho, representando aproximadamente 13,5% da força de trabalho total do tribunal; ao fim do primeiro semestre de 2024 eram 378 teletrabalhadores; e em outubro de 2024, já eram 399 teletrabalhadores na instituição, no ano com maior percentual de ingressos no programa desde 2017.



DADOS DO FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

Sexo: 55% dos teletrabalhadores eram do sexo feminino e 45% do sexo masculino;
Faixa etária: 44,1% entre 31 e 40 anos; 27% entre 41 e 50 anos; 15,7% entre 51 e 60 anos;
10,2% de 21 e 30 anos; e 3% com 61 anos ou mais.



DADOS DO FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

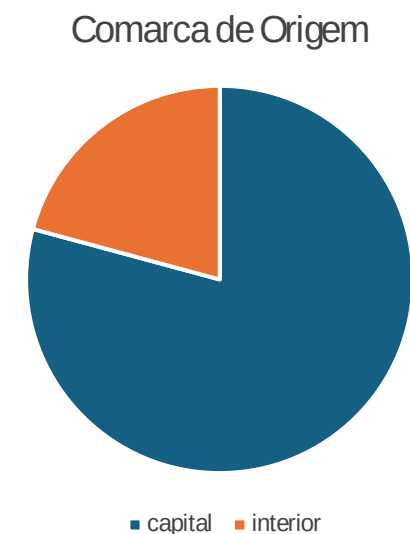
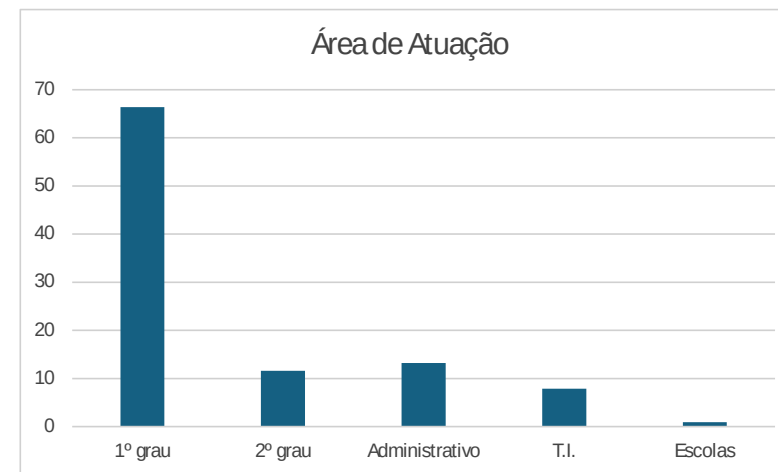
Pessoas com deficiência: 18
(13 do sexo masculino e 5 do sexo feminino).

Área de atuação:

1º grau: 66,4%;
2º grau: 11,6%;
administrativo: 13,2%;
tecnologia da informação: 7,9%;
escolas: 0,9%.

Comarca de origem:

capital: 79,2%;
interior: 20,8%.



DADOS DO FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

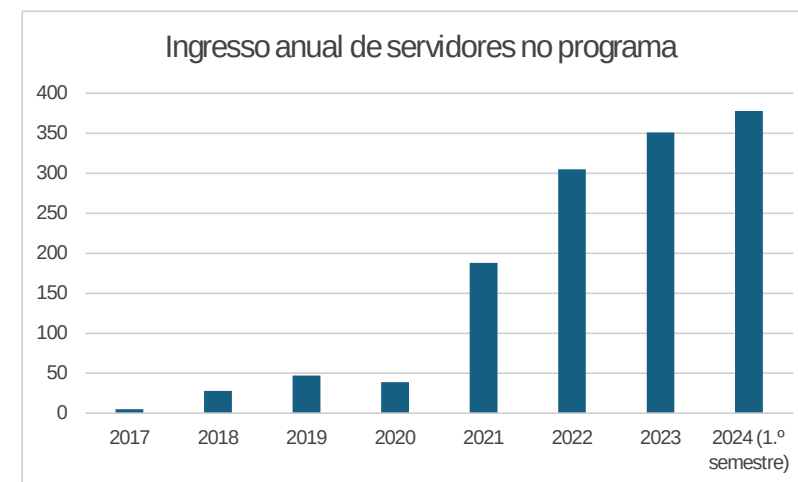
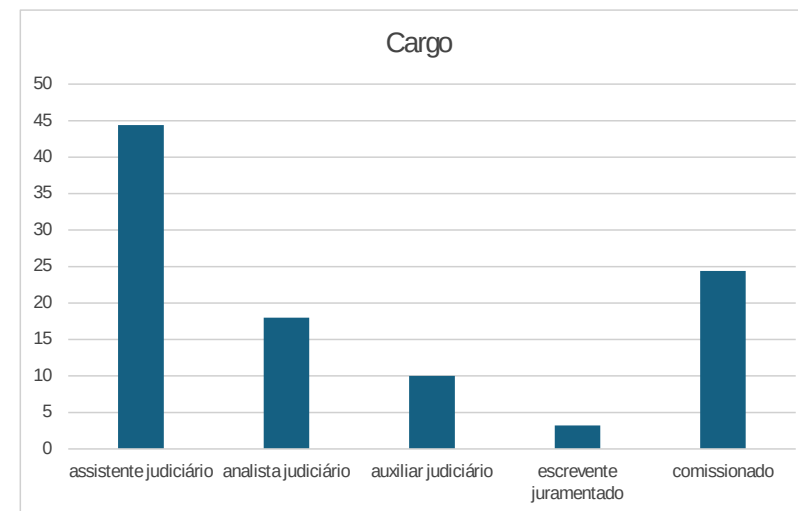
Cargo:

assistente judiciário: 44,4%;
analista judiciário: 18%;
auxiliar judiciário: 10%;
escrevente juramentado 3,2%;
comissionado: 24,4%.

Dentre os servidores em cargo comissionado ou função gratificada há assistente judicial de entrância inicial, assistente de diretor de secretaria, assessor de juiz de entrância final, entre outros.

Ingresso anual de servidores no programa:

2017: 5
2018: 28
2019: 47
2020: 39
2021: 188
2022: 305
2023: 351
2024 (1.º semestre): 378

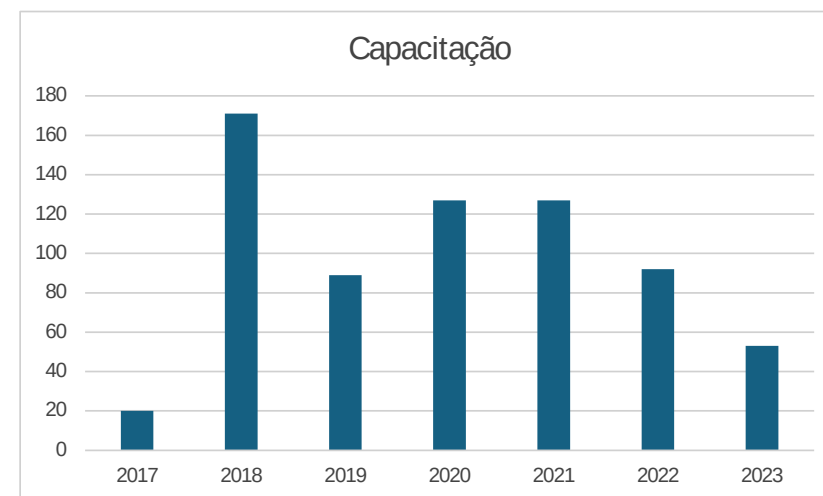


DADOS DO FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

Capacitação:

Desde 2017, ano de criação do Programa de Teletrabalho, foram habilitados 982 servidores e gestores para o teletrabalho.

2017: 20
2018: 171
2019: 89
2020: 127
2021: 421
2022: 97
2023: 57



Comissão Permanente do Teletrabalho

A Comissão Permanente do Teletrabalho tem natureza permanente no TJAM e participa da gestão do programa, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Divisão de Gestão do Teletrabalho.

Sob a presidência da desembargadora Carla Reis, a equipe realiza a análise de pedidos de ingresso no programa de teletrabalho, esclarece dúvidas; delibera sobre situações de descumprimento das normas por servidores; atende a pedidos de consultas da direção do programa; e propõe sugestões para alterar a resolução que rege o programa.

Entre as atividades supervisionadas está a apresentação obrigatória de relatórios de produtividade por teletrabalhadores e gestores a fim de comprovar o alcance das metas definidas, no Sistema de Gestão de Teletrabalho; sendo elaborados relatórios mensais pelo teletrabalhador e trimestrais pelo gestor, com a avaliação do trabalho realizado.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (SETIC)



A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) é unidade especializada do TJAM, subordinada à Secretaria de Administração (SECAD), tendo por finalidade planejar e gerenciar soluções tecnológicas efetivas e de serviços prioritários estabelecidos em planejamento do TJAM, proporcionando avanços crescentes na melhoria de produtividade dos serviços oferecidos pelo Judiciário amazonense.

A atual estrutura do setor dispõe de um Gabinete da Secretaria e cinco divisões: Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC; Divisão de Infraestrutura de TIC; Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais da Capital; Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior; e Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas, cada qual com suas equipes e subdivisões.

Dentre as iniciativas da Secretaria para cumprimento dos principais requisitos da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026, prevista na resolução CNJ nº 370/2021, destaca-se o fomento à coordenação de macroprocessos de TIC, com a identificação e definição precisa dos macroprocessos e responsáveis pela sua coordenação, garantindo uma clara atribuição de responsabilidades e um melhor gerenciamento das atividades na área.

Outras 20 iniciativas desenvolvidas foram: estruturação das funções gerenciais de TIC; atualização do Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC; alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e

Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD); atualização do Plano Anual de Capacitações; atualização do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços; constituição do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação multidisciplinar; revisão e atualização do Comitê Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação; disponibilização dos artefatos do Plano de Contratações no Portal do TJAM; fomento à utilização do Connect-Jus (Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário criada para a troca de experiências entre os tribunais de justiça do Brasil, que requer a alimentação do referido portal com processos, planos e ações importantes desenvolvidos); manutenção dos resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD), em nível de excelência desde 2019; atualização e

execução do Plano de Trabalho da SETIC; constituição do Plano de Gestão de Riscos de TIC; atualização da Política de Segurança da Informação (PSI); atualização do Plano de Transformação Digital; atualização e revisão do Processo de Desenvolvimento de Software; fomento à aderência ao programa de adoção de nuvem, em conformidade com as diretrizes da ENTIC-JUD; implantação do painel Power BI de Catálogo de Projetos SETIC 2024; implantação do painel Power BI de Acompanhamento (SETIC); fomento à aderência dos processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC às determinações do CNJ; implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br).

Na Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC, as principais ações realizadas foram a reforma e

ampliação de estações de trabalho; atualização de softwares de gestão de serviços; instalação e configuração de câmeras para monitoramento; projeto de rede lógica do Fórum Desembargador Mario Verçosa (em reforma); instalação de Sistema de Monitoramento de Temperatura dos Datacenters do Fórum Ministro Henoch Reis; renovação do parque computacional com índice de 77% dos computadores atuais com menos de oito anos de uso; controle e baixa dos chamados abertos através do helpdesk.

Na Divisão de Infraestrutura de TIC foram várias as ações, entre as quais: aquisição de materiais; contratação de serviços; contratação de ferramentas de Segurança de Defesa Cibernética e Gestão de Identidades e Acesso; licenciamento para acesso aos softwares necessários à sustentação dos sistemas mantidos pelo TJAM; contratação de empresa



especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos Sistemas de Alimentação Ininterrupta que alimentam os equipamentos do Datacenter Principal e de Backup; entre outras.

Na Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais da Capital, destacam-se a inclusão das novas varas no SAJ-PG5 e Projudi de Manaus e Iranduba; análise e verificação das metas junto com o Setor de Estatística referente aos sistemas SAJ e Projudi de Manaus; participação no desenvolvimento de painéis estatísticos referentes aos sistemas SAJ; participação no desenvolvimento do migrador dos processos do SAJ para o Projudi; realização e acompanhamento das sessões de julgamento das Câmaras do 2.º grau do TJAM e Turmas Recursais via Zoom com transmissão no Youtube; configurações

do Domicílio Eletrônico do CNJ no SAJ-PG e SAJ-SG; configuração da nova Lei de Custas do TJAM no SAJ-PG e SAJ-SG; e integração com o Banco Nacional de Precedentes no SAJ.

Já a Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior (Projudi) realizou no biênio: mudança dos links satelitais para links de fibra ou rádio, conforme disponibilidade técnica; mudança de toda a rede lógica dos fóruns conforme cronograma; instalação de telefonia VOIP em todas as unidades do interior; instalação de rede de internet wi-fi profissional em todas as unidades do interior; licitação de firewall por soluções mais profissionais e atualizadas; entre outras.

A Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas elaborou mudanças nos módulos para pagamento de precatórios no Alvará Eletrônico 3.0; fez novos layouts de páginas do portal do TJAM (Memória, Museu, Arquivo e Biblioteca, COIJ, Prêmio CNJ de Qualidade, GMF e outras páginas). A equipe também atuou no desenvolvimento de sistemas para atender o Programa de Teletrabalho, mandados judiciais, Fiscalização e Controle dos Serviços Extrajudiciais; cadastro e controle de advogados voluntários; Gestão de Bens Apreendidos armazenados no depósito público; Gestão de Servidores em Condição Especial de Trabalho; diversas funcionalidades no Projudi e no projeto de inteligência artificial denominado Arandu, entre outras atividades.

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA (SAI)

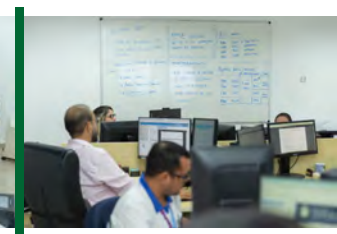
A Secretaria de Auditoria Interna (SAI), vinculada à Presidência do TJAM, é composta por uma equipe de dez servidores, que atuam na realização de exames para analisar a adequação e a eficácia da governança, da gestão, do gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos administrativos da instituição, com atividades de avaliação e consultoria.

A avaliação constitui atividade de auditoria, compreendendo as etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento das recomendações ou determinações. A consultoria, por sua vez, é feita com atividades de orientação técnica, prestadas após solicitação ao setor, como também as atividades de treinamento e capacitação que se referem à disseminação de conhecimento por meio de cursos,

seminários, elaboração de manuais e atividades afins.

Dentre as atividades ligadas aos Planos Anuais de Auditoria destacam-se as ações da Coordenadoria de Consultoria, da Coordenadoria de Avaliação e de Monitoramento das Ações de Consultoria e Avaliação. E as atividades de Secretaria abrangem os Planos Anuais de Capacitação e o Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade. A seguir, algumas das ações desenvolvidas pela equipe.

No período, foram realizadas sete capacitações para apresentação das atividades e funcionamento da Secretaria de Auditoria Interna no Curso de Formação Inicial de Servidores, nos meses de janeiro, março, abril, junho, agosto, outubro e novembro de 2023, totalizando 67 participantes. Em maio de 2023, foram



feitas instrutorias de capacitação para servidores do tribunal e de outros órgãos públicos que realizam atividades de auditoria interna. Em novembro de 2023, representante do setor realizou apresentação no II Seminário de Integridade da UFAM, com o tema “Integridade Pública: Ações e Perspectivas”.

A equipe também fez a atualização do Manual de Orientações sobre o Combate ao Nepotismo no Poder Judiciário; atuou em ação multidisciplinar com as unidades administrativas competentes para o preenchimento do questionário de avaliação do sistema e-prevenção, do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção; realizou orientação das unidades administrativas no processo de implementação das ações necessárias para o atendimento da 4ª fase do sistema e-social; prestou

orientação no processo de identificação das necessidades de acessibilidade física que não estejam em conformidade com os normativos técnicos da ABNT e do Estatuto das Pessoas com Deficiência; deu orientação quanto à padronização dos documentos a serem utilizados em medições das obras e serviços de engenharia; fez apresentação de documentos de orientação para regulamentação interna de critérios para a restrição de acesso a processos administrativos, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação e resolução CNJ n.º 215/2015, entre outras ações.

Quanto à avaliação, o setor realizou diversas auditorias, como a ocorrida nos procedimentos relacionados às férias dos servidores; na Execução Orçamentária dos Restos a Pagar na instituição; nos

processos de controle de materiais de consumo para verificar os instrumentos gerenciais e os procedimentos e rotinas adotados pela Seção de Almoxarifado da Divisão de Patrimônio e Material, bem como a estrutura física da unidade; auditoria de conformidade para verificar a aderência do TJAM à política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico e sua integração à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br); verificação da execução do contrato de fornecimento da solução de processo judicial eletrônico e-SAJ, sua regularidade, eficiência e economicidade, contemplando ainda a análise de riscos e medidas de mitigação, bem como grau de dependência tecnológica da instituição e medidas de adequação. O setor também fez avaliação das anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de contratos de

obras e serviços de engenharia firmados pelo TJAM nos anos de 2021 e 2022; avaliação no processo de prestação de contas anual do TJAM e do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual, dos exercícios de 2022 e 2023; avaliação do processo de retenção na fonte da contribuição previdenciária, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, ao Regime Próprio de Previdência Social e ao Regime Previdenciário Complementar; avaliação dos controles e procedimentos utilizados no gerenciamento das armas e munições apreendidas judicialmente; avaliação de programas diversos da instituição, entre outras ações.

Monitoramento das Ações de Consultoria e Avaliação

Em junho de 2023, atendendo ao previsto Manual de Auditoria Interna do Poder Judiciário, disponibilizado pelo CNJ, foram iniciadas as ações de monitoramento das auditorias (avaliações e consultorias), para acompanhar as iniciativas das unidades auditadas e consulentes.

Conforme o Relatório das Atividades de Monitoramento e Acompanhamento dos Serviços de Avaliação e Consultoria, enviado para conhecimento e deliberação da Presidência do TJAM, os resultados das recomendações monitoradas até julho de 2024 e referentes às ações de auditoria vinculadas aos Planos Anuais de Auditoria de 2021 a 2024 somam

39 processos em acompanhamento, os quais consolidam 193 recomendações ou orientações.

Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade

O Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade, previsto na resolução TJAM n.º 22/2021, tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente, destinadas a avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais, promover a melhoria contínua dos processos de trabalho e dos produtos decorrentes das ações de avaliação e consultoria, bem como orientar quanto às necessidades de capacitação ofertadas aos servidores lotados na unidade de auditoria interna do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Após análise dos resultados das avaliações contínuas

e periódicas, A Secretaria de Auditoria Interna alcançou, no biênio 2022/2023, o nível avançado (97%) na escala de avaliação do Instituto dos Auditores Internos (The IIA), que adota uma escala de cinco níveis (introdutório, emergente, estabilizado, progressivo e avançado).

Premiação

Pelo segundo ano consecutivo, em junho de 2024 o TJAM foi anunciado pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil como uma das instituições vencedoras do “Prêmio IIA May Brasil”. O Prêmio incentiva a valorização da profissão de auditor e avalia as ações realizadas por instituições brasileiras no propósito de disseminar e explicar a atuação dos profissionais (e equipes de auditoria) como

fundamentais para as gestões administrativas de órgãos públicos e empresas privadas.

As avaliações das iniciativas realizadas pelas instituições são observadas e analisadas pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil no mês de maio, que é o “Mês Internacional de Conscientização Profissional da Auditoria Interna”. O Poder Judiciário do Estado do Amazonas foi destacado nacionalmente em razão das atividades realizadas por sua Secretaria de Auditoria Interna (SAI).

Outras atividades

A Secretaria de Auditoria Interna participou do Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-Jud, por meio de eleição nacional, fazendo com que o TJAM representasse os tribunais de pequeno porte perante o Conselho Nacional de

Justiça. Uma das atividades desenvolvidas no referido comitê foi a participação como membro na preparação das atividades do Fórum Nacional de Boas Práticas do CNJ de 2023 e 2024 e, também, como palestrante do painel consultoria e apresentação de prática em auditoria sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados.

O setor também participou, por meio de consultoria, do Comitê de Integridade do TJAM, com orientação em pesquisas em maturidade institucional, instrutorias, levantamento de boas práticas e ações para implementação do Programa de Integridade. A equipe também atuou na elaboração do Estudo Preliminar Técnico (ETP) para a aquisição de software de sistema informatizado de auditoria interna; na criação e disponibilização de informativo periódico,

intitulado Dois Rios, objetivando divulgar as principais publicações dos órgãos de controle interno e externo, assim como notícias, legislação, estudos, cursos e eventos de interesse da administração pública; e na construção de sua página no portal do TJAM:<https://www.tjam.jus.br/index.php/secretaria-de-auditoria-interna/apresentacao>, entre outras atividades.

SECRETARIA DE COMPRAS, CONTRATOS E OPERAÇÕES (SECOP)



A Secretaria de Compras, Contratos e Operações (SECOP), unidade administrativa subordinada à Secretaria-Geral de Administração do TJAM, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar os processos administrativos de contratação de serviços, aquisição de materiais, convênios e atividades assemelhadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

A organização administrativa da Secretaria está prevista na resolução n.º 56/2023 do TJAM, que dispõe sobre a estrutura e organização das unidades vinculadas à Presidência do TJAM e que trouxe alterações estruturais da unidade. A Secretaria de Compras, Contratos e Operações está estruturada da seguinte forma: Gabinete da Secretaria de Compras, Contratos e Operações; Divisão de Compras e

Operações; Divisão de Contratos e Convênios; Divisão de Patrimônio e Material; Divisão de Logística de Transportes e Manutenção; e Coordenadoria de Licitação, além de suas subdivisões.

Dentre as mudanças na sua estrutura está a criação da Seção de Artefatos de Contratação (dentro do Gabinete da Secretaria), como medida institucional para aprimoramento das linhas de defesa na cadeia de compras. De novembro de 2023 a julho de 2024, a nova seção realizou: 98 termos de referência (entre pregão eletrônico, dispensa de licitação, inexigibilidade e adesão à ata de registro de preços de outros órgãos); 44 editais (dois de concurso, dois de concorrência e 43 de pregão eletrônico); e 92 mapas de gerenciamento de riscos na contratação (nos mesmos tipos dos termos de referência). O setor

indica melhorias no fluxo e na celeridade da tramitação processual, com tempo médio de três a cinco dias para os termos de referência, a depender do objeto; dois dias para edital; e de um a dois dias para resposta a diligências.

Quanto à fiscalização de contratos, as principais ações realizadas ou em andamento são: elaboração e atualização do Guia de Fiscalização Técnica, como meio de auxílio para os fiscais técnicos na execução de suas atribuições, encaminhado a todo novo fiscal designado para uma contratação; elaboração da minuta do Manual de Fiscalização Técnica/2024, com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, estabelecendo normas e procedimentos para as contratações de bens, serviços e obras no âmbito do TJAM; orientação aos

fiscais de contrato, sobre Auditoria em Restos a Pagar, com o intuito de auxiliar os fiscais no controle das informações a serem prestadas visando ao próximo exercício financeiro; elaboração de modelos de documentos no SEI; elaboração de Atestados de Capacidade Técnica de serviços prestados pelas empresas; coordenação da Comissão Permanente de Fiscalização, instituída pela resolução nº 56/2023.

Já em relação a compras e operações, o setor atua no planejamento, execução e acompanhamento dos processos administrativos de contratação de serviços e aquisições de materiais, em caráter residual, gerenciando os pedidos de aquisição de passagens de interesse do TJAM, garantindo suporte às contratações diretas e execução de atas de registro de preços, com base no acompanhamento de metas

SECOP

setoriais e/ou institucionais. No biênio 2023/2024, quando da efetiva implementação da lei nº 14.133/2021, foram readequados e revisados procedimentos, elaborados checklists, capacitados profissionais e melhoradas as rotinas de trabalho, priorizando o melhor planejamento das atividades, a verificação de etapas e a diminuição de problemas gerenciais.

Na área das licitações, o setor conseguiu reduzir pela metade o tempo médio de sessão (entre a abertura e o encerramento), nos últimos três anos, com as mudanças implementadas no biênio (de 16 dias úteis em 2021 para oito dias úteis em 2024). Entre as ações realizadas estão: redistribuição das atividades entre os servidores; plantão de pregoeiro para manter sessões abertas além do horário de expediente; e

acesso à certidão atualizada dos licitantes no sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Entre 01/01/2023 e 24/07/2024, foram finalizadas 86 licitações nas modalidades pregão eletrônico e concorrência, sendo 72 homologadas, oito fracassadas, um certame deserto, quatro revogadas e uma anulada. Dentre as 72 licitações homologadas, 63 tiveram 100% de sucesso (todos os itens foram adjudicados) e nove tiveram itens adjudicados e alguns fracassados.

Destaca-se uma economia de 26% nas licitações homologadas, totalizando um valor contratado previsto de R\$ 128.416.488,50 contra R\$ 173.201.943,92 orçados. As licitações mais relevantes para o planejamento do TJAM neste biênio foram concluídas com sucesso foram as das

construções dos fóruns de Humaitá, Iranduba, Alvarães, além de obras em Manaus, para o novo Fórum Mário Verçosa, o Centro de Práticas Pedagógicas e o Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos. Além das destinadas a obras, a Secretaria destaca a relevância das licitações para mão de obra terceirizada para o primeiro grau e a de satélite de órbita baixa, que demonstram o alinhamento com as necessidades do Poder Judiciário e a busca por soluções inovadoras para atender às demandas da instituição, bem como fazer refletir ao maior acesso ao jurisdicionado.

Com relação a transportes, o TJAM conta com uma frota de 68 veículos de serviços entre vans, hatchs, sedans, pick-up e ônibus, além de 27 veículos institucionais para atender todas as demandas

logísticas. A frota que tinha mais de dez anos de uso foi trocada por veículos novos, através de locação, devidamente licitada; a substituição por veículos novos e com tecnologia avançada trouxe economia de combustível, em torno de 14,89%, e foi reduzido o valor pago com manutenção preventiva e corretiva, seguro e documentação de rodagem dos veículos. A manutenção permaneceu apenas para os veículos oficiais institucionais e de representação, 27 Corollas e veículos oficiais de serviços remanescentes da frota própria. Os demais 61 veículos antigos foram a leilão, resultando na arrecadação de R\$ 1.374.722,09.

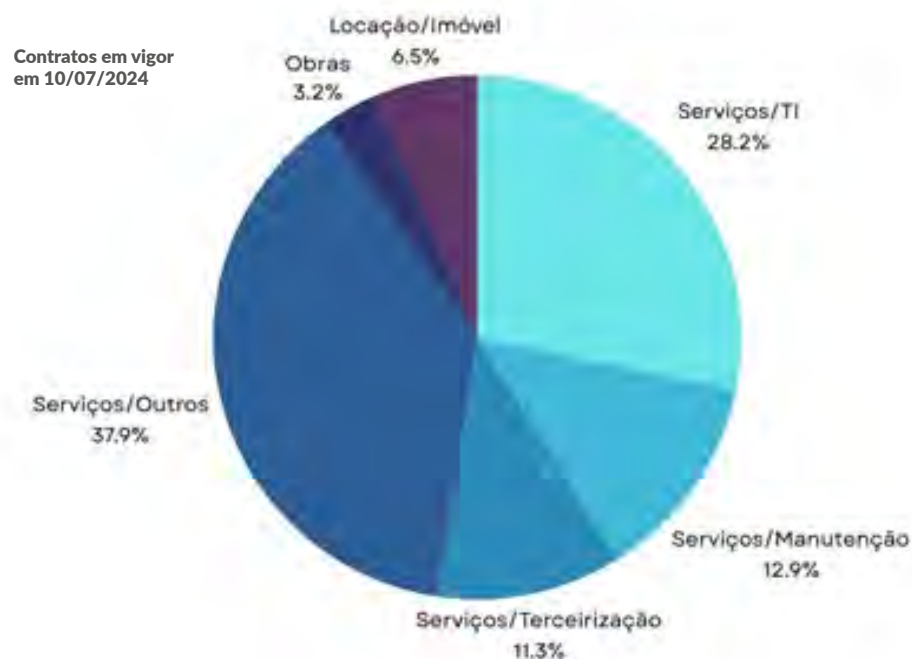
Mudanças nas contratações

Entre as mudanças na área de contratações do TJAM no biênio, destacam-se: a inclusão do Plano Anual de Contratações na dinâmica dos fluxos operacionais; a implantação dos fluxos relacionados à Nova Lei de Licitações e Contratos (lei n.º 14.133/2021); o aprimoramento da transparência das contratações; a revisão da Cláusula de Proteção de Dados, em observância à lei n. 13.709/2018; a reestruturação funcional da Divisão de Contratos e Convênios.

No biênio, balizadas pelo Plano Anual de Contratações e alinhadas às diretrizes estratégicas do Tribunal, foram formalizadas 75 novas contratações, publicadas no período de 01/01/2023 a 10/07/2024, entre pregões, concorrências,

dispensas, inexigibilidades e adesões. Além das novas contratações, foram efetivados 230 termos aditivos e 48 apostilamentos.

Em 10/07/2024, o TJAM tinha 124 contratos em vigência regular, entre os quais serviços de tecnologia da informação, de manutenção, de terceirizados, obras, locação de imóvel e outros serviços.



Quanto aos valores usados nas contratações firmadas no biênio, destacam-se os investimentos em infraestrutura, totalizando R\$ 66.337.444,08 em contratos de obras, sendo relevantes destacar os firmados para a construção do Fórum de Iranduba (R\$ 5.330.330,37), do Centro de Práticas Pedagógicas (R\$ 24.017.204,43), do Fórum da Comarca de Humaitá (R\$ 5.148.879,97), do novo Fórum Desembargador Mário Verçosa (R\$ 31.841.029,31).

Em relação aos Acordos de Cooperação Técnica, estes são os mais numerosos, evidenciando a importância desta modalidade de instrumento para estabelecer colaborações técnicas e operacionais entre as partes, facilitando a execução de projetos e iniciativas conjuntas. Em 2023, foram formalizados 60 acordos e em 2024 (até julho) foram 38 acordos, totalizando 98

acordos nos dois anos.

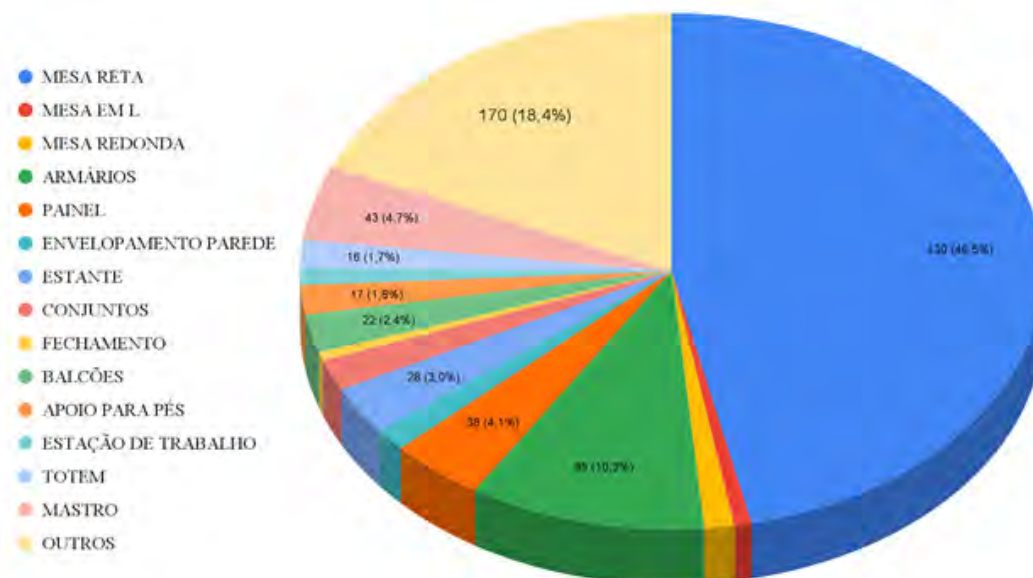
Quanto aos Termos de Doação, estes também se destacam, com um total de 45 termos formalizados ao longo dos dois anos, a fim de apoiar diversas causas e iniciativas, mostrando que o TJAM é um agente contribuidor do desenvolvimento social e comunitário. Em 2023 foram 39 termos de doação, indicando um alto volume de doações realizadas. Em 2024, houve uma diminuição significativa para seis termos.

Em relação aos Termos de Reciprocidade, em 2023 foram formalizados 12 termos, enquanto em 2024 esse número foi reduzido para três termos, somando 15 termos nos dois anos. Este tipo de instrumento é importante para estabelecer relações de

SECOP

reciprocidade entre o TJAM e empresas parceiras, garantindo benefícios para os magistrados e servidores na prestação de serviços com descontos.

Vale ressaltar que todos os bens permanentes adquiridos pelo TJAM são registrados em sistema, assim como os bens de consumo que são usados na capital ou destinados ao interior, que exigem controle e logística adequados para sua movimentação a fim de atender os magistrados e servidores em suas unidades de trabalho. Os móveis projetados e desenvolvidos (ou restaurados) pela equipe da Seção de Movelaria da referida Secretaria também passam por um controle rigoroso para o melhor aproveitamentos dos materiais e levando à redução de custos com a fabricação própria.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SEINF)

A Secretaria de Infraestrutura (SEINF) é unidade vinculada diretamente à Secretaria de Administração do TJAM e responsável por dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de engenharia e arquitetura, projetos, obras e serviços, cujas atividades são desenvolvidas com base nos princípios da legalidade, eficiência, prevalência e indisponibilidade do interesse público.

Ao longo do exercício de 2023 e 2024, várias ações foram executadas para o aperfeiçoamento da estrutura física das unidades que compõem o TJAM, seguindo as atribuições básicas do setor e evitando desperdício de mão de obra, material e tempo, além da elaboração e implementação das ações relacionadas ao Plano de Contratações Anual (PCA).



Entre as atividades realizadas no decorrer do biênio destacam-se: obras e manutenções preventivas ou corretivas em locais de trabalho (gabinetes, varas, salas e corredores, entre outros espaços de edifícios e fóruns da capital e do interior); manutenção de banheiros; construção da guarita no Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcelos; adequação de rampa de acessibilidade no Edifício Desembargador Arnaldo Péres; reforma do Fórum da Comarca de Maués; e pintura geral no Fórum da Comarca de Iranduba.

Em andamento, estão as obras de construção do Centro de Práticas Pedagógicas; do novo Fórum Desembargador Mário Verçosa; do Fórum da Comarca de Iranduba; e do Fórum da Comarca de Humaitá.

A Secretaria de Infraestrutura também acompanha e fiscaliza contratos, dentre os quais os de prestação de serviços de dedetização; de fornecimento de energia elétrica; de fornecimento de água potável e coleta de esgoto em unidades da capital e do interior; manutenção de elevadores e outras manutenções.



SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE (SE SIS)

A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SE SIS) é unidade administrativa subordinada à Secretaria de Administração do TJAM, tem por finalidade zelar, em caráter am-plo, pela saúde de magistrados, servidores, dependentes, aposentados, pensionistas e beneficiários especiais, sem prejuízo da realização de perícias médicas e de buscar, em coordenação com outras unidades administrativas, reduzir ou eliminar os riscos e os aci-dentes nos ambientes de trabalho.

A estrutura organizacional é composta de: Gabinete da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, com Assistência Complementar de Saúde; e Junta Médica. A estrutura física dispõe de cinco ambulatorios médicos localizados no Centro Administrativo José de Je-sus Ferreira Lopes e nos Fóruns Ministro Henoch Reis, Azarias Menescal de



Vasconce-los, Lúcio Fonte de Rezende e Mário Verçosa, todos em Manaus.

A equipe realiza atendimentos nas áreas médicas de clínica geral, dermatológica, pediá-trica, psiquiátrica, cardiológica, vascular, ginecológica, ortopedia, oftalmologia e medicina do trabalho; além das áreas de enfermagem, odontologia, psicologia, fisioterapia e edu-cação física. A Junta Médica realiza avaliação de licenças médicas (avaliação e laudos), parecer médico (aposentadoria, isenção de tributos, condição especial de trabalho etc.), e avaliações admissionais e demissionais.

Em atenção à resolução n.º 207/2015 do CNJ, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, a Secretaria de Serviços Inte-grados de Saúde, com o

Subcomitê de Saúde, desenvolve ações a cada ano, dentre as quais destacam-se aquelas voltadas à qualidade de vida, com campanhas de conscientização nas clínicas, nos locais de trabalho, no portal institucional, na intranet e nas redes sociais do TJAM (seguindo calendário com datas específicas). Dos projetos desenvolvidos, o intitulado Capelania – Convergência de Vidas, voltado ao apoio espiritual de funcionários, abrangeu 132 pessoas em 2023 e 142 em 2024; o projeto de ginástica laboral alcançou 320 pessoas em 2023 e 1.910 em 2024.



Campanhas

Janeiro Branco – A Vida Pede Equilíbrio: para conscientização sobre saúde mental;

Fevereiro Roxo: voltada ao combate ao lúpus, fibromialgia e Mal de Alzheimer; e Fevereiro Laranja, para o combate à leucemia;

Março Lilás: mês de conscientização sobre o câncer de colo de útero;

Abril Verde: mês de conscientização sobre segurança e saúde no trabalho; e Abril Azul: mês de conscientização sobre o autismo;

Mairo Roxo: para conscientização das doenças inflamatórias intestinais;

Mairo Vermelho: para prevenção à hepatite;

Junho: vacinação anual (336 doses de H1N1 e 274 de Covid bivalente);

Julho – Viva Saudável: campanha interna do TJAM, voltada ao conhecimento, informações sobre a necessidade dos cuidados com a saúde física e emocional (hipertensão, diabetes e nutrição). No mês de julho de 2023 também foram realizadas ações nos fóruns (com participação de 276 pessoas) e vacinações de hepatite, gripe, febre amarela e Covid em parceria com o Comitê Estadual de Saúde (no total de 89 doses aplicadas);

Agosto Azul e Vermelho: para conscientizar a população sobre a relevância da saúde vascular, promovida pela Sociedade Brasileira de Angiologia e

de Cirurgia Vascular, com apoio do TJAM; e Agosto Dourado: sobre o aleitamento materno;

Setembro Amarelo: campanha de prevenção ao suicídio;

Outubro Rosa: sobre o câncer de mama;

Novembro Azul: voltada à prevenção do câncer de próstata;

Dezembro Vermelho: tem foco na conscientização e prevenção da transmissão do vírus HIV e Aids; e **Dezembro Laranja:** sobre o câncer de pele.

DIVISÃO DE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE (DVIAS)



Entre as ações realizadas pela Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade estão sensibilizações sobre os temas, com divulgação de conceitos; campanhas de conscientização para evitar queimadas e prevenir incêndios florestais; campanhas de reciclagem e conservação dos recursos para reduzir a poluição e o volume de resíduos.

Quanto à gestão dos indicadores ambientais, em maio de 2023 e janeiro de 2024 foram realizados o levantamento e a análise dos setores com maior consumo de copos e papel. O objetivo foi identificar padrões de uso e consumo, permitindo uma abordagem e ações mais assertivas para a redução do consumo desses itens. O desempenho na gestão dos indicadores conferiu ao TJAM o 1º lugar no Ranking

Socioambiental do Poder Judiciário nos anos de 2023 e 2024.

A equipe fez campanhas para informar sobre o recolhimento de pilhas e baterias e sua destinação para a logística reversa, ampliou os pontos de entrega e realizou a coleta de 221 kg de pilhas e baterias, para sua devolução às empresas fabricantes, evitando que seu descarte inadequado prejudique a saúde pública e contamine solos e lençóis freáticos.

No mesmo sentido foram feitas campanhas visando à qualidade de vida no trabalho, à redução do consumo de energia elétrica; para arrecadação de garrafas plásticas, tampas, para destinação a entidades parceiras; houve a instalação de contentores para coleta seletiva de lixo; distribuição de 150 mudas de

plantas; participação da equipe no Curso de Formação de Novos Servidores, com o módulo sobre o Plano de Logística Sustentável vigente.

Também foram feitas melhorias na sinalização da Central de Resíduos do Fórum Henocho Reis, para os servidores localizarem o espaço destinado às doações de materiais para reciclagem, além da dedetização do espaço.

Quanto à acessibilidade, foram feitas campanhas de conscientização para destacar datas comemorativas, entre as quais: 21/03, Dia Internacional da Síndrome de Down; 06/07, sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; 26/09, Dia Nacional do Surdo; e 05/12, Dia Nacional da Acessibilidade.

Também foram feitas a emissão e a renovação de credenciais de vagas específicas de estacionamento para servidores e seus dependentes, em parceria com o Instituto de Mobilidade Urbana; a aplicação de “multa moral” no caso de uso indevido das vagas reservadas às pessoas com deficiência; e a divulgação de vídeo educativo sobre vagas preferenciais.

Para marcar o “Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”, o TJAM promoveu, em 22/09/2023, em Manaus, o “II Encontro de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário Estadual”, com palestras voltadas para a sociedade e com o intuito de combater barreiras que ainda existem no âmbito judiciário, de modo a incentivar e contribuir com ações inclusivas e acessíveis a todos os servidores com deficiência.

Além disso, no biênio houve a participação de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em eventos e sessões de julgamento do TJAM; o atendimento em Libras em audiências; realização de oficina de conversação e capacitação para o uso da Língua Brasileira de Sinais.

Outra ação foi no projeto Pop Rua Jud, em conformidade com a resolução CNJ nº 425/2021, para garantir direitos e proteção à população em situação de rua. Em parceria com vários órgãos e entidades, a primeira edição do “Pop Rua Jud” no Amazonas ocorreu em 25/05/2023, na Praça Heliodoro Balbi, em Manaus, e atendeu 271 pessoas com a oferta de serviços como assistência médica e psicológica, vacinas, testes rápidos, cadastro para emprego, regularização de documentação e orientações jurídicas e sociais.

Divisão de Gestão e Projetos

A Divisão de Gestão e Projetos é responsável, entre outras ações, pela implementação de rotinas de gerenciamento de projetos no TJAM; pelo gerenciamento do portfólio de projetos institucionais, considerando os direcionadores, macrodesafios e iniciativas preconizadas pelo Plano Estratégico 2021-2026, e as prioridades da gestão (Linguagem Simples, Pontos de Inclusão Digital, Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização do Magistrado, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção às Vítimas, Justiça Restaurativa, Meta 3 e Índices de Conciliação); pelos projetos estratégicos da Secretaria de Administração (Observatório de Dados, Automação da SECOP, Reestruturação da Frota de Veículos, Plano de Obras e Reformas, Implantação do Projeto Piloto de Energia Solar/Energia Fotovoltaica,

Modernização/Readequação dos Sistemas de Prevenção e Combate ao Incêndio e Controle de pânico nas unidades do TJAM, Segurança Institucional, Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos, Controle da Segurança e Defesa Cibernética, Migração e Expansão do Sistema Projudi, Comunicação via Satélite de Baixa Órbita, Implementação da LGPD e Cultura de Segurança de Dados); e por projetos relevantes para a perspectiva da sociedade (Pai Presente, Carreta da Justiça Itinerante, Uso de Tornozeleira Eletrônica para acusados de violência doméstica). Outras iniciativas abrangidas são: Projeto Linguagem Simples visando ao Selo de Linguagem Simples; oficina de gerenciamento de projetos, em parceria com a Ejud; e apoio às ações de outras áreas.

Outras atividades do setor são: acompanhamento e atualização das Atas das Comissões Permanentes no portal do TJAM; e acompanhamento quanto à emissão de relatórios das atividades das comissões, comitês, subcomitês, núcleos e grupos de trabalho do TJAM, considerado essencial para assegurar o acompanhamento das atividades realizadas e para uma gestão eficaz e transparente.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)

CLIPPING



Mês	2023	2024
Janeiro	275	291
Fevereiro	88	310
Março	68	251
Abril	177	359
Maiο	185	427
Junho	385	345
Julho	236	449
Agosto	209	206
Setembro	159	267
Outubro	233	152
Novembro	171	37
Dezembro	61	14
TOTAL	2247	3108

PRINCIPAIS VEÍCULOS:

- Portal Amazonas Direito
 D24AM
 A Crítica
 Rede Amazônica
 CNJ
 Migalhas
 Portal do Holanda
 Toda Hora
 Fato Amazônico
 Em Tempo
 Portal do Marcos Santos
 Band News FM
 O Poder
- Amazonas Atual
 CNN
 O Globo
 UOL
 Estado Político
 Portal Único
 Radar Amazônico
 Rede Onda Digital
 Amazônia Press
 Real Time
 Record
 TV Norte/SBT
 TV Band

REDES SOCIAIS

2023

INSTAGRAM					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSIONES
JANEIRO	32,956	63	383,370	30,308	432,739
FEVEREIRO	33,506	74	197,899	22,961	535,981
MARÇO	34,159	128	239,627	32,053	787,394
ABRIL	34,697	85	202,234	21,569	574,482
MAIO	35,352	103	218,194	23,938	436,451
JUNHO	35.686	87	28,971	-	487.605
JULHO	36.031	77	31,207	-	523.278
AGOSTO	36.545	88	34.787	6.189	604.705
SETEMBRO	36.974	82	30.946	6.475	485.075
OUTUBRO	37.365	87	30.467	6.891	490.800
NOVEMBRO	37.879	120	45.016	6.733	568.481
DEZEMBRO	38.456	80	44.720	6.803	578.537
TOTAL		1074	187237,502	33221,829	3741248,047

REDES SOCIAIS 2023

FACEBOOK					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSÕES
JANEIRO	67,163	55	53,334	7,261	89.974
FEVEREIRO	67,116	70	36,074	2,477	64,939
MARÇO	67,124	124	56,700	5,933	116,857
ABRIL	67,097	81	38,156	2,534	74,167
MAIO	67,128	89	30,148	2,720	53,691
JUNHO	68,591	85	27.346	2.433	47.719
JULHO	68,624	75	23.985	1.418	41.864
AGOSTO	68,648	90	39.634	2.107	65.420
SETEMBRO	68,629	86	31.158	1.717	51.253
OUTUBRO	68,655	91	31.035	1.502	51.040
NOVEMBRO	68,636	128	35.976	1.838	66.859
DEZEMBRO	68,601	86	32.023	1.787	60.167
TOTAL		1060	221371,412	12822,925	474.606

REDES SOCIAIS 2023

LINKEDIN					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSÕES
JANEIRO	3,538	36	4,575	916	12,975
FEVEREIRO	3,538	37	4,058	659	11,371
MARÇO	3,538	33	3,644	859	11,124
ABRIL	3,538	12	2,561	688	7,291
MAIO	3,538	34	4,349	899	12,592
JUNHO	3,613	38	3.806	642	11.071
JULHO	3,668	34	3.469	836	10.185
AGOSTO	3,741	28	3.204	789	9.319
SETEMBRO	3,802	36	3.621	757	9.803
OUTUBRO	3,876	34	3.890	856	10.275
NOVEMBRO	3,875	51	3.520	726	9.914
DEZEMBRO	3,927	31	2.809	863	8.121
TOTAL		404	24338,187	9490	68743,353

REDES SOCIAIS 2023

LINKEDIN					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSÕES
JANEIRO	3,538	36	4,575	916	12,975
FEVEREIRO	3,538	37	4,058	659	11,371
MARÇO	3,538	33	3,644	859	11,124
ABRIL	3,538	12	2,561	688	7,291
MAIO	3,538	34	4,349	899	12,592
JUNHO	3,613	38	3.806	642	11.071
JULHO	3,668	34	3.469	836	10.185
AGOSTO	3,741	28	3.204	789	9.319
SETEMBRO	3,802	36	3.621	757	9.803
OUTUBRO	3,876	34	3.890	856	10.275
NOVEMBRO	3,875	51	3.520	726	9.914
DEZEMBRO	3,927	31	2.809	863	8.121
TOTAL		404	24338,187	9490	68743,353

REDES SOCIAIS

2024

INSTAGRAM 2024					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSÕES
JANEIRO	38.682	85	189.333	21.872	470.691
FEVEREIRO	39.087	124	184.091	26.147	578.146
MARÇO	39.641	169	199.832	29.949	676.916
ABRIL	40.122	152	187.788	26.224	481.275
MAIO	40.907	177	215.830	32.561	692.726
JUNHO	41.436	159	299.162	36.355	735.727
JULHO	42.248	147	725.272	37.944	1.099.212
AGOSTO	43.135	149	702.775	40.463	1.055.710
SETEMBRO	43.622	142	361.338	37.330	832.000
OUTUBRO	44.232	146	363.582	32.405	837.004
NOVEMBRO	44.846	122	291.840	31.036	683.461
DEZEMBRO	45.000	-	-	-	-
TOTAL					



tjamazonas

Seguindo

Enviar mensagem

+3

...

6.185 publicações

45 mil seguidores

3.157 seguindo

TJAM

tjamazonas

Organização governamental

 Tribunal de #Justiça do Amazonas

Av. André Araújo, s/n, Manaus, Brazil 69060-000

linktr.ee/tjamazonas

Seguido(a) por leozerafilm, amandabulcao e outras 62 pessoas

Simplifica TJ

Podcast

Carnaval

Noticias

Retrospectiva

Diamante

Você sabia?

PUBLICAÇÕES

REELS

MARCADOS



ASSÉDIO MORAL, BULLYING E FALTA DE EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL. ASSIM, ESTREIA DO DEBATE DE MARCAÇÃO DIAMANTE DESTACA OS TRABALHADORES E EMPREENHEIROS QUE BUSCAM EQUILÍBRIO E QUALIDADE DE VIDA. O AMANHECER DO TRABALHO, AINDA COM PARTICIPAÇÃO ORGANIZADA, SALVAVAM PARA TODOS.

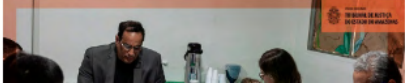
SUSTENTABILIDADE: O FUTURO A GENTE FAZ AGORA



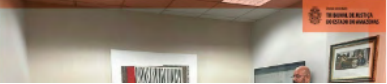
CERIMÔNIA DE ENTREGA DO "3.º PRÊMIO JUSTIÇA DE QUALIDADE TJAM" DESTACA UNIDADES JUDICIAIS PELO CUMPRIMENTO DE METAS



CAMPANHA DE REGISTRO CIVIL DO JUDICIÁRIO AMAZONENSE ATENDE QUASE 800 PESSOAS NO PRIMEIRO DIA DE TRABALHO EM NOVO AIRÃO (AM)







RELATÓRIO DE GESTÃO 2023 - 2024

89

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

REDES SOCIAIS

2024

FACEBOOK					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSÕES
JANEIRO	69.011	79	20.555	773	38.457
FEVEREIRO	69.000	114	37.407	1.732	67.710
MARÇO	68.987	158	35.883	2.594	71.177
ABRIL	68.469	147	44.422	1.980	76.777
MAIO	68.393	176	39.094	2.363	72.147
JUNHO	68.314	155	29.827	2.245	54.877
JULHO	68.260	151	32.309	2.546	55.154
AGOSTO	68.198	148	26.680	2.066	47.708
SETEMBRO	68.078	141	22.886	1.454	41.416
OUTUBRO	68.094	145	22,886	1.631	41.656
NOVEMBRO	68.039	127	21.444	3.211	48.524
DEZEMBRO	68.027	-	-	-	-
TOTAL					

REDES SOCIAIS

2024

LINKEDIN					
MÊS	SEGUIDORES	POSTS	ALCANCE	ENGAJAMENTO	IMPRESSÕES
JANEIRO	4.139	37	3.647	820	8.621
FEVEREIRO	4.139	44	4.532	1.095	12.755
MARÇO	4.222	58	5.020	1.338	14.440
ABRIL	4.311	58	5.821	1.355	16.706
MAIO	4.407	58	6.221	1.066	
JUNHO	4.642	65	4.818	1.070	13.528
JULHO	4.934	61	5.225	1.454	15.379
AGOSTO	4.978	70	5.653	1.203	15.640
SETEMBRO	5.069	43	4.079	965	
OUTUBRO	5.135	65	4,542	1.206	13,039
NOVEMBRO	5.218	55	3.615	1.230	10.843
DEZEMBRO	5.224	-	-	-	-
TOTAL					

GERAL 2023/2024

INSTAGRAM

Seguidores - 44.846
Impressões - 16.024.228
Alcance - 5.5520.192
Número de postagens no feed - 2.709

FACEBOOK

Seguidores - 68.039
Impressões - 1.399.553
Alcance - 774.491
Número de postagens no feed - 2.502

TIKTOK

Visualizações - 9.523
Postagens - 104

YOUTUBE

Inscritos - 8.350
Impressões - 189.340
Tempo assistido - 17748:55

LINKEDIN

Seguidores - 5.218
Postagens - 1.027

TWITTER

Seguidores - 2.910

THREADS

Seguidores - 7.748

Campanhas e Ações

COMUNICADO

22 Agosto 2024



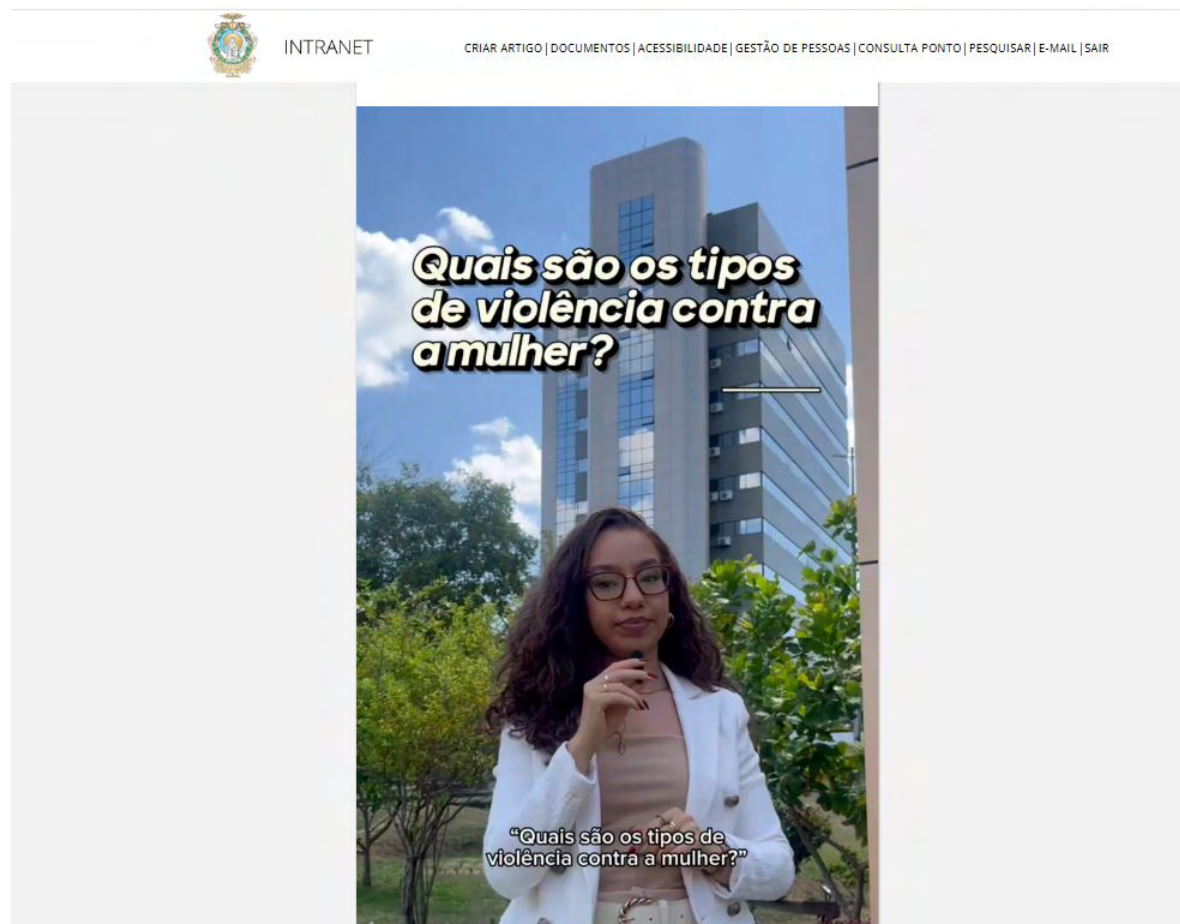
COMUNICADO

CRONOGRAMA DE MIGRAÇÃO DO PROJUDI 2º GRAU

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) informa que o "Cronograma de Migração do Projudi 2º Grau" foi alterado (em razão na necessidade de envio de dados para o Prêmio CNJ) e será retomado no próximo dia 9 de setembro.

O cronograma completo pode ser consultado no SEI nº 2024/000006133-00.

PODERE JUIZAR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS



INTRANET

CRIAR ARTIGO | DOCUMENTOS | ACESSIBILIDADE | GESTÃO DE PESSOAS | CONSULTA PONTO | PESQUISAR | E-MAIL | SAIR

Quais são os tipos de violência contra a mulher?

"Quais são os tipos de violência contra a mulher?"

Campanhas e Ações

INTRANET

COMUNICADO

06 Agosto 2024

COMUNICADO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

PRAZO FINAL

PARA ENVIO DE CÓPIA

DE DECLARAÇÃO DE

IMPOSTO DE RENDA



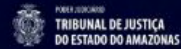
Encerra-se, imprerivelmente, no dia 15/08/2024, o prazo para que magistrados(as) e servidores(as) apresentem a cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ano de 2024, conforme disposto na Resolução n.º 13/2024.

IMPORTANTE:

O descumprimento das obrigações impostas, conforme Art. 7.º da Resolução n.º 13, de 23 de abril de 2024, constitui infração disciplinar.



Realize o procedimento de apresentação da cópia de sua Declaração de Imposto de Renda acessando o QR Code ao lado, ou endereço eletrônico:
<https://forms.gle/Fr1jLfpvQApFuFM7>



Formulário para envio de Declaração de Imposto de Renda: <https://forms.gle/Fr1jLfpvQApFuFM7>

INTRANET

criar artigo | documentos | acessibilidade | gestão de pessoas | consulta ponto | pesquisar | e-mail | sair

ACELERA

na Justiça

Juntos conseguiremos acelerar a tramitação de processos mais antigos nas Varas Criminais, na capital e no interior.

Para isso, o TJAM incentiva as referidas Varas a participarem das atividades do "Mês de Priorização dos Processos Criminais mais Antigos".



DATAS:

29/04 a 29/05

03/06 a 28/06



Acesse o QR Code e saiba mais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023 - 2024

94

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Campanhas e Ações

Serviço de Capelania do TJAM anuncia “Projeto Convergência de Vidas” para servidores e familiares

30 Agosto 2023



Conheça o projeto
CONVERGÊNCIA DE VIDAS

O Serviço de Capelania, vinculado à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (Sesis) e ao Subcomitê de Atenção à Saúde do TJAM, disponibilizará ao público interno e a familiares as ações do “Projeto Convergência de Vidas”, que oferece aos interessados oportunidade para dialogar sobre questões de conflitos interpessoais, de estresse e de violências urbanas, familiares, que eclodem no ambiente social, com reflexos na vida profissional.

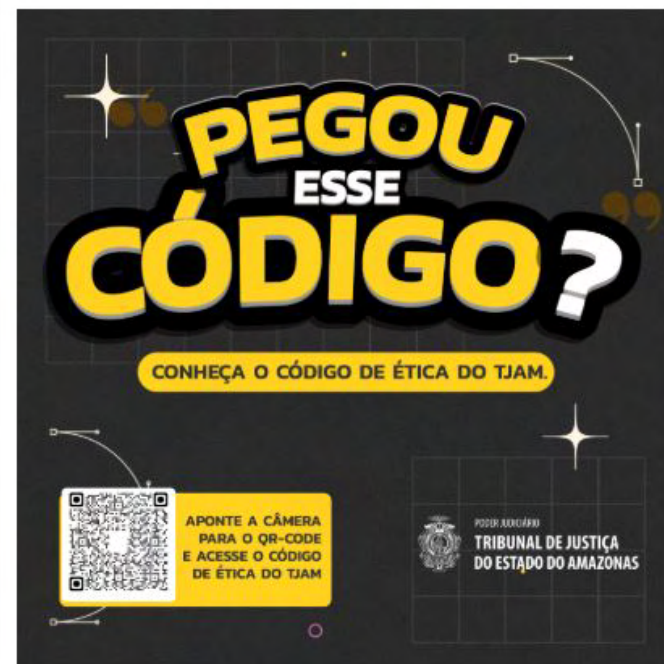
Gostaria de participar do projeto?
Entre em contato para mais informações e agendamento pelo telefone: (92) 99526-8550.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Vinculado à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (Sesis) e ao Subcomitê de Saúde do Tribunal, o projeto realizado pelo Serviço de Capelania propõe o diálogo como ferramenta para a qualidade de vida.

Conheça o Código de Ética do TJAM!

22 Abril 2024



PEGOU ESSE CÓDIGO?

CONHEÇA O CÓDIGO DE ÉTICA DO TJAM.

APONTE A CÂMERA PARA O QR-CODE E ACESSE O CÓDIGO DE ÉTICA DO TJAM

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

INTRANET

Campanhas e Ações

Repositório de publicações de mulheres no Poder Judiciário - TJAM

26 Junho 2023

REPOSITÓRIO DE PUBLICAÇÕES DE MULHERES NO PODER JUDICIÁRIO-TJAM

Você servidora ou magistrada gostaria de divulgar seu trabalho acadêmico?



O Repositório de Publicações de Mulheres no Poder Judiciário - TJAM para cadastramento de dados e produção acadêmica foi criado com o objetivo de manter um banco de dados de servidoras e magistradas com expertise nas diferentes áreas do Direito, incentivando a participação feminina em cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso, citações de obras jurídicas e como expositoras em eventos institucionais. Conheça a ferramenta e participe inserindo informações da sua produção acadêmica tais como: artigos, dissertações, teses e demais trabalhos científicos.



Acesse o QR Code e confira como inserir seu trabalho na plataforma.



⚡ Não perca o prazo! Hoje é o último dia para a atualização cadastral. Acesse aqui: <https://bit.ly/tjam-atualizacao>

INTRANET

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

28 Junho 2023

INTRANET

Campanhas e Ações

2023
Campanha Restitua Amor 2023
Campanha Repositório do TJAM
Campanha "Doe Livros, Doe Sonhos"
Campanha "O que te motiva"
Campanha de Combate ao Assédio
Campanha de Aniversário do TJAM
Campanha da Lei LGPD
Campanha do Projeto "Encontrar Alguém"
Campanha do TJAM Mulher
Campanha de Atualização Cadastral
Campanha de Consulta Pública
Campanha Parcerias do TJAM
Campanha Selo Diamante 2023

2024
Campanha Meu Ponto
Campanha "Convergência de Vidas"
Campanha Gestão Por Competências
Campanha Abril Verde 2024
Campanha Restitua Amor 2024
Campanha Gestão Por Competências
Campanha Código de Ética TJAM "Pegou o Código?"
Campanha Envio de Imposto de Renda TJAM
Campanha Justiça Solidária
Campanha Dia das Mães
Campanha Comissão de Combate ao Assédio e à Discriminação
Campanha Ração Solidária
Campanha Coleta de Garrafas Pets/ GMF
Campanha de Emissão de Carteiras PCD E TEA
Campanha Março Lilás
Campanha Dia das Mães
Campanha Férias
Campanha Justiça Solidária 1, 2 e 3
Campanha: "Nossos Pets com saúde e alimentação"
Campanha Selo Diamante 2024

PROJETOS COM SETORES

- 1- ENCONTRAR ALGUÉM - 30 vídeos
- 2- GÊNERO EM FOCO - 1 vídeo e 1 projeto de conscientização
- 3- TJAM MULHER - CAMINHOS DO PROTAGONISMO - 7 vídeos
- 4- SIMPLIFICA TJAM - 30 vídeos

PROJETOS ASCOM

- 1- TJAM PODCAST - 19 episódios
- 2- TJAM EM PAUTA - 4 vídeos
- 2- INTERNEWS - 3 vídeos
- 4- IDENTIDADE TJAM - 8 vídeos
- 5 - SIMPLIFICA TJAM - 30 vídeos
- 6 - MÊS DO ESTAGIÁRIO - 7 vídeos

7 - TJAM NO RITMO DE PARINTINS - 5 posts/ 2 vídeos

8 - MANUAL DE LINGUAGEM SIMPLES - 1

9 - GUIA DE LINGUAGEM SIMPLES - 1

10 - CARTILHA DE LINGUAGEM SIMPLES - 1

11 - GLOSSÁRIO LINGUAGEM SIMPLES - 1

VÍDEOS INSTITUCIONAIS

SELO DIAMANTE 2023 - 4 VÍDEOS

RONDA MARIA DA PENHA - 1 VÍDEO

APRESENTAÇÕES CEVID - 2 VÍDEOS

ANIVERSÁRIO TJAM - 2 VÍDEOS

RETROSPECTIVA TJAM - 5 VÍDEOS

261 vídeos postados no Instagram do Tribunal

MATÉRIAS PUBLICADAS NO PORTAL

2023 - 1.345 Matérias

2024 - 1.469 Matérias

INFORMES PUBLICADOS NA INTRANET

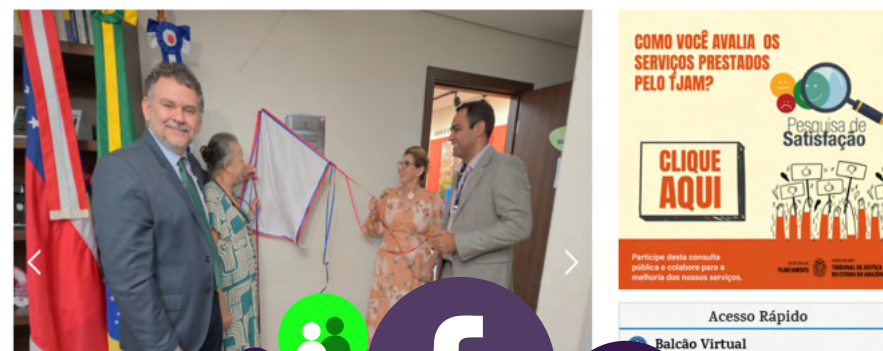
2023 - 132 Informes

2024 - 180 Informes

Criação do Grupo “Notícias TJAM” no Whatsapp;

Criação de lista de transmissão com diretores de varas do interior no Whatsapp;

Envio de comunicados em listas de transmissão para magistrados e servidores.



CERIMONIAL

A equipe de Cerimonial da Presidência tem como atribuições assessorar diretamente a Presidência, demais desembargadores e unidades administrativas em atividades e assuntos relacionados à organização de eventos, cerimônias, solenidades, exposições e visitas oficiais de autoridades nacionais e estrangeiras, a fim de garantir o melhor desempenho das ferramentas de comunicação, protocolo e imagem institucional do TJAM.

A equipe do setor conta com 17 servidores – entre nomeados pelo TJAM, terceirizados e cedidos –, que no período de janeiro de 2023 a julho de 2024 estiveram presentes em mais de 300 atividades realizadas nas dependências da instituição ou em outros locais com eventos dos quais participaram membros e representantes do Tribunal.

Entre os principais eventos do ano de 2023

destacam-se: posse dos Novos Dirigentes do TJAM, em 02/01; abertura do Ano Judiciário, em 24/01; posse dos Deputados eleitos para 20ª Legislatura, em 01/02; 23ª Edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, em 06/03; lançamento de cartazes sobre Audiência de Custódia em Línguas Indígenas, em Tabatinga e Atalaia do Norte, de 11 a 15/03; Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se, em 08/05; inauguração da galeria de presidentes do TJAM, em 07/03; reinauguração do Fórum de Manacapuru, homenageando o desembargador Alcemir Pessoa Figliuolo, em 22/09; e VIII Encontro do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), de 07 a 12/11.



Em 2024, entre as atividades de que o Cerimonial participou, destacam-se: solenidade de posse do desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, como presidente do Colégio Permanente de Corregedores e Corregedoras-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, em 29/01; abertura do ano letivo da Escola Judicial do TJAM e solenidade de entrega da Medalha da Escola Judicial, em 22/02; abertura do Ano Letivo 2024 da Escola Superior da Magistratura, em 29/02; I Congresso Latino Americano de Comunhão e Direito, de 02 a 03/05; lançamento da Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação do TJAM, em 09/05; cerimônia de posse da nova gestão temporária do Tribunal Regional Eleitoral, em 13/05; evento de registro

civil (Registre-se) e o casamento coletivo na comunidade Feijoal, em Benjamin Constant, em 15/05; 2ª Edição do Prêmio Justiça de Qualidade, em 20/05; 1ª Edição da Semana Nacional dos Juizados Especiais, de 03 a 07/06; e lançamento do Projeto Interiorizando a Justiça Restaurativa, em 21/06.



DIVISÃO BENS JUDICIAIS



A Divisão Geral de Bens Judiciais Apreendidos é unidade subordinada diretamente à Secretaria de Justiça e no biênio realizou várias atividades, procurando dar vazão aos bens destinados com a maior velocidade possível por meio de um trabalho integrado com as unidades judiciais e com o Núcleo de Leilão Judicial.

A equipe realizou mudança no layout dos depósitos, com a distribuição dos autos por ano e de acordo com o atual estado do processo, para a avaliação dos bens e destinação a leilão judicial ou ao manejo sustentável, por meio de parceria com o Instituto Reciclar da Preservação Ambiental da Amazônia (IRPAAM).

Quanto à retirada de materiais bélicos, a atividade abrangeu municípios do interior: Tefé, Alvarães,

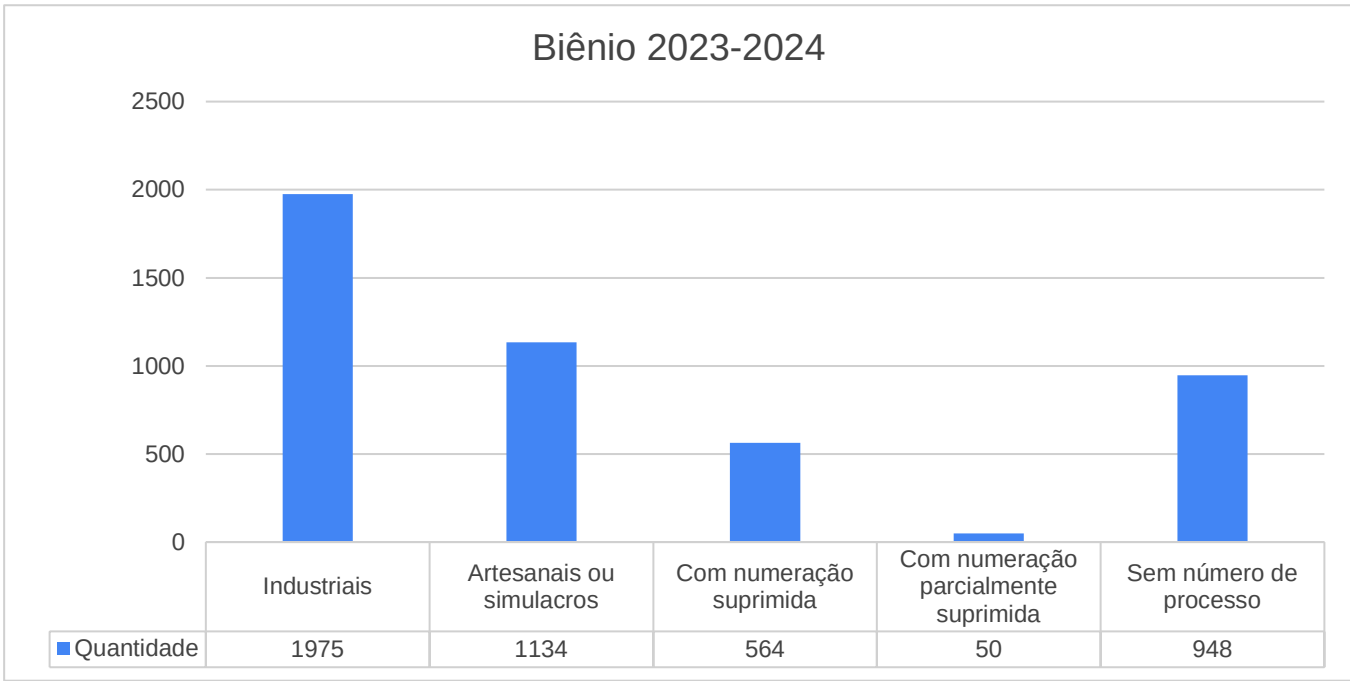
Santo Antônio do Içá, Tapauá, Maraã e Uarini, além de Boa Vista (RR), aumentando o número de armas destinadas à destruição.

O termo de cooperação com o IRPAAM pôs fim à lógica de trabalho anterior, que onerava os cofres públicos para incineração dos objetos, e alinhou o setor ao Plano de Logística Sustentável disciplinado pelo CNJ na resolução n.º 400/2021, quanto ao indicador de destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

Da mesma forma, a equipe mediu uma parceria entre o grupo Amazonas Eco Company e o Comando do Exército da 12.a Região Militar, objetivando a destruição de materiais bélicos sem a emissão de resíduos poluentes.

Resultados Quantitativos

Ao longo do biênio 2023-2024, foram destruídas 3.109 armas de fogo, sendo 1.975 industriais, 1.134 armas artesanais ou simulacros. Também foram eliminadas 564 armas com numeração suprimida, 50 armas com numeração parcialmente suprimida e 948 armas sem número de processo.



Além disso, o setor entregou ao Comando do Exército dez armas brasonadas, para custódia e possível retorno ao manuseio por parte das forças de segurança de diversos estados da federação.

Quanto às munições, no período foram destruídos 2.303 projéteis, pesando 26,06 kg:

- 1,6 kg de cartuchos de calibre 28;
- 1,4 kg de munição intacta de calibre 38;
- 0,2 kg de munição intacta de calibre 22;
- 10,06 kg de esferas metálicas;
- 7,8 kg de projéteis deflagrados de diversos calibres;
- 5,0 kg de cartuchos deflagrados.

A destruição abrangeu outros itens individualizados, como:

- 60 carregadores de arma curta;

- 14 carregadores de armas longas;
- 02 carregadores de arma artesanal;
- 19 tubos de pólvora;
- 01 granada de luz;
- 02 estojos de munição antiaérea.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) é subordinada diretamente à Secretaria de Administração (SECAD) e tem por finalidade o estudo, o planejamento, a orientação, a co-ordenação, o controle e a avaliação dos assuntos relativos à implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico. As atividades incluem o gerenciamento de iniciativas estratégicas, a otimização dos processos de trabalho, a modernização das atividades, o mapeamento de riscos, a aferição e o acompanhamento de resultados, as políticas de qualidade no serviço público, o aprimoramento da governança e o acompanhamento das Metas Nacionais, de acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica da Presidência, em

cooperação com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

No âmbito administrativo, a secretaria tem as seguintes funções: planejamento e gestão estratégica; acompanhamento de metas; gestão de processos e de riscos; e aprimoramento da governança. Também de sua atribuição atuar nas mais diversas áreas, como: estudos, propostas e ações relativas ao plano estratégico, projetos estratégicos, organização de fluxos administrativos, acompanhamento das atividades administrativas, análise da produtividade jurisdicional, desenvolvimento de políticas para atendimento dos requisitos referentes aos eixos de governança, transparência, produtividade e dados de tecnologia, entre outras.



A sua estrutura organizacional dispõe de: Gabinete da Secretaria de Planejamento; Divisão de Gestão e Projetos; e Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade; cada qual com suas seções.

Ao longo do biênio 2023-2024, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas: monitoramento e acompanhamento dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2026; pareceres de investimentos e despesas correntes; levantamentos estatísticos e coleta de dados referentes aos quantitativos de processos relacionados a cada Meta Nacional, para avaliar, identificar e fiscalizar o monitoramento evolutivo dos resultados; e desenvolvimento de ações para o alcance do cumprimento das Metas Nacionais do CNJ.

A equipe também realizou reuniões de análise estratégica no ano de 2023; desenvolveu processos de gestão participativa para contribuir para a elaboração das Metas Nacionais, através da realização de audiência pública, consultas públicas e reuniões; atuou na coordenação das atividades para alcance dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade; fez a implementação da Gestão de Riscos (Sistema de Integridade do TJAM).

Outras ações foram: gestão do Ranking da Transparência do Ministério Público de Contas do Amazonas e do Conselho Nacional de Justiça; atualização de fluxogramas referentes às áreas administrativas do TJAM; atualização do organograma institucional, conforme publicação de

lei complementar e resoluções; acompanhamento e apoio operacional aos projetos do Laboratório de Inovação e Inteligência do TJAM, de modo a incentivar as melhores práticas e inovações organizacionais; Projeto Semana da Baixa Processual, realizado com o intuito de aperfeiçoar os resultados avaliados pelo CNJ, no qual unidades de 1º grau do interior e da capital priorizam a análise e a baixa de processos passíveis de arquivamento; coordenação do Comitê Gestor de Políticas Estratégicas e acompanhamento dos seus respectivos subcomitês; implementação de ações voltadas para o alcance de resultados dos indicadores de produtividade e governança do Poder Judiciário; e implementação, elaboração e acompanhamento de projetos administrativos e judiciais.

Plano Estratégico 2021-2026

Em 2021, por meio da resolução n.º 06/2021, o TJAM instituiu seu Plano Estratégico para o período de 2021-2026, cujo processo de elaboração teve início a partir da proposição da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período, seguindo as recomendações pautadas nas diretrizes estabelecidas na resolução n.º 325/2020 do CNJ.

O Planejamento Estratégico foi estruturado a partir de três perspectivas: sociedade, processos internos, e aprendizado e crescimento, além de doze macrodesafios, desdobrados em iniciativas e projetos que são monitorados através de indicadores de desempenho, representados por ações, metas, objetivos e diretrizes, voltados a cumprir a missão institucional de realizar justiça.



Figura: Mapa Estratégico do TJAM para 2021-2026

Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013, e visa ao reconhecimento da excelência dos tribunais brasileiros na gestão e no planejamento de suas atividades por meio da sistematização e disseminação das informações e do aumento da eficiência da prestação jurisdicional.

Todos os itens elencados no Prêmio CNJ de Qualidade foram discutidos pela Comissão de Acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade e Metas Nacionais do Poder Judiciário e pelos magistrados, servidores, colaboradores e estagiários, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos exigidos e a conquista do Selo Diamante, alcançando o aprimoramento dos serviços e aperfeiçoamento na

execução das atividades.

Conforme dados do CNJ, em 2023 o TJAM alcançou 87,1% no atendimento dos requisitos da premiação (governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia). Em 2024, resultado preliminar indica que o TJAM alcançou 90,18%, o que habilita o órgão a concorrer ao Selo Excelência, a maior categoria da premiação.

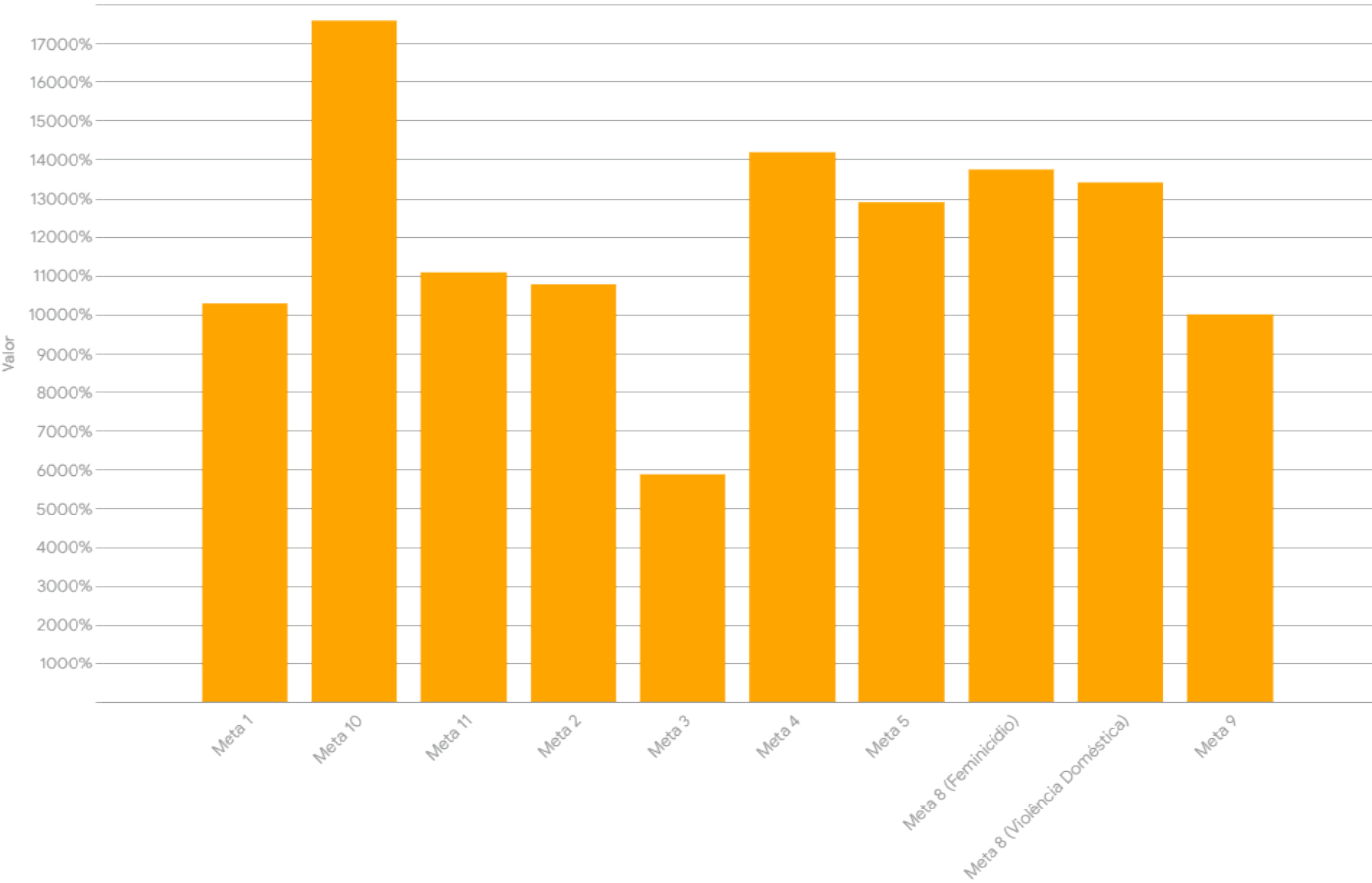
Metas Nacionais

Formuladas anualmente, as Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviços mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Percentual de cumprimento pelo TJAM em 2023

Fonte: Painel de Metas do TJAM

- Meta 1:**
Julgar mais processos que os distribuídos: 102,87%
- Meta 2:**
Julgar processos mais antigos: 107,72%
- Meta 3:**
Estimular a conciliação: 58,78%
- Meta 4:**
Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e à improbidade administrativa: 141,82%
- Meta 5:**
Reduzir a taxa de congestionamento: 129,02%
- Meta 8:**
Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica: 137,40% (Feminicídio) e 134,08% (Violência Doméstica)
- Meta 9:**
Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário: 100%
- Meta 10:**
Impulsionar os processos de ações ambientais: 175,82%
- Meta 11:**
Promover os Direitos da Criança e do Adolescente: 110,77%



Sistema de Integridade – Gestão de Riscos

A implementação da Gestão de Riscos no TJAM tem como objetivo inicial as unidades administrativas subordinadas à Secretaria de Administração. Para sua efetivação, a Secretaria de Planejamento realizou primeiro o mapeamento de processos das unidades administrativas para elencar as atividades e serviços executados e os riscos inerentes a essas atividades. Na segunda fase, colocou-se em prática a análise desses riscos de forma a obter informações suficientes para traçar estratégias de mitigação ou eliminação destes riscos.

Transparência

Dentre as atribuições da SEPLAN está a gestão do Portal da Transparência do TJAM e para isso a equipe coordena junto às unidades responsáveis o

monitoramento da tempestividade das publicações, os aprimoramentos das publicações e a implementação de novas informações de interesse público a serem disponibilizadas.

O TJAM avaliado por duas instituições no quesito transparência: Conselho Nacional de Justiça, por meio do Ranking de Transparência do Poder Judiciário, e Associação dos Auditores dos Tribunais de Contas, com o Programa Nacional de Transparência Pública. O primeiro item integrante do Prêmio CNJ de Qualidade e, em 2024, o TJAM cumpriu todos os 86 requisitos de publicação de informações de interesse público, obtendo a pontuação máxima de 100 pontos no Ranking da Transparência; em 2023, o TJAM alcançou 96,59% no resultado. Quanto ao segundo, do Programa Nacional

de Transparência Pública, o TJAM alcançou em 2023 o índice de 96,73%, obtendo com isso o nível diamante; e o objetivo é aumentar o percentual em 2024, após a intensificação de ações junto às unidades responsáveis pelas publicações para corrigir as não conformidades elencadas.

Laboratório de Inovação

O Laboratório de Inovação do TJAM está integrado à estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento e tem realizado diversos projetos com o objetivo de disseminar a cultura da inovação, utilizar ferramentas técnicas colaborativas, envolver atores externos e internos e aprimorar a prestação jurisdicional. Dentre as iniciativas destacam-se:

- **Projeto Vara Diamante:** busca promover a

celeridade e a qualidade na prestação dos serviços, e dar efetividade às diretrizes instituídas pelo CNJ quanto ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, bem como ao cumprimento do indicador Índice de Atendimento à Demanda.

- **Projeto Girassol:** consiste no estabelecimento de fluxo para que as vítimas (crianças e adolescentes) de crimes contra a dignidade sexual sejam ouvidas em sede de prova antecipada em juízo, buscando concentrar o depoimento em único ato para evitar a revitimização (quando as vítimas revivem a violência sofrida). A vítima comparece à delegacia para informar o crime, em seguida o delegado requisita a produção antecipada de prova, na sequência é realizada a audiência de antecipação de prova na Central de Inquéritos.

– **Ampliação dos Pontos de Inclusão Digital (PID) – Nível 2:** busca ampliar o diálogo e a integração entre as várias instituições relacionadas que permitam o acesso aos Pontos de Inclusão Digital do TJAM, para maior acesso à cidadania e justiça em localidades desassistidas, conforme a resolução CNJ n.º 508/2023. No projeto, já foram realizadas: capacitação online com os servidores; criação de Blueprint para identificar quais serviços realmente agregam valor ao PID e proposição de seu uso para ter uma experiência voltada ao serviço eficaz; e divulgação do PID nas rádios comunitárias.

– **Linguagem Simples no Poder Judiciário Amazonense:** objetiva tornar a comunicação jurídica mais compreensível para o público em geral, visto que muitos cidadãos enfrentam dificuldades em entender

os termos técnicos e a estrutura complexa da linguagem utilizada em documentos e processos judiciais. O projeto já conta com: Manual sobre Linguagem Simples; website do glossário com definições de termos jurídicos, em parceria com o TRT-11 e TRE/AM; curso de formação de linguagem simples; série de vídeos com os termos em linguagem simples no canal do YouTube do TJAM.

– **Linguagem Cidadã aos Povos Indígenas:** para introduzir a linguagem simples e garantir que os povos indígenas da Amazônia tenham acesso igual à justiça e possam compreender plenamente seus direitos e obrigações perante o sistema jurídico. Primeiramente foi desenvolvido o volume 1 do glossário com os principais termos judiciais em linguagem simples traduzida para a língua Nheengatu,

construído com a participação de lideranças indígenas e tradutor indígena. Também foi elaborado o Guia de acesso à justiça aos povos indígenas em linguagem simples, construído coletivamente pelo Laboratório de Inovação – LegalLab e Secretaria de Planejamento, com consulta às lideranças representantes dos povos indígenas; em outro momento pretende-se realizar a tradução desse material para o Nheengatu.

– **Simplifica TJAM:** tem como objetivo fomentar a adoção de linguagem simples, clara e acessível nos documentos oficiais, e nas ações e iniciativas do TJAM, com o intuito de promover a compreensão das informações jurídicas a todos os cidadãos na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade, e garantir o acesso equitativo

à justiça, proporcionando uma comunicação efetiva entre o tribunal e a sociedade. Entre as ações desenvolvidas estão: reunião com as equipes do TJAM; criação de grupo de trabalho para implementação do projeto; oficinas de Design Thinking; curso de formação continuada com o tema Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e Acesso à Justiça, no município de São Gabriel da Cachoeira; criação de material de apresentação geral do curso de linguagem simples; curso de linguagem simples; vídeos de termos em linguagem simples; dicionário de linguagem simples com uso de inteligência artificial; construção de Carta de Serviço do Laboratório de Inovação – LegalLab em linguagem simples; pesquisa sobre as palavras mais difíceis do Judiciário e o uso da linguagem simples; criação de material de esclarecimento sobre a pesquisa de

linguagem simples e palavras difíceis; Acordo de Cooperação Técnica n.º 20/2024 – CNJ/TJAM; Guia prático de linguagem simples; e simplificação da linguagem simples nos documentos.

– **Laboratório de Inovação Itinerante:** visa ao aprimoramento da gestão nas unidades judiciais por meio de oficinas práticas. O programa é voltado para identificar desafios e propor soluções com o objetivo de melhorar os indicadores relacionados principalmente às Metas Nacionais do Judiciário e ao Prêmio CNJ de Qualidade, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e para a ampliação do acesso à justiça.

– **Pesquisa de Satisfação Externa:** busca o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder

Judiciário do Amazonas, com a disponibilização do banners de divulgação da pesquisa em local de fácil acesso e visualização na recepção das unidades. Quando o atendimento é feito pelo Balcão Virtual, o servidor responsável pelo atendimento deverá encaminhar o link de avaliação da pesquisa de satisfação ao usuário externo.

RELATÓRIO GERAL DAS COMISSÕES, SUBCOMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO, E NÚCLEOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO GERAL DAS COMISSÕES, SUBCOMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO, E NÚCLEOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

O relatório geral das equipes de trabalho é elaborado pelo Núcleo de Gerenciamento de Projetos, unidade administrativa que integra a Secretaria de Planejamento, por sua vez subordinada à Secretaria-Geral de Administração.

Entre as atribuições do núcleo consta o aprimoramento da gestão pública para maior controle e transparência das atividades desenvolvidas pelos comitês, subcomitês, comissões, grupos e subgrupos de trabalho, núcleos de apoio e núcleos de cooperação no TJAM. O acompanhamento de tais atividades é feito por meio de relatórios semestrais recebidos das comissões e demais equipes de trabalho.

No primeiro semestre de 2023, o setor recebeu relatórios de 76,7% dos responsáveis pelas comissões e demais grupos; no segundo semestre de 2023, foram 69,6% os que entregaram os relatórios; no primeiro semestre de 2024, 64% das unidades enviaram seus relatórios. Os demais não efetuaram essa entrega no prazo dos documentos, considerados essenciais para a transparência e o controle das atividades desenvolvidas. A seguir, apresenta-se o resumo de parte dos relatórios enviados pelas equipes com atividades desenvolvidas até o primeiro semestre de 2024.

COMISSÃO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Comissão de Justiça Restaurativa cumpre sua finalidade ao estruturar e dar andamento às tratativas necessárias para o desenvolvimento da Política Judiciária de Justiça Restaurativa no âmbito do TJAM, como previsto na resolução n.º 17/2021 do TJAM e na resolução n.º 225/2016 do CNJ.

A comissão atua na difusão da política internamente por meio de palestras de comunicação não-violenta nos setores, capacita seus servidores com o compromisso de estruturar a política da melhor forma possível, atua na realização de Círculos de Construção de Paz com os socioeducandos e profissionais que os acompanham, suas famílias, e elabora relatórios de acompanhamento desde as audiências ao pós-medida, em execução ao projeto-piloto em desenvolvimento na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas.

Além do âmbito interno, a comissão atua na difusão e expansão de conhecimento por meio de parcerias interinstitucionais, como ocorre com o Acordo de Cooperação Técnica com a Semed, que deu a oportunidade de capacitar sete turmas de assessores pedagógicos da educação municipal de Manaus, que já buscam mudar os paradigmas na resolução e prevenção de conflitos, em 2023, ano instituído pelo CNJ

como o Ano da Justiça Restaurativa na Educação, para o fortalecimento das comunidades.

Ao longo de 2023, além da capacitação de facilitadores para atuar na vara, foram capacitadas duas instrutoras da comissão. No primeiro semestre de 2024, entre as ações da comissão estão atividades temáticas em todas as unidades socioeducativas para melhorar os vínculos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, na iniciativa “De Boa na Socioeducação”; o acompanhamento individualizado dos adolescentes por equipe direcionada exclusivamente ao sistema socioeducativo; o projeto de acolhida às famílias dos socioeducandos nas audiências concentradas; a elaboração de acordo de cooperação técnica (n.º 21/2024) com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc) para viabilizar o Curso de Facilitador em Justiça Restaurativa via Ejud; o Curso de Introdução à Justiça Restaurativa em Manacapuru para professores, gestores e funcionários do sistema público de educação; para professores e gestores da rede pública municipal de ensino de Manaus.

No período, a equipe também participou das atividades da Liga dos Estagiários da Justiça (LEJ), com o projeto Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade, via Ejud, que realizou ciclo de estudos teóricos acerca de temas afins à Criminologia Clínica

de Inclusão Social para debater sobre o cárcere, além de um ciclo prático com a realização de visitas quinzenais ao Centro de Detenção Feminino, reunindo o grupo de preceptoras e estagiários às mulheres em contexto de privação de liberdade, para estudo prático da vivência do cárcere, em uma troca horizontal de experiências.

COMISSÃO COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS JUNTO AO CEJUSC DO CAREIRO

O Cejusc do Careiro, por meio de sua comissão, tem em seu escopo principal a finalidade de subsidiar os serviços do Judiciário local, no atendimento pré-processual das demandas passíveis de resolução consensual pelas partes, por meio de audiências de conciliação e mediação realizadas. Além disso, visa a oferecer ao cidadão do município maior celeridade na solução de conflitos de menor complexidade e seja possível a aplicação de instituto da conciliação e da mediação, a fim de atender a pretensão das partes, trazer harmonia e uma sociedade mais cooperativa.

O Cejusc funciona por meio de três setores: Setor de Cidadania – oferta serviços de informação, orientação e encaminhamento a rede de atendimento, aos usuários do sistema; Setor Pré-processual – acolhe a demanda espontânea da população, aplica o filtro de necessidades,

absorve o que é de competência, pauta e realiza audiência de conciliação ou mediação e, se ocorrer acordo, realiza a homologação imediata por meio do juiz competente; Setor Processual – recebe os processos judicializados, faz as triagens dos casos, pauta e realiza as audiências de conciliação e mediação.

A comissão realiza ainda o atendimento aos jurisdicionados a fim de orientação e eventual atenuação de demandas nos Juizados Especiais, provendo assim a garantia do acesso à justiça de forma célere, a solução de conflitos no local onde atua.

No segundo semestre de 2023 foram realizadas 399 audiências de conciliação, resultando em 207 acordos em audiências. Foram atendidas 559 pessoas pela equipe da comissão, tanto em audiência quanto para os demais serviços oferecidos pelo Cejusc.

Em julho de 2023 foi inaugurado pelo Tribunal de Justiça o primeiro Ponto de Inclusão de Digital (PID) do Estado do Amazonas, no Distrito de Purupuru, no município de Careiro, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 508/2023 do CNJ, o qual, em razão da sua funcionalidade e estrutura, utiliza-se dos mesmos mecanismos funcionais e operações do Cejusc e atuam no atendimento dos jurisdicionados oferecendo os mesmos serviços e soluções às demandas, além do suporte operacional próprio do PID.

No primeiro semestre de 2024, a comissão atendeu 1.296 pessoas; agendou 609 audiências, realizou 462, que resultaram em 170 acordos, num total de R\$ 460.756,00.

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A Comissão de Acessibilidade e Inclusão tem como função propor, orientar e acompanhar as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação. Presidida pela desembargadora Onilza Abreu Gerth, em 2023 e 2024 a comissão realizou diversas ações voltadas a melhorar o acesso aos serviços do Judiciário estadual.

Entre as atividades desenvolvidas estão a disponibilização de formulário para solicitação do serviço de intérprete de Libras para atender a demandas das áreas administrativas e judiciais; e a participação de intérprete de Libras na sessão de abertura do ano judiciário de 2023 do TJAM, no Mutirão da Justiça pela Liberdade e outros eventos promovidos pelo tribunal, além de audiências e sessões de julgamento. Outro recurso sugerido e adotado por membros do Tribunal Pleno foi a autodescrição nas sessões, como forma de estimular a inclusão.

Outras atividades realizadas pela comissão foram: campanha para

expedição de credencial de estacionamento para uso de vagas destinadas aos idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas; aplicação de “multa moral”, para sensibilizar os servidores de diversos prédios da instituição quanto ao uso indevido das vagas reservadas às pessoas com deficiência.

Também foram feitas campanhas em datas específicas para conscientização sobre deficiências, síndromes e doenças, dos servidores e das pessoas que passam pelos prédios do Judiciário estadual e utilizam seus serviços.

Em 06/07/2023, a comissão promoveu campanha alusiva ao dia da Lei Brasileira de Inclusão, lei n.º 13.146/2015, mais conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em 26/07/2023, promoveu a campanha alusiva ao Dia Nacional do Intérprete de Libras; também foram feitas outras sensibilizações em datas específicas.

Em 2024, a comissão contribuiu com a elaboração de vídeos dos projetos “Encontrar Alguém”, “Simplifica TJAM” e “TJAM Podcast”, com aplicação de acessibilidade comunicacional através de legendas e intérprete de Libras e divulgação dos trabalhos; participou de eventos com intérprete de Libras; alcançou a aprovação da resolução n.º 01/2024, que inclui os símbolos internacionais de acessibilidade

nos crachás de identificação funcional; atuou para elaborar o Acordo de Cooperação Técnica n.º 12/2024, para a cooperação entre os partícipes com vistas ao desenvolvimento de ações de acessibilidade no Estado do Amazonas; fez a estruturação da Sala para Intérpretes de Libras; entre outras ações.

COMISSÃO DE APOIO PARA CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Comissão de Apoio para Cadastro e Distribuição de Processos nas Turmas Recursais dos 66 Juizados Especiais foi criada com o objetivo de dar vazão ao cadastro e consequente distribuição dos recursos encaminhados pelos juizados da capital e varas do interior às turmas recursais, manualmente, tendo em vista a integração incompleta entre os sistemas Projudi e SAJ.

Ao iniciar os trabalhos, havia aproximadamente 12.000 processos pendentes de cadastro e distribuição. De 22/02/2024 a 30/06/2024 a comissão realizou o cadastro de 39.844 processos e a distribuição de 42.012 processos, conforme dados obtidos pelo sistema SAJ-SG. O cadastro dos recursos vindos dos Juizados Especiais foi feito com a inserção de dados como: juiz sentenciante, foro, vara, órgão julgador e advogados.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE E METAS NACIONAIS

A comissão realiza o monitoramento dos índices para alcançar o Prêmio CNJ de Qualidade, realiza contatos com as unidades responsáveis pelo cumprimento dos itens, sob coordenação do desembargador João de Jesus Abdala Simões.

A equipe fez a análise dos índices do Prêmio CNJ de Qualidade; a expedição de ofícios às unidades judiciais e administrativas cujas atividades impactam diretamente na consecução dos objetivos da comissão; e reuniões com coordenadores e juízes envolvidos em atividades afins. Ao identificar itens em que o TJAM não atinge a pontuação máxima, a comissão atua para saná-los ainda no ano de 2024.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E CONTROLE DO PROGRAMA DE TELETRABALHO

Sob a presidência da desembargadora Carla Reis, a comissão tem natureza permanente para o acompanhamento, gestão e controle do programa de teletrabalho na instituição e realiza a análise de pedidos de ingresso no programa de teletrabalho, esclarecimento de

dúvidas; delibera sobre situações de descumprimento das normas por servidores; atende a pedidos de consultas da direção do programa; e propõe sugestões para alteração da resolução que rege o programa de teletrabalho.

Conforme listagem de outubro de 2024 divulgada no portal do TJAM, a instituição tem 399 servidores em teletrabalho, que mensalmente enviam relatórios de produtividade, a fim de comprovar o alcance das metas definidas, no Sistema de Gestão de Teletrabalho; a cada trimestre cada gestor elabora seu relatório de avaliação e todos os relatórios são enviados à Divisão de Gestão de Teletrabalho para apreciação.

COMISSÃO DE APOIO ÀS EXECUÇÕES E CUMPRIMENTOS DE SENTENÇAS PARA ATUAR NO ÂMBITO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

A comissão realiza pesquisa eletrônica patrimonial (protocolo da ordem de restrições e consulta das respostas); digitalização e juntada das respostas nos autos; transferências dos valores para conta judicial; emissão de certidões e atos ordinatórios referentes às consultas realizadas; e envio dos autos conclusos, para análise do juízo.

No primeiro semestre de 2023 foram feitos 20.578 atos e consultas,

em processos de 20 varas da capital e de nove varas do interior. No primeiro semestre de 2024, foram 33.653 atos e consultas, de 20 varas de Manaus e de 11 varas do Interior.

COMISSÃO DE APOIO ÀS VARAS DE FAMÍLIA

A comissão iniciou suas atividades em março de 2023, com a triagem aos processos para que sejam pautadas audiências de conciliação e mediação; realiza o cadastramento dos referidos processos na plataforma Google Meet, para que sejam criados e enviados os links para as partes, com a orientação de instalação do aplicativo e de como participar da audiência.

Até junho de 2023 a comissão agendou 802 audiências; e outras 2.817 audiências, de julho a novembro de 2023, a fim de diminuir a quantidade de processos enviados ao Cejusc-Famílias e ao Cejusc-Zona Leste/Norte. No primeiro semestre de 2024, a comissão realizou todos os atos preparatórios para as audiências de conciliação e pautou 2.599 audiências, das quais foram realizadas 1.389 (53,44%), com 962 resultando em acordos (69,26% do total de audiências ocorridas).

Além disso, a equipe fez a elaboração de termos de audiência, certidões e atos processuais para a movimentação dos processos, e

realizou contatos com as partes requerentes, requeridas, advogados e defensores dos processos.

COMISSÃO DO SISTEMA PERMANENTE DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

O Sistema Permanente de Mediação e Conciliação (Sispemec) do TJAM foi instituído por meio da resolução n.º 04/2015 para a execução da política judiciária, sendo operacionalizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

Sob presidência do desembargador Délcio Luis Santos, a comissão deu andamento aos processos administrativos relativos a demandas na área, como programação de atividades voltadas à conciliação, regularização fundiária, cooperação técnica, entre outros.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E JUDICIÁRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

A comissão tem o objetivo de prestar assistência administrativa e jurídica em todas as atividades extraordinárias relacionadas ao órgão e entre as atividades estão a identificação, a triagem e a organização

de todos os documentos e processos guardados na Sala de Arquivo da Corregedoria-Geral de Justiça e o cadastramento dos itens que devem ser preservados no Sistema de Arquivos do Tribunal (SISGED).

A equipe também realiza correição interna em todos os processos ativos e arquivados da Corregedoria, a cada semestre, cadastrados junto ao sistema PJeCor, a fim de corrigir eventuais falhas e priorizar o andamento daqueles que se encontravam paralisados há mais de cem dias; correição interna em processos ativos da Corregedoria, para identificar aqueles relacionados ao tema assédio moral e sexual e priorizar seu andamento; além de pesquisas e suporte técnico para a elaboração de portarias, provimentos e ordens de serviço.

COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A comissão trabalha com o projeto de consolidação de dispositivos normativos conexos ou afins que servem de parâmetro para elaboração e atualização de novas normas; realiza a identificação e o levantamento de todas as normas confeccionadas para seguir com sua efetiva consolidação.

Em 2024, a comissão fez o levantamento de 386 resoluções expedidas

entre os anos de 2010 e 2023; identificou quais normas sofreram modificações e precisavam ser consolidadas; fez a separação por temas (212), através da análise das normas de regência; transformou-as em formato editável para ser possível realizar a consolidação; fez sua revisão e disponibilizou 214 resoluções expedidas até 2023 no site do TJAM.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

A comissão cessou em 01/02/2023 e durante o mês de janeiro de 2023, a equipe acompanhou 397 servidores em estágio probatório e desenvolveu como principais atividades: autuação do processo de acompanhamento do estágio probatório de cada servidor, após a investidura na função para a qual foi nomeado; orientação dos avaliadores e servidores avaliados; e disponibilização de formulário de acompanhamento de estágio probatório na intranet e por e-mail.

A equipe também fez a inserção nos autos as avaliações de cada servidor; encaminhamento do processo de avaliação à Comissão de Estágio Probatório para análise mais detalhada de casos complexos; deu conhecimento ao servidor e aos avaliadores das decisões proferidas pela Comissão de Estágio Probatório; e fez solicitação de

publicação dos atos de estabilidade dos servidores que concluíram o estágio probatório.

COMISSÃO DE GESTÃO DA MEMÓRIA

A Comissão de Gestão da Memória do Tribunal de Justiça do Amazonas é uma comissão permanente instituída para atender as determinações da resolução CNJ n.º 324/20, que busca a racionalização das atividades e o fortalecimento da identidade do Poder Judiciário através da implantação e manutenção dos Programas de Gestão Documental e Gestão da Memória.

Sob coordenação da desembargadora Carla Reis, a comissão realizou a cerimônia de entrega aos vencedores dos Prêmios Eduardo Ribeiro e Memória, ocorrida no Museu do Judiciário Amazonense, no dia 27/04/2023; a transformação do Museu do Judiciário do Estado do Amazonas em Centro Memorial e Cultural do Judiciário do Estado do Amazonas e a manutenção do Programa de Selo Histórico no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas; a “I Mostra de Pesquisa sobre História e Justiça”, com historiadores que utilizam a documentação oriunda do Poder Judiciário, de 13 a 16/06/2023.

No segundo semestre de 2023 a comissão deu apoio à Esmam na

realização do V Júri Simulado, através da pesquisa e produção da linha do tempo do Tribunal do Júri no Amazonas; também lançou o edital da edição 2023 dos Prêmios “Eduardo Ribeiro” e “Memória TJAM”; e acompanhou visita técnica de servidores do Centro de Memória e Cultura do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) ao Arquivo Central Júlia Mourão de Brito e ao Centro Memorial e Cultural do Judiciário do Estado do Amazonas.

Em agosto de 2024, foi promovida a 3ª edição dos Prêmios “Memória do TJAM” e “Eduardo Ribeiro”, instituída pela portaria conjunta nº 012/2024.

COMISSÃO DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) foi criada para promover o assessoramento e a orientação do presidente do Tribunal e tem como coordenadora a desembargadora Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho.

A comissão realiza o acompanhamento de indicadores; o gerenciamento dos setores da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, de sua interação com os outros setores da instituição; a análise, o estudo e o planejamento de todas as aquisições de tecnologia da informação

(equipamentos, sistemas ou prestação de serviços); gerenciamento e fiscalização dos contratos administrativos relacionados à tecnologia da informação; regulamentação geral do uso da internet, intranet, correio eletrônico institucional e sistemas de informação; planejamento e capacitação de magistrados e servidores, em parceria com as escolas da magistratura e dos servidores; planejamento e rotinas e racionalização de serviços e fluxos operacionais dos sistemas de gestão processual em uso no TJAM (Sistema de Automação da Justiça – SAJ e Processo Judicial Digital – Projudi), e demais sistemas administrativos visando à uniformidade de procedimentos e ações; e tarefas relacionadas à tecnologia da informação que lhe forem atribuídas pela Presidência.

A comissão também contribui para alcançar as metas e exigências impostas pelo CNJ, como a adesão à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ) e a implementação e substituição do SAJ por uma plataforma totalmente gratuita, no caso, o Projudi.

Entre as atividades realizadas estão ainda a elaboração de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Por meio da comissão, o TJAM firmou Termo de Cooperação com os Tribunais de Justiça de Roraima e do Paraná para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do sistema Projudi para que se torne um único sistema.

No primeiro semestre de 2024, a comissão deu início à migração do sistema SAJ para o Projudi em parte das unidades jurisdicionais do TJAM, como Juizados Especiais e Turmas Recursais. E também atuou no desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema Projudi de maneira que se torne o único sistema a ser utilizado em todas as unidades jurisdicionais do TJAM, com a criação de novas funcionalidades.

A comissão contribuiu para a redução de custos por meio da implantação do serviço de carta dos Correios para AR Digital e-Carta, em substituição ao atual serviço v-Post; atuou no aprimoramento da infraestrutura tecnológica do TJAM para proporcionar maior agilidade, segurança e eficiência na prestação dos serviços judiciais por meio da instituição do Programa de Adoção de Nuvem; e ainda na definição de projetos de inteligência artificial, como a modalidade a ser implantada a fim de identificar demandas predatórias, especialmente nos Juizados Especiais.

COMISSÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS AO TCE/AM

A comissão realiza a inserção de dados no sistema e-CAJ/TJAM (Cadastro de Atos Jurídicos), enviados pelas secretarias responsáveis pela administração dos atos jurídicos (contratos, licitações, portarias,

atas de registros de preços e outros); faz a remessa continuada de informações contábeis e de controle da gestão fiscal dos dados inclusos no e-CAJ/TJAM para o sistema e-Contas/TCE, assim como anexa textos aos atos jurídicos informados; inclui dados diretamente no sistema e-Contas/TCE, relativos à execução orçamentária e suas alterações, anexa balancetes e conciliações bancárias, dentre outros necessários; faz contatos com gestores do e-Contas/TCE para esclarecer dúvidas e solucionar problemas durante a prestação de contas.

Em relação ao e-CAJ, destaca-se que passa por constantes alterações, sendo adaptado e expandido para atender as frequentes mudanças nos layouts dos arquivos exigidos pelo TCE. A comissão oferece suporte integral aos usuários para utilização do e-CAJ de modo remoto e presencial nas instalações do TJAM; e realiza a adequação anual do sistema para atender as exigências de cada exercício, de modo a não influenciar os exercícios anteriores.

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL, ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO

A Comissão de Assédio é presidida pela desembargadora Carla Reis e tem desenvolvido várias ações, conforme orientação da resolução nº 351 do CNJ, dentre as quais a elaboração de uma cartilha informativa

sobre Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação, disponível no portal do TJAM, e a Cartilha de Assédio e Discriminação.

A equipe também realizou treinamentos específicos de formação, aperfeiçoamento e capacitação sobre o assédio moral, sexual e discriminação; e implementou a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação na instituição, aprovada pela resolução nº. 08/2023.

Outras ações são: Campanha sobre Saúde Mental, em janeiro de 2023; projeto de intervenção junto a servidores terceirizados; pesquisa Institucional de assédio e discriminação intitulada “Como podemos melhorar o ambiente de trabalho no Tribunal de Justiça do Amazonas?”, de 27/03 a 10/04/2023; participação no curso de formação de novos servidores, em abril de 2023; realização da Semana Nacional de Combate ao Assédio e Discriminação, instituída pela resolução CNJ n.º 450/2022; seminário presencial com o tema “Enfrentamento ao Assédio e a Discriminação” para servidores, estagiários e terceirizados do TJAM, em 04 e 05/05/2023; e exposição artística sobre o Combate e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, no Fórum Ministro Henoch Reis.

No segundo semestre de 2023 a comissão realizou uma ação de

prevenção e enfrentamento ao assédio, em 07/08/2023 no Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, na Zona Leste de Manaus, com a distribuição das cartilhas; fez palestra de prevenção ao suicídio e enfrentamento ao assédio moral e sexual, em parceria com a Escola Judicial, em 26/09/2023, no Auditório Desembargador Arthur Virgílio do Carmo Neto, entre outras atividades.

No primeiro semestre de 2024, a comissão divulgou o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a campanha de promoção da Lei nº 13.718/2018 – Lei da Importunação Sexual, a Campanha de Combate ao Assédio e Discriminação, entre outras ações.

COMISSÃO DE PROCESSAMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS E MANDADOS JUDICIAIS

A comissão tem atribuições com o fim de dar celeridade no cumprimento dos mandados judiciais da comarca de Manaus. De janeiro a junho de 2023, a comissão auxiliou em atividades relacionadas ao mutirão do Tribunal do Júri (1ª, 2ª e 3ª Varas); à “Semana da Paz em Casa”; ao mutirão de audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família (Cejusc – Famílias); e ao mutirão “Justiça pela dignidade”, promovido pela 1ª e 2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual da Criança e do Adolescente.

Dentre as atividades desenvolvidas estão ainda o apoio ao cumprimento de mandados expedidos pelas varas plantonistas; a análise da produtividade dos oficiais de justiça (de junho a novembro de 2023 foram auditados por mês 19.745 mandados); distribuição, impressão e controle dos mandados expedidos nos Sistemas SAJ e SEEU; controle preventivo dos mandados de audiência, condução coercitiva e medidas preventivas de urgência; redistribuição de mandados; recebimento, análise e remessa de mandados positivos (quando assinados); e elaboração de relatório estatístico de mandados, para fins de controle interno.

A comissão realizou atividades de gerenciamento dos 95 oficiais de justiça, com sua alocação nas zonas de cumprimento de mandados, nas sessões do Tribunal do Júri, nas Varas Especializadas em Violência Doméstica para cumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, além do plantão judicial.

Além das atividades de rotina, destaca-se que no primeiro semestre de 2024 a comissão processou 125.419 mandados nos sistemas (SEEU, SAJ e Projudi).

COMISSÃO COM FINALIDADE DE CONTROLE DE REPASSE DE CUSTAS JUDICIAIS ÀS SERVENTIAS PRIVATIZADAS DA CAPITAL E DO INTERIOR

A comissão realiza a baixa do arquivo de retorno das custas judiciais no site do Banco do Brasil, diariamente pelos operadores, alimentando o sistema SAJ ao indicar que as custas judiciais estão sendo pagas e baixadas. Outra atividade é o recebimento via e-mail Institucional ou sistema SEI dos pedidos de repasse das custas judiciais tanto da capital, quanto do interior.

Além disso, a comissão faz a conferência dos boletos que são custas judiciais, separando daqueles que são taxas, preparos, custas de oficiais de justiça, e depósitos judiciais que são receita do TJAM, além de controlar se as guias de custas solicitadas já foram ressarcidas anteriormente, prevenindo o pagamento em duplicidade pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

A equipe também elabora planilhas de controle pelos operadores que separam os recursos que vão ser destinados às varas judiciais e contadorias solicitantes da capital e do interior, separando dessa verba os 5% provenientes desses setores privatizados que, com as taxas judiciárias, são receita do TJAM.

Além disso, a comissão elabora ofício contendo os expedientes de pedidos de repasse de custas das Serventias e Contadorias da capital e interior, com suas respectivas planilhas de controle; o documento passa pela supervisão final da direção técnica da Gestão da Conta Única e é encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças para fazer os trâmites finais desses repasses aos solicitantes.

De 01/01/2024 a 30/06/2024 foram arrecadados, de acordo com o relatório do SAJ, R\$ 97.669.536,41, enquanto o repasse de custas enviado via SEI no período à Secretaria de Orçamento e Finanças foi de R\$ 8.010.746,50, representando um saldo positivo em favor do TJAM de R\$ 89.658.789,91.

COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO NORMATIVA NO ÂMBITO DA CORREGEDORIA-GERAL

Sob orientação do desembargador Jomar Fernandes, corregedor-geral de Justiça, a comissão realiza o levantamento normativo da Corregedoria e de outras consideradas de referência (de Tribunais Superiores e de outros Tribunais Estaduais), para atualização dos textos normativos, em especial o Código de Normas, do ano 2000.

A equipe também realizou visita técnica à Corregedoria-Geral do

Estado de São Paulo, em 22 e 23/05/2023. No segundo semestre de 2023, a comissão fez estudos para criar as minutas de 17 provimentos (n.º 432 a 448/2023 e da resolução n.º 58/2023, sobre o Regimento Interno da Corregedoria).

COMISSÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL E PREVENÇÃO DE RISCOS E ACIDENTES NO TRABALHO

Presidida pelo desembargador Elci Simões de Oliveira, a comissão realizou campanhas mensais voltadas à prevenção da saúde, com a divulgação de mensagens informativas na intranet e no portal do TJAM, com transmissão pelo canal do TJAM no YouTube e outras redes sociais.

No ano de 2023, em janeiro foi realizada a campanha “A Vida Pede Equilíbrio”, com uma roda de conversa sobre saúde mental em parceria com seguradora de saúde; em fevereiro foi promovida campanha de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

Em março foram feitas ações de conscientização sobre o câncer de colo de útero e prevenção ao câncer de intestino, com a coleta de materiais para 28 exames preventivos e 15 testes rápidos de sífilis e HIV, em parceria com unidades de saúde; palestra com a ginecologista

Mônica Bandeira de Melo; também foram feitas 129 aplicações de vacina tríplice viral e contra hepatite, febre amarela, tétano e Covid-19.

Em abril, a equipe realizou ações de conscientização sobre segurança e saúde no trabalho, sobre o autismo, incluindo palestra e ginástica laboral por profissionais de educação física e fisioterapia para os servidores.

Em maio, a comissão fez a divulgação de ações de conscientização das doenças inflamatórias intestinais e prevenção à hepatite, além de vacinações contra o vírus H1N1 (336 doses) e Covid bivalente (274 doses) para servidores, magistrados, estagiários e terceirizados, em parceria com unidade de saúde.

COMISSÃO DE VALIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE DADOS DO DATAJUD

A comissão tem suas atribuições e competências definidas na resolução nº 331/2020 do CNJ, desempenhando atividades relacionadas à administração dos dados do TJAM no sistema DataJud do CNJ, para garantir que o sistema funciona adequadamente, fornecendo informações precisas e atualizadas. A comissão também faz o monitoramento constante para identificar eventuais problemas

ou inconsistências nos dados, possibilitando correções e melhorias necessárias.

Em 2023, a comissão realizou a alteração dos processos em que as classes não eram último nível para uma classe último nível em varas das áreas cível, criminal, de fazenda pública; alteração dos processos em que os assuntos não eram último nível para um assunto último nível; inclusão de CNPJ para partes ativas cujo nome é Município de Manaus, no SAJ; inclusão de CNPJ do Ministério público para inúmeras partes; retificação de partes (pessoa jurídica) sem CNPJ em autos do Projudi; baixa de 170 processos incidentes do SAJ em que o principal estava baixado; atualização e configuração no SAJ-PG5, SAJ-SG5 e Projudi das alterações em Tabela Processual Unificada (TPU); unificação de cadastros controlados no sistema SG5 das entidades; ajustes e adequação do painel Justiça em Números conforme nova parametrização DataJud do CNJ; criação de novos painéis Power BI e adaptações de painéis existentes conforme nova parametrização do Prêmio CNJ de Qualidade 2023.

A comissão também atuou no desenvolvimento de novo procedimento de remessa de processos para o Cejusc no SAJ-PG5 e de tutorial e treinamento sobre o procedimento; no desenvolvimento de novo procedimento de movimentação de audiências no SAJPG5, com o

respectivo tutorial e treinamento; alteração do fluxo das varas cíveis para novo procedimento de envio para o Cejusc no SAJ-PG5; na extração de várias listagens para auxiliar as varas nas retificações.

Mensalmente, a comissão faz: análise e correção dos movimentos e ajustes dos dados; envio dos dados referente ao mês anterior para o DataJud e também faz solicitações técnicas para atualizações e melhorias na tramitação dos processos.

No primeiro semestre de 2024, a comissão realizou a adaptação do extrator do DataJud para nova versão do Modelo de Transmissão de Dados; fez a inclusão de informação de tipo de prioridades do processo, de custa processual, de Juízo 100% Digital; ajustes e adequação do painel de Justiça em Números conforme nova parametrização do DataJud em suas versões novas; configuração dos sistemas (SAJ e Projudi) para utilização de Tabelas Processuais Unificadas (TPU); entre outras atividades.

COMISSÃO DO CONSELHO DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO

A Insígnia da Ordem é a mais elevada distinção honorífica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, constituída de três Graus: I - "Grande Mérito (dourada)", II - "Mérito Especial (prateada)" e III - "Mérito

(bronze)”, conforme os critérios estabelecidos no seu regulamento.

A Ordem é administrada por um conselho composto de cinco desembargadores, sendo membros natos da Ordem no grau de “Grande Mérito”: presidente do TJAM (que preside a comissão), vice-presidente e corregedor-geral de Justiça. Os demais são eleitos pelo Tribunal de Justiça, de dois em dois anos, para um mandato de igual tempo.

A solenidade de outorga acontece em dois momentos: na posse do novo desembargador, quando será condecorado com a medalha no grau de “Grande Mérito” e com a diplomação; e anualmente, após aprovação pelo conselho dos novos agraciados, que recebem medalhas e diplomas, conforme o grau e o quadro do futuro agraciado, em data a ser designada pelo presidente.

Entre as atividades da comissão estão a organização das medalhas para futura Sessão Solene de Outorga da Medalha do Mérito Judiciário; definição de local do evento e elaboração de arte do convite aos agraciados e autoridades.

Em 2023, foi realizada a entrega da Medalha “Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas”, no grau “Grande Mérito”, à ministra Rosa Weber, então presidente do Supremo Tribunal Federal e do

Conselho Nacional de Justiça; e da Medalha do Mérito Judiciário, em 20/03, no Fórum Desembargador Walmir Boná Robert, no município de Tabatinga. Em 19/12/2023, foi realizada a 1ª. Sessão Solene de Outorga da Medalha e Diploma do Mérito Judiciário ano 2023, no Auditório Desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro.

COMISSÃO DO GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

A comissão realiza ações seguindo as orientações e metas do Conselho Nacional de Justiça, por meio da resolução CNJ n.º 462/2022, para aumentar a eficiência da administração pública e elabora relatórios com os resultados verificados. A comissão também atua no alinhamento com grupos de pesquisa da Escola Judicial, para a valorização e visibilidade dos trabalhos científicos dos servidores e magistrados, entre outras iniciativas.

Em relação aos grandes litigantes, a comissão analisa processos contra o Banco Bradesco, devido à quantidade de processos nos acervos dos Juizados Especiais Cíveis. A equipe também analisa os dados da Semana da Baixa Processual; faz consultas sobre as especializações das comarcas do interior para dar suporte à Presidência na tomada de decisões; faz estudos sobre demandas repetitivas no TJAM para garantir que essas causas tenham a mesma solução, propiciando

celeridade, isonomia e segurança jurídica no tratamento de questões com grande repercussão social.

Outras iniciativas são a correção de partes nos processos (inserção de documentos válidos) para diminuir o tempo de tramitação processual e reduzir a taxa de congestionamento; o estudo de remodelagem no procedimento de audiências e a revisão da parametrização e correta utilização das classes/assuntos/movimentos constantes das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, para aprimorar a estrutura de trabalho nas unidades judiciárias e estabelecer novos modelos de gestão e torná-las eficientes.

Entre as atividades também foram feitas ações de sensibilização com magistrados e servidores quanto a sentenças de homologação de acordos, com seminários presenciais e a distância. A equipe também atuou na reestruturação e ampliação da Pesquisa de Satisfação Externa – realizada no portal do TJAM, em totens nos prédios da capital e por formulários em papel nas comarcas do interior – para estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e a instituição e encontrar mecanismos para superar as dificuldades de acesso à justiça.

COMISSÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ODS

Sob coordenação da desembargadora Nélia Caminha Jorge, a Comissão atua com a interação entre magistrados, servidores e demais usuários do sistema de justiça, com foco no desenvolvimento de estudos e propostas de práticas de inovação e melhoria para a gestão do tribunal.

A comissão realizou a avaliação de projetos como o “Sistema de Negociação Virtual”, desenvolvido pelo Tribunal da Justiça da Bahia e utilizado nas comarcas do interior do Amazonas, de março a outubro de 2022, para composição consensual, especialmente com orientação da sistemática a grandes empresas demandadas.

Quanto ao projeto “Levando cidadania aos ribeirinhos da Amazônia”, este foi iniciado em junho de 2022 dentro da área da Comarca de Humaitá, para promover melhores condições de acesso a serviços judiciais pelas populações ribeirinhas que vivem às margens do Rio Madeira e adjacências. Para tanto, foi necessário o mapeamento dos processos e das demandas processuais dos ribeirinhos e a assinatura de Termo de Cooperação Técnica, com as obrigações, responsabilidades, previsão de recursos entre o TJAM e a Prefeitura de Humaitá.

Quanto ao projeto “Girassol”, com o objetivo de evitar a violência institucional contra crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, concentrando o seu depoimento em um único ato, este teve ações iniciadas em 2023 e terão duração permanente nas Varas de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.

Outro projeto perene iniciado em 2023 é o “Vara Diamante”, a fim de promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços, e dar efetividade às diretrizes instituídas pelo CNJ quanto ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e de outros indicadores do Poder Judiciário. Como resultado também se pretende a valorização do trabalho dos servidores por meio de premiações às Varas.

Já o concurso “Ideias Criativas” foi realizado de fevereiro a março de 2023 para definir o nome do Laboratório de Inovação do TJAM, que passou a ser “LegalLAB”, e posteriormente foram atualizadas informações do setor na intranet e nas mídias sociais. A comissão também promoveu o curso Inovação no Setor Público, para capacitar os membros da Comissão do Laboratório de Inovação e Inteligência do TJAM, de forma online por meio de Escola Judicial do TJAM, em maio de 2023.

Outros projetos em que a comissão atuou foram o “Linguagem

Simples” e o “Simplifica TJAM”, que pretendem fomentar a adoção de linguagem clara e acessível nos documentos oficiais e nas ações e iniciativas do TJAM. O intuito é promover a compreensão das informações jurídicas a todos os cidadãos na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade, além de garantir o acesso equitativo à justiça, proporcionando uma comunicação efetiva entre o tribunal e a sociedade.

Além disso, a equipe colaborou no projeto “Linguagem Cidadã aos Povos indígenas”, com o objetivo de facilitar o acesso à justiça aos povos indígenas e incentivar o uso de linguagem acessível e inclusiva; e o dos “Pontos de Inclusão Digital – PID – Nível 2”, em parceria com outros órgãos públicos para oferecer maior acesso à cidadania e à justiça em localidades desassistidas, conforme a resolução CNJ n.º 508/2023.

A comissão também realizou estudo de aperfeiçoamento da destinação dos recursos oriundos de penas pecuniárias; e atuou na “Oficina de Inteligência Artificial – Ferramenta Arandu”, para o desenvolvimento de práticas, envio de sugestões, demandas, com o propósito de buscar soluções de aprimoramento do sistema Projudi, de automação e inteligência artificial.

COMISSÃO GESTORA DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)

Sob coordenação do desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, a comissão sugeriu a alteração do Regimento Interno do TJAM, acolhida pelo Tribunal Pleno em 28/02/2023, para acrescentar o §5º ao artigo 219 do RI: “§ 5.º Caberá ao relator decidir sobre a atribuição de efeito suspensivo aos embargos de declaração em que houver pedido de manifestação do tribunal sobre modulação”.

A comissão também sugeriu o cancelamento do Enunciado de Súmula n.º 2 do TJAM para adequá-lo ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.450.819/AM, que deu provimento ao recurso em obediência à tese fixada no Tema 876. A proposta foi aprovada pelo Tribunal Pleno em 20/06/2023.

Outra sugestão foi feita ao Centro de Inteligência do TJAM para adesão do tribunal à Nota Técnica n.º 8 do TJBA, que trata do momento mais indicado para o “dessobrestamento” dos processos suspensos no Nugep que se encontram aguardando o julgamento de temas afetados nos tribunais superiores.

A comissão também faz a supervisão dos trabalhos do Núcleo de

Gerenciamento de Precedentes (Nugep), verificando suas principais necessidades. Registra-se que de 22 a 25/05/2023, o Nugep participou presencialmente da primeira edição do Projeto Imersão: Precedentes Qualificados e fez visita técnica institucional ao STF e ao STJ.

A comissão participou de reuniões com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJAM para dar continuidade à elaboração da webservice do Tribunal, para envio e acesso de dados ao Banco Nacional de Precedentes (BNP) do CNJ, em conformidade com a resolução do CNJ n.º 444/2022.

No primeiro semestre de 2024, foi aprovada a ideia da comissão de dispor de uma ferramenta de BI (Business Intelligence), com o objetivo de propor um conjunto de estratégias e técnicas para analisar dados e melhorar as decisões estratégicas na gestão dos precedentes.

A comissão destaca que, em cumprimento à portaria CNJ n.º 116/2022, o TJAM passou a integrar o Banco Nacional de Precedentes (BNP), em 21/05/2024, quando todas as suas súmulas e teses fixadas por meio dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) foram inseridas no Projudi, que está integrado ao BNP.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Sob a presidência do desembargador Hamilton Saraiva e vice-presidência da desembargadora Vânia Marinho, no primeiro semestre de 2023 a comissão realizou reuniões de trabalho, fez o julgamento de impugnações apresentadas ao edital do certame; realizou o sorteio das vagas destinadas aos candidatos negros e às pessoas com deficiência.

No segundo semestre de 2023 foram realizados: o julgamento de impugnações apresentadas ao edital; a prova objetiva em 01/10/2023; audiência pública para a identificação das provas objetivas da seleção e o julgamento de recurso apresentado contra o gabarito da banca examinadora.

No primeiro semestre de 2024, a comissão realizou o julgamento de recursos contra o resultado da fase subjetiva; homologação, indeferimento e julgamento de recursos relacionados com a inscrição definitiva dos candidatos; recebeu documentação para avaliação da prova de títulos; realizou a prova oral; realizou a audiência de heteroidentificação e avaliação para pessoas com deficiência.

COMISSÃO ORGANIZADORA DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

Presidida pelo desembargador Jomar Fernandes, a comissão primeiramente solicitou informações da Secretaria-Geral de Justiça do TJAM com a relação atualizada do número total de cargos vagos na magistratura, na primeira e segunda instância. Dados de 02/12/2022 davam conta de 33 vagas em aberto. A comissão foi formada por representantes de diversos órgãos, houve a elaboração do Termo de Referência para licitação e contratação da empresa organizadora, já com base na Nova Lei de Licitações.

Após contatos com as empresas para apresentarem proposta, a Fundação Getúlio Vargas, o Cebraspe/Cespe e o IESES manifestaram interesse na contratação, sendo o último escolhido por já ter sido contratado anteriormente pelo TJAM para o concurso de cartórios extrajudiciais e ter capacidade técnica para a seleção.

Com a autorização para contratação de banca com dispensa de licitação, o contrato foi firmado e assinado pela presidente do TJAM e pelo representante do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES); posteriormente, devido aos fatos como a falta de energia

durante a aplicação do Exame Nacional da Magistratura (Enam) e posterior baixo índice de aprovação no exame, a comissão propôs a rescisão amigável do contrato, tratada na esfera administrativa.

COMISSÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES DESTINADAS AO INCENTIVO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO

Com atribuições previstas na resolução nº 255/2018, a comissão é presidida pela desembargadora Carla Reis e atua para assegurar uma representação justa e inclusiva, ressaltando o potencial e o valor das mulheres no contexto jurídico.

A comissão realizou várias ações, como: a atualização do perfil da Comissão de Participação Feminina no Instagram para divulgação dos eventos, ações e projetos realizados; a exposição Itinerante “Direito Delas! Dinheiro, Poder e Autonomia”, em programação especial em parceria com o Consulado Honorário da Suécia, com o apoio da embaixada da Suécia no Brasil, no hall do Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, de 15 a 18/05/2023, com 22 painéis com temas relacionados ao empoderamento feminino, autonomia nas decisões e independência financeira.

A comissão também atualizou o Repositório Nacional de Mulheres Juristas, que reúne informações e dados de mulheres juristas em todo país; elaborou novo layout para a página Comissão da Participação Feminina no site do TJAM; divulgou a “Carta de Brasília pela igualdade de gênero no Poder Judiciário”, para fomentar o debate e chamar a atenção para a necessidade de maior participação das mulheres em função de liderança e decisão no Poder Judiciário e abordar questões como a falta de representatividade feminina na área jurídica, entre outras ações.

No primeiro semestre de 2024, a equipe promoveu ações de conscientização e divulgação no TJAM, com a participação de servidores, em várias ocasiões, como: Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em 21/01; campanha de conscientização no Carnaval com o tema “Meu corpo não é sua folia – Depois do não, tudo é assédio”; projeto TJAM Mulher: “Caminhos do Protagonismo”, com vídeo em alusão ao Dia Internacional da Mulher tendo como entrevistada a desembargadora Graça Figueiredo; entre outras iniciativas.

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSESSORAMENTO DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Esta comissão realizou em 2023 a análise dos processos de remoção e promoção de magistrados; o monitoramento das determinações da Corregedoria Nacional de Justiça sobre a inspeção realizada no TJAM em 2022; a elaboração de minutas de resoluções e portarias; a listagem das entidades devedoras do orçamento de 2024; e implementação do alvará eletrônico para os precatórios.

Em 2024, foi feita a análise de processos administrativos sobrestados em gestões anteriores; além de ações em relação à implementação do Sistema de Gestão de Precatórios e promoção de curso na gestão dos mesmos; procedimentos de remoção e promoção dos magistrados; cadastramento de CPF das partes ativas e passivas no SAJ-PG5 e SAG-SG, visando a alcançar o Prêmio CNJ de Qualidade, entre outras ações.

COMISSÃO DO NÚCLEO DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS DA PRESIDÊNCIA

O Núcleo de Expedição de Precatórios da Presidência (NUEP) foi instituído em 2024 para cumprimento de meta da Presidência do TJAM, determinada pelo CNJ, a fim de instituir sistema próprio de gestão e

pagamento de precatórios no âmbito do TJAM, em cumprimento aos termos da resolução CNJ 303/2019 e da resolução TJAM n.º 019/2023.

A comissão realizou a operacionalização do novo Sistema de Gestão de Precatórios (SGP) e do novo sistema de automação judicial (Projudi); a padronização do fluxo de autuação e pagamento de precatórios; a nova certidão de formalização de precatórios (CFP) e implantou a nova rotina processual de precatórios, com a uniformização do preenchimento de requisitos obrigatórios.

Além disso, fez a análise, o cadastramento e a autuação dos processos de precatórios no novo Sistema de Gestão de Precatórios; elaborou o manual de atividades do núcleo, com controle das atividades para visualizar os resultados alcançados; fez a emissão de ofícios requisitórios de precatórios, entre outras atividades.

COMISSÃO PERMANENTE DE ATENDIMENTO DO NÚCLEO PRÉ-PROCESSUAL (NAPP)

O núcleo é presidido pelo corregedor-geral de Justiça e tem o objetivo de receber, registrar e adotar as providências iniciais para apuração das reclamações dos jurisdicionados quanto à morosidade processual,

antes da instauração de processo administrativo. Sua implantação teve como finalidade descongestionar a grande demanda de reclamações direcionadas à Corregedoria-Geral de Justiça solicitando providências para a solução das lides processuais.

As decisões tomadas são registradas, formalizadas e documentadas através de processos registrados no sistema SEI, de forma transparente, com acesso ao jurisdicionado e a todos que se interessarem, com consulta realizada pelo número do processo administrativo ou pelo nome do demandante.

No segundo semestre de 2023 foram desenvolvidas atividades como o acompanhamento na inserção de informações acerca do sistema prisional de comarcas do interior. Também foi feito atendimento às demandas relacionadas ao “Quero Conciliar”, programa pelo qual o NAPP é responsável, através do e-mail institucional destinado às partes que desejam participar da Semana Nacional de Conciliação. Foram recebidos 467 e-mails com processos possivelmente eleitos para serem pautados durante a semana e enviados às varas mais de 19 mil processos para que fossem pautadas audiências. Em 2024, a comissão fez o atendimento relativo a processos, que foram respondidos pelas respectivas varas.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Presidida pelo desembargador Délcio Luís Santos, a comissão realizou a publicação do termo de eliminação de documentos de relações com dez mil processos administrativos sobre férias. No segundo semestre de 2023, além das atividades de filtragem de aproximadamente 296 caixas, foi feito cadastramento, análises jurídica e histórica dos documentos.

A comissão realizou em agosto de 2023 o descarte de 1.967,45 quilogramas de papel, destinados à reciclagem na Instituição Recicla Manaus Comércio de Resíduos de Papel. No primeiro semestre de 2024, a comissão concluiu a importação e o cadastro de 10.123 processos para eliminação.

A meta é de 20 mil processos a serem eliminados anualmente para que o Arquivo Central obtenha espaço físico para receber os demais processos advindos das comarcas de Entrância Final e Inicial, dividida em duas fases. Quanto aos objetivos estipulados para o 1º semestre de 2024, a comissão atingiu as atribuições, alcançando um resultado de 101,23% do estabelecido.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SERVIDOR

A comissão realiza atividades de acompanhamento de servidores em estágio probatório; autua processo de cada servidor, após a investidura na função para a qual foi nomeado; orienta avaliadores e servidores avaliados; disponibiliza formulário de acompanhamento de estágio probatório na intranet e por e-mail; insere nos autos as avaliações de cada servidor; encaminha a avaliação à Comissão de Estágio Probatório para análise mais detalhada de casos complexos; dá conhecimento ao servidor e aos avaliadores das decisões proferidas pela Comissão de Estágio Probatório; e publica os atos de estabilidade.

De janeiro a maio de 2023 a comissão recebeu as seguintes demandas: 42 servidores iniciaram o estágio probatório; 273 avaliações foram recebidas e analisadas; 12 servidores foram estabilizados e 11 pediram exoneração.

Quanto à movimentação funcional dos servidores, a comissão fez o acompanhamento do processo administrativo no SEI, referente à movimentação funcional (progressão e promoção) do ano de 2023; elaborou planilha mensal com a relação de servidores para a movimentação funcional, com as respectivas conferências no sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH) e na planilha de controle de

movimentação.

No período de janeiro a maio de 2023 foi realizada a movimentação funcional de 367 servidores; com a atualização do enquadramento funcional (classes e letras) de 367 servidores no sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH); além do encaminhamento de planilha, via e-mail, para a Divisão de Folha de Pagamento, referente à movimentação funcional do mês de referência; publicação no DJE; atualização mensal nas planilhas para inserção no portal da transparência; elaboração de minutas de atos referentes à movimentação funcional; e esclarecimentos de dúvidas de servidores.

Durante o primeiro semestre do ano de 2024 a comissão efetuou a movimentação funcional (progressão e promoção) de 563 servidores, com a atualização do seu enquadramento funcional e demais procedimentos necessários; prestou informações em 34 processos administrativos referentes a pedidos de retificação de enquadramento funcional, informações do enquadramento funcional, pagamento de verbas retroativas de movimentação, certidão e aposentadorias.

COMISSÃO PERMANENTE DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DA CAPITAL

A comissão atua na fiscalização, controle e monitoramento dos atos praticados pelos Cartórios Extrajudiciais do Estado, além de realizar correições Ordinárias Anuais, visitas para acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e o cumprimento das obrigações legais por parte dos responsáveis pelas serventias extrajudiciais.

Foram finalizadas 29 correições referentes ao exercício 2023, ano-calendário 2022, que contemplam quase todos os cartórios extrajudiciais da Comarca de Manaus. No primeiro semestre de 2024, o trabalho da comissão abrange 30 processos contendo questionamentos atualizados sobre aspectos contábeis e jurídicos, acerca de seu funcionamento, constando a apresentação de algumas respostas, estando outros em análise.

COMISSÃO PERMANENTE DE CORREIÇÃO VIRTUAL NAS UNIDADES JUDICIAS E EXTRAJUDICIAIS DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidida pelo desembargador Jomar Fernandes, a comissão realizou

correição na modalidade virtual em apoio à Comissão de Correição Ordinária presente na 1ª Vara da Comarca de Manacapuru, de 10 a 14/04/2023, alcançando 1.710 processos criminais; 1.209 processos de família; 1.003 processos da Lei Maria da Penha.

Em maio de 2023, a equipe iniciou a correição virtual na 1ª Vara da Comarca de Iranduba. De julho a dezembro foram feitas correições virtuais nas comarcas de: Eirunepé, Nova Olinda do Norte, Maués, Tabatinga, Borba, Rio Preto da Eva, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Manacapuru (2ª Vara), com recomendações nos relatórios conclusivos de cada unidade judicial.

Em 2024, a comissão atuou sozinha nas seguintes unidades judiciais: 2ª Vara de Iranduba; 1.º Juizado Especial Cível e Criminal de Manacapuru; 1.º Juizado Especial Cível e Criminal de Coari; Vara Única de Carauari; Vara Única de Novo Aripuanã; Vara Única de Fonte Boa; Vara Única de Jutai; Vara Única de Maraã. A Comissão também atuou em auxílio às comissões de correição presenciais nas seguintes varas: 1ª Vara de Tefé; 3ª Vara de Parintins; 2ª Vara de Coari, além de Lábrea, Novo Airão e Autazes.

A solicitação de apoio da comissão é feita através de contato à Divisão de Correição da Corregedoria-Geral de Justiça, que disponibiliza o

acesso dos membros da comissão às filias correicionais nos sistemas Projudi e SAJPG5.

COMISSÃO PERMANENTE DE CORREIÇÃO VIRTUAL NAS VARAS DA CAPITAL

A Comissão Permanente de Correição Virtual atuou com correição híbrida (virtual e presencial em 1.759 processos) na Vara da Auditoria Militar, presidida pelo desembargador Abraham Peixoto Campos Filho.

Ainda em 2023 foi feita a correição integral da 1.^a Vara do Tribunal do Júri (860 processos), 2.^a Vara do Tribunal do Júri (1.339 processos), 3.^a Vara do Tribunal do Júri (278 processos); além da Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (7.371); 2.^a Vara Cível e de Acidentes do Trabalho (3.358); Vara de Registros Públicos (2.209); 3.^a Vara Cível e de Acidentes do Trabalho (2.956) e 6.^a Vara Cível e de Acidentes do Trabalho (4.080 processos); e iniciada a correição do acervo virtual da 7.^a Vara Cível e de Acidentes do Trabalho.

No primeiro semestre de 2024, foi feita a correição da 9.^a Vara Cível e de Acidentes do Trabalho (4.966 processos); 10.^a Vara Cível e de Acidentes do Trabalho (4.723); 10.^a Vara de Família de Manaus (1.491); 11.^a Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (6.522) e 12.^a Vara Cível e

de Acidentes de Trabalho (8.322).

Os servidores atuam diretamente nos sistemas judiciais da capital, com acesso a todo o acervo das varas. Os processos são distribuídos internamente, conforme o tamanho do acervo e o número de servidores na comissão. Todas as atividades são controladas por planilhas específicas para cada vara correicionada, com apoio de gráficos que permitem um controle estatístico, tanto do andamento das atividades da comissão, quanto da situação dos processos da vara. Os dados obtidos garantem que o monitoramento realizado sirva como orientação e que melhorias específicas sejam propostas aos servidores da vara, no intuito de otimizar suas funções.

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIAS

A comissão tem como atribuições: exarar despachos e relatórios finais nos processos disciplinares submetidos à CGJ/AM; realizar audiências; apurar o cometimento de falta disciplinar por servidor público e pelos delegatários dos serviços públicos do TJAM.

A comissão emitiu despachos e relatórios finais em processos administrativos disciplinares (PAD) e sindicâncias submetidos à CGJ/

AM; participou nas audiências destes processos; fez a apuração e deliberação acerca de falta disciplinar por servidores públicos do TJAM e delegatários dos serviços públicos do TJAM.

No primeiro semestre de 2024, foram sete processos administrativos disciplinares de servidores e três de agentes delegatários; quanto às sindicâncias, foram dez de magistrados, quatro de servidores e três de Juízos.

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Sob coordenação do desembargador Airton Luís Corrêa Gentil, a comissão encaminhou diversos estudos e projetos, como o Plano de Formação e Especialização para Agentes de Segurança, para ser executado pela Escola Judicial; a avaliação de risco dos magistrados de 1º e 2º graus em situação de ameaças (executado em âmbito sigiloso); a proibição de recebimento de armas em fóruns, aprovada pela resolução n.º 013/2022 do TJAM; a proposta de minuta de regulamentação de funções de maior relevância ou responsabilidades devidas aos oficiais e praças à disposição do TJAM e a distribuição do efetivo, aprovada pela resolução n.º 010/2023 do TJAM; proposta de minuta do Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento da violência doméstica contra

magistradas e servidoras, cumprida; anteprojeto de lei para estabelecer representações, gratificações e diárias dos militares à disposição do TJAM e criar o Grupo de Escolta Pessoal de Autoridades (GEP).

Fez ainda o encaminhamento de projeto de criação do Centro de Segurança e Inteligência Institucional; proposta de reestruturação do Centro de Videomonitoramento; de elaboração de planos de emergência, de segurança orgânica e de segurança para o VIII Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça.

Além disso, a comissão realizou diversas vezes a destruição de armamentos com o Exército Brasileiro e fez o recolhimento e a escolta de armamento nos municípios de Maraã, Rio Preto da Eva, Uarini, Santa Isabel do Rio Negro e Iranduba. Também realizou curso do Plano de Formação e Especialização dos Agentes de Segurança, em execução pela Ejud, com várias disciplinas.

A comissão também recebeu ocorrências de ameaças de magistrados e servidores e pedidos de escolta especial e deu-lhes o devido acompanhamento; analisou pedidos sobre a segurança de áreas e instalações; entre outras ações.

COMISSÃO PERMANENTE DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

Atuando de maneira ampla na reformulação e no aperfeiçoamento do planejamento das contratações do Tribunal de Justiça do Amazonas, destaca-se dentre as ações de 2023: o mapeamento de todas as necessidades de contratação do Tribunal para o ano de 2024; elaboração da versão preliminar e conclusão da etapa de planejamento do PCA 2024; a reformulação da página do Plano de Contratações Anual (PCA) no site do TJAM; e a criação do painel de Business Intelligence (BI) referente à etapa de planejamento do PCA.

No primeiro semestre de 2024, a comissão tinha como meta realizar: o monitoramento da execução do PCA 2024; o levantamento de necessidades das unidades não participantes do processo de contratações; o levantamento das necessidades das unidades técnicas; a consolidação dos dados; e a provação da versão preliminar do PCA 2025, sendo todas cumpridas no período.

COMISSÃO PERMANENTE DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO

A comissão atuou no período de 180 dias em 2024, realizando o agendamento, via e-mail ou ligação telefônica, do comparecimento

da comissão nos setores, conforme cronograma de inventário. Então realizou o Inventário físico dos bens patrimoniais, com o registro dos tombos em planilha; fez a transferência dos tombos no sistema AJURI, conforme o Manual de Inventário; fez o levantamento de bens de uso pessoal (particular) presentes nos setores, para doação ou não, com o termo de registro ou termo de doação; fez o levantamento de bens não localizados no sistema AJURI; realizou o levantamento de móveis fabricados pela seção de movelaria do TJAM; identificou os bens sem tombos (ou caídos e descolados do bem patrimonial).

A comissão também, agendou o comparecimento da equipe de comissão para realizar o tombamento e solicitou a assinatura do “Registro de Inventário” no sistema SEI sobre a conclusão do inventário. Em 2023, o inventário anual atingiu 55,16% do total estimado; em 2024, foram concluídos 74% dos agendamentos, com 373 setores inventariados de um total de 504 unidades.

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (CGOV TIC)

O comitê realizou as seguintes ações: planejamento e execução das atividades de suporte à governança de tecnologia da informação e comunicação do TJAM; assessoramento na elaboração, formalização,

acompanhamento e revisão dos planos e processos da ENTIC-JUD.

Além disso, o comitê atuou na consecução do Prêmio CNJ de Qualidade de 2024, com referências ao Eixo Dados e Tecnologia, para alcançar a melhor pontuação nos requisitos de avaliação, como Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura em Tecnologia da Informação (iGov-TIC-JUD), implantação do Núcleo de Justiça 4.0, integração com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e implantação da Plataforma Codex.

COMITÊ DE INTEGRIDADE INSTITUCIONAL

Sob a presidência do desembargador Hamilton Saraiva, o comitê realizou reuniões para atualizar as informações institucionais no sistema e-Prevenção e responder a pesquisa sobre o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção; teve a participação de integrantes no Seminário de Encerramento e Apresentação dos Resultados do Programa “Formação para a Cultura de Integridade Pública”, em 15/06/2023, realizado no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Membros do comitê também participaram dos Cursos “Programa Nacional de Transparência Pública”, “O Controle Externo na Vanguarda da Integridade” e “Seminário: Apresentação dos Resultados do

Programa de Integridade para os Jurisdicionados”, nas modalidades autoinstrucional e presencial, oferecidos pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; e participação de membro no curso “Formação de Gestores do Poder Judiciário em Sistemas de Integridade e Compliance”, na modalidade online, oferecido pelo CNJ, entre outros eventos da área.

O comitê apresentou a proposta para implantação e consultoria em Sistemas de Integridade/Compliance, em 19/06/2023 em reunião híbrida com todos seus membros. A equipe também discutiu com responsáveis por setores sobre a gestão de riscos e a necessidade de implementação de sistema para aumentar a capacidade do TJAM para lidar com incertezas, estimular a transparência e contribuir para o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos.

No primeiro semestre de 2024, o comitê realizou a efetiva implementação da Gestão de Riscos no TJAM junto à Secretaria de Gestão de Pessoas, à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, à Secretaria de Expediente, à Secretaria de Infraestrutura, à Secretaria de Orçamento e Finanças, à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, à Secretaria de Planejamento, com o mapeamento de processos nas unidades administrativas a fim de elencar as atividades e serviços executados e seus respectivos riscos, para traçar estratégias a fim de mitigá-los ou

eliminá-los, com a disponibilização dos fluxos e matrizes na intranet.

Além disso, foi feita a divulgação do resultado da Campanha “Pegou esse Código?” e autorização para a realização de nova pesquisa, e medidas administrativas para transformação da portaria que instituiu o Código de Ética e Conduta em resolução.

Entre outras ações, foi feito ainda o lançamento da Pesquisa de Satisfação por meio da Secretaria de Planejamento para avaliação dos serviços e atendimentos realizados no Poder Judiciário, por meio de cartazes afixados em todas as unidades jurisdicionais.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Vinculado à Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), o comitê realizou atividades como: a definição e publicação das Políticas de Segurança da Informação; a divisão e escrita das Políticas de Segurança da Informação; a definição do escopo de atuação da equipe de resposta a incidentes e a definição dos seus integrantes; a definição e a implantação de um sistema de cofre de senhas; a definição e a implantação de um sistema OpenSource para autenticação via LDAP nos sistemas operacionais Linux; a definição das atividades relacionadas à gestão de identidade e acesso; e a definição das atividades correlacionadas à administração das contas

com privilégios administrativos e sua padronização.

A equipe também realizou a definição e criação de procedimentos para a resposta a incidentes de segurança; a definição da matriz de responsabilidade das atividades correlacionadas à segurança da informação; a revisão da planilha de Gestão de Riscos e mitigação dos riscos identificados; a realização de provas de conceito de soluções de segurança disponíveis no mercado, relacionadas à segurança da informação e segurança cibernética (visando à auditoria do ambiente computacional do TJAM e à proteção de dados); o acompanhamento da implantação do Firewall Web Application (WAF F5); além de estudo, implantação e adequação de checklist de controles, gerenciamento de identidade e controle de acesso, para atender normas do TJAM e CNJ; elaboração de Plano de Gestão de Continuidade de Negócios e Plano de Gestão de Riscos de TI, entre outras ações.

COMITÊ GESTOR DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

O comitê fez o acompanhamento na implementação dos projetos oriundos de cada subcomitê previsto na portaria nº 605/2017, para o Plano Estratégico – 2021/2026 do TJAM, destacando o apoio técnico na busca de dados para subsidiar decisões e ações por parte dos coordenadores dos subcomitês. Também deu apoio técnico sobre

as requisições realizadas pelos subcomitês subordinados ao Comitê Gestor junto às demais unidades administrativas, solicitadas no decorrer das reuniões realizadas no período.

As reuniões acompanhadas foram as dos Subcomitês: Orçamentário e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; de Governança de Tecnologia da Informação, Comunicação, Infraestrutura, Compras e Serviços; de Formação, Aperfeiçoamento e Gestão de Pessoas; de Atenção Integral a Saúde dos Magistrados e Servidores do TJAM; Logística Sustentável, e Comitê Orçamentário do Segundo Grau.

Os projetos estratégicos listados nas reuniões do Comitê Gestor de Políticas Estratégicas são: Observatório de Dados (SECGAD); Custas Processuais (SECGAD); Equalização da Força de Trabalho (SECGAD/SEGEPI); Automação da SEGEPI (SEGEPI/SETIC); Projeto Qualidade de Vida TJAM (SEGEPI/SESI); Censo Cadastral Funcional (SEGEPI); Automação da SECOP (SECOP); Manual de Compras Públicas (SECOP); Reestruturação da Frota de Veículos (SECOP); Plano de Obras e Reformas (SEINF); Energia fotovoltaica (SEINF); Projeto de Combate a Incêndio (SEINF); Projeto de Segurança Institucional (SEINF/SETIC); Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos (SEPLAN); Projeto ABNT NBR ISO 9001 - SECGAD/TJAM (SEPLAN/NGP); Controle da Segurança e Defesa Cibernética (SETIC); Migração e Expansão do

Sistema PROJUDI (SETIC); e Comunicação Via Satélite de Baixa Órbita (SETIC).

COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Presidido pela desembargadora Vânia Marques Marinho, o comitê teve suas ações concentradas inicialmente na capacitação dos seus integrantes e membros para depois realizar atividades de mapeamento de dados nos setores mais sensíveis do Tribunal, que mais lidam com tratamento de dados pessoais, como Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Compras e Contratos, Secretaria de Expediente, Setor Médico, entre outros.

Para consecução desse trabalho, foi feita imersão nos setores, com a realização de workshops a fim de observar a rotina de trabalho e os procedimentos adotados com relação ao tratamento de dados pessoais, de modo a diagnosticar falhas, monitorar riscos e implementar as mudanças necessárias ao fiel atendimento às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados.

Destacam-se entre as atividades a adequação das minutas de contratos, termos de referência e congêneres à LGPD; a criação de formulário eletrônico e fluxo de atendimento dos titulares de dados pessoais; a

criação da Política de Segurança da Informação contemplando plano de resposta a incidentes; a adequação do crachá institucional à LGPD; campanha de conscientização sobre a LGPD; bloqueio de segurança das portas USB das máquinas do TJAM (salvo dispositivos periféricos); criação do hot site sobre LGPD no TJAM. Também foi disponibilizado no portal do TJAM o aviso de cookies, possibilitando aos usuários optar pela sua utilização estritamente necessária para o acesso, minorando o acúmulo de dados pessoais.

Outras atividades foram a revisão de documentos legais, após a definição das cláusulas sobre proteção de dados e privacidade, englobando 54 contratos, 21 convênios, 180 acordos de cooperação técnica e 28 acordos de reciprocidade vigentes; o desenvolvimento de questionário de avaliação para avaliar a maturidade dos contratados e parceiros em conformidade com as normas de proteção de dados e envio aos responsáveis; a elaboração da Política de Privacidade e Proteção de Dados; atendimento de processos administrativos pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), focando na análise de privacidade e proteção de dados; engajamento em reunião para estabelecer uma rede de cooperação entre os Tribunais de Justiça, focada em demandas relacionadas à LGPD; e reuniões com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a troca de boas práticas relacionadas à privacidade e proteção de dados.

No primeiro semestre de 2024, destacam-se trocas de experiências sobre a adoção de boas práticas em conformidade com a LGPD com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina; participação em curso de formação inicial de estagiários e capacitação de novos servidores; continuidade das atividades de mapeamento de dados pessoais e conscientização sobre privacidade e proteção de dados; organização do evento “Diálogos Interinstitucionais sobre Privacidade e Segurança Digital”; análises de pedidos sobre procedimentos; encaminhamento de questionário sobre Privacidade, Proteção de Dados e Segurança da Informação para avaliação do nível de maturidade das empresas contratadas e órgãos conveniados; entre outras atividades.

COMITÊ GESTOR LOCAL DA POLÍTICA JUDICIÁRIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

No primeiro semestre de 2024, o comitê elaborou o Plano Estadual Judiciário da Primeira Infância, em consonância com a resolução n.º 470/2022 do CNJ e vem executando-o conforme as ações estabelecidas; realizou a divulgação nas redes sociais sobre atividades relativas à primeira infância na página da Coordenadoria da Infância e da Juventude; promoveu o “Dia do Brincar: É na Brincadeira que se inventa o mundo” no Centro Cultural Povos da Amazônia, que reuniu

30 crianças que integram o projeto “Protegendo Filhos, Transformando Vidas” e cujas genitoras são pessoas privadas de liberdade ou em semiliberdade.

A equipe também atuou na sensibilização dos magistrados e servidores do Judiciário e da sociedade em geral, para destinarem imposto de renda a programas de apoio à parentalidade e prevenção do trabalho infantil, através da Campanha Se Renda à Infância (Campanha Restitua Amor), com plantões com professores e alunos das faculdades de Contabilidade para tirar dúvidas dos interessados.

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

Presidido pela desembargadora Mirza Telma de Oliveira Cunha, o comitê atua para garantir o acesso à justiça, combater a discriminação, garantir a prioridade de atendimento e capacitação dos servidores nessa temática da pessoa idosa.

A equipe realizou parcerias com instituições para desenvolver ações conjuntas, por meio de criação de comitê interinstitucional com participação de servidores do TJAM e representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; Fundação Aberta da Terceira Idade; Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Câmara Municipal de Manaus; Fundação Doutor Thomas e Ordem dos Advogados do Brasil.

O comitê também elaborou minuta de portaria para a criação no âmbito do TJAM da Semana de Atenção à Pessoa Idosa no 1º grau, 2º grau e Turmas Recursais; realizou palestra no dia 17/05/2024 com tema relacionado aos direitos da pessoa idosa, para dar visibilidade ao tema, com a participação de servidores e parceiros institucionais; e fez reunião com a Ouvidoria Geral para criação do canal de denúncia da pessoa idosa.

COORDENADORIA DAS VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO

No decorrer do primeiro semestre de 2024, a Coordenadoria das Varas Cíveis da Capital desenvolveu atividades de forma isolada e também com outras unidades administrativas, destacando-se a tramitação de 12 processos administrativos, dentre os quais os que tratam de: inclusão de servidores no Núcleo de Justiça 4.0 Especializado – Acidentário, realização de obras para a instalação da sala de trabalho dos servidores

do gabinete da 21ª Vara Cível da Capital.

A equipe também cuidou da migração automatizada de dados do antigo Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) para o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB); e exame do atendimento dos termos do Provimento n.º 56/2016 do CNJ no âmbito dos processos judiciais de inventários, arrolamentos e sucessões em geral em trâmite no TJAM, entre outras atividades.

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Com o objetivo de aprimorar a estrutura do Poder Judiciário na área do combate e da prevenção à violência contra as mulheres, sob coordenação da desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo, a equipe realizou diversas atividades, como: participação em eventos; tratativas e realização de acordo de cooperação técnica com o SEBRAE, CDL e SENAC para oferecer cursos profissionalizantes para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar através do Projeto “Reconstruindo Trajetórias”.

A coordenadoria atuou na realização do curso “Mulher Empreendedora”, em parceria com o SEBRAE/AM e SENAC, com participação de 12 mulheres indicadas pelas equipes multidisciplinares dos Juizados

Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; distribuição de cartilhas e informativos; e coordenação do desenvolvimento dos projetos multidisciplinares desenvolvidos pelos juizados.

A equipe também atuou na elaboração e consolidação do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, realizada por sua equipe multidisciplinar; e realizou reunião com juizes dos seis Juizados Maria da Penha e respectivas equipes para a realização da 23ª, 24ª e 25ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO (GMF)

Sob a presidência da desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, o grupo realiza ações alinhadas às metas definidas pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ e às ações contidas no Plano Executivo Estadual do Programa Fazendo Justiça, voltadas para a jurisdição criminal, execução penal e socioeducativa.

Entre as ações realizadas, destaca-se que em janeiro e fevereiro de 2023 o grupo esteve em duas missões de intercâmbio para trocas

de experiências com outros Tribunais estaduais, e também redefiniu os fluxos e os procedimentos administrativos para recebimento de denúncias de violações de direitos no âmbito do sistema prisional e socioeducativo.

Entre janeiro e março de 2023, foi elaborado o Plano de Comunicação e o aprimoramento da página do GMF; a criação de canal de comunicação no site do TJAM específico para denúncias e demais demandas do sistema prisional. Em junho de 2023, o grupo elaborou o texto para a nova resolução do GMF e seu organograma, para adequação à resolução CNJ n.º 368/2021.

De março a dezembro de 2023, o grupo realizou seis atividades de formação continuada para a equipe de servidores e técnicos que compõem o GMF.. Ainda na área de formação continuada, a equipe deu apoio à Esmam na realização do Curso de Atualização em Audiência de Custódia e articulou com diversos setores a promoção de cursos para servidores do TJAM e da Secretaria de Administração Penitenciária; atuou na implementação de Projeto Pedagógico sobre Justiça Criminal, Políticas de Execução Penal e Socioeducativo em parceria com a Esmam e a Escola Judicial; atuou no fomento de curso de formação permanente das equipes que compõem o Escritórios Sociais do Amazonas; atuou na realização de Evento sobre Saúde

Mental e Justiça Criminal voltado para magistrados e profissionais da saúde, visando aprimorar a atuação do Judiciário; atuou no fomento de curso voltado para os Conselhos da Comunidade do Amazonas; atuou na formação para tradutores de línguas indígenas e peritos na área criminal.

Na ação de fiscalização e monitoramento do sistema prisional, o grupo fez visitas às unidades prisionais da capital e do interior, reuniões técnicas com juízes de comarcas onde há unidades prisionais sobre as resoluções do CNJ e precedentes; a coleta de dados junto à Secretaria de Audiência de Custódia, Comarcas do Interior, Varas Criminais, Coordenadoria da Mulher/TJAM, SEAP (COC e CIAPA) sobre: prisões provisórias, alternativas penais, medidas protetivas de urgência, medidas de monitoramento eletrônico; supervisão do preenchimento do Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC), do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) e do Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU).

Também foram realizadas ações relativas às audiências de custódia, com apoio na execução das ações de aprimoramento das audiências de custódia na capital e interior; além da elaboração de ato normativo conjunto para criação do Comitê Gestor de Políticas de Alternativas Penais; fomento a projeto de lei sobre Política Estadual de Alternativas

Penais; articulação interinstitucional para pactuação de fluxo de dados sobre capacidade e ocupação de vagas entre os sistemas eletrônicos do Poder Judiciário e Poder Executivo – Central de Regulação de Vagas.

Outras ações foram em relação à fiscalização e ao monitoramento do sistema socioeducativo; às audiências concentradas em regime fechado; ao incentivo ao aprimoramento pedagógico nos Centros Socioeducativos; à implementação do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa. O grupo também elaborou a minuta para criação do Comitê Gestor de Alternativas Penais, que foi publicado por meio da portaria conjunta nº 17/2023, do TJAM e da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), divulgada em janeiro de 2024.

COMITÊ GESTOR DE ALTERNATIVAS PENAIS

O Comitê Gestor de Alternativas Penais, instituído pela portaria conjunta TJAM-SEAP nº 17/2023, tem por objetivo desenvolver ações e demais políticas de alternativas penais para promover uma abordagem diferenciada no sistema de justiça criminal, implementar estratégias que visam à reintegração social, reduzir a reincidência e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e segura, onde a justiça seja aplicada de maneira mais equitativa.

Além de elaborar protocolos de atuação conjunta entre Poder Judiciário e Poder Executivo, o comitê deve contribuir com o aprimoramento e a estruturação dos serviços de acompanhamento das alternativas penais, para constituir fluxos e metodologias para aplicação e execução das medidas, contribuir para a efetividade das alternativas penais a fim de possibilitar a inclusão social a partir das especificidades de cada caso, sugerir capacitações, treinamentos e formações de atores associados aos fluxos e procedimentos relacionados às políticas de alternativas penais.

A jornada por alternativas penais é um processo contínuo, que exige diálogo permanente entre diferentes atores sociais, reconhecendo a importância de sua articulação com os princípios da justiça restaurativa e a contribuição para construir um sistema penal mais justo e eficaz.

No primeiro semestre de atuação, o comitê foi estruturado, realizou reuniões discutir os fluxos de trabalho e a elaboração de uma guia de orientação do cumprimento das medidas para instituições e pessoas em alternativa, para buscar parcerias de instituições para o atendimento dos cumpridores de medidas e penas alternativas, entre outras atividades.

GRUPO DE TRABALHO DE LINGUAGEM SIMPLES DO JUDICIÁRIO

O grupo atuou na elaboração de projeto e plano de trabalho em conjunto com o TRT-11 e TRE/AM e na elaboração da portaria conjunta n.º 13/2024; na elaboração do Manual de Linguagem Simples, do Guia Prático de Linguagem Simples, e criou a base de dados do Glossário Jurídico, tudo em parceria com os dois tribunais citados.

A equipe também realizou treinamentos e capacitações diversas, com a Escola Judicial e outros setores; fez a adequação da Carta de Serviço individual à linguagem simples; elaborou e publicou vídeos sobre termos jurídicos, com intérpretes de Libras e audiodescrição, na Série “Simplifica TJAM”; construiu e publicou o Glossário Individual no site de cada Tribunal; elaborou scripts com textos de fácil compreensão, evitando repetição dos termos de tratamento das autoridades no decorrer das cerimônias realizadas pelo TJAM; elaborou textos normativos da Presidência sobre o tema; publicou comunicados sobre linguagem simples.

O grupo também realizou webinar sobre o tema para magistrados, servidores e acadêmicos com base no Pacto Nacional de Linguagem Simples; promoveu com a Esmam o “Curso Linguagem Jornalística e Jurídica: Como evitar ruídos na Comunicação?” para equipe da

Assessoria de Comunicação Social; adequou modelos de documentos com linguagem simples para a Central de Precatórios; criou a página de Linguagem Simples (<https://www.tjam.jus.br/index.php/linguagem-simples>); elaborou portaria conjunta com a Academia de Ciências de Letras Jurídicas do Amazonas; e realizou Pesquisa Pública sobre linguagem simples.

GRUPO DE TRABALHO PARA DESENVOLVIMENTO DE PAINÉIS DE BUSINESS INTELLIGENCE

O grupo atua na elaboração de painéis de Business Intelligence administrativos do Tribunal de Justiça do Amazonas. Dentre as ações de maior destaque de 2023 estão o desenvolvimento de 28 painéis de BI, sendo 18 destes demandados pela SECGAD e 10 com origem de demandas diversas.

Dentre as realizações destacam-se os painéis do Projeto Observatório de Dados, abrangendo áreas estratégicas como: Plano de Contratações Anual de 2024, Projetos Estratégicos, Comitê do PCA, Execução do PCA, SEGEP (Distribuição da força de trabalho), SEGEP (Cargos e funções), Diárias, Passagens, Indicadores socioambientais, Mapeamento de processos e riscos, Orçamento, Contratos, Licitações, Material permanente, Dispensas de licitação, Atas de registro de

preços, Frota de veículos, Hospedagens. Além disso, outros painéis foram desenvolvidos para setores específicos como: Corregedoria Metas, Corregedoria Acervo, Acompanhamento CNJ, Prêmio, Meta 1, Projudi, SDS, Governança, Infra, e IGOVTIC.

GRUPO OPERACIONAL DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS (CIJEAM)

Sob coordenação do desembargador Abraham Peixoto Campos Filho, no segundo semestre de 2023 o grupo analisou e despachou 14 processos pela Secretaria do Centro de Inteligência, por meio do sistema SEI, contendo, dentre as matérias abordadas, solicitações de informações e providências quanto a supostas fraudes, troca de informações com Centros de Inteligência de outros tribunais e o monitoramento das demandas judiciais predatórias e possíveis fraudes processuais.

O grupo também fez extensa pesquisa e download de todas as notas técnicas dos demais tribunais de justiça para criação de um banco de dados, no intuito de que o CIJEAM possa saber exatamente a quais notas aderir, ou ainda, para não emitir notas cujos temas já foram abordados. Também foi criado um fluxo interno de tramitação processual, visando dar celeridade aos processos recebidos pelo CIJEAM, entre outras

ações.

No primeiro semestre de 2024 o grupo realizou a análise e a deliberação de 21 processos sigilosos distribuídos ao CIJEAM, com o monitoramento das demandas de massa e predatórias; fez sete reuniões para alinhamento de discussão das matérias encaminhadas ao CIJEAM, bem como deliberação acerca das notas técnicas emitidas; e emitiu três Notas Técnicas, com a divulgação no portal do TJAM.

NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO DO AMAZONAS (NATJUS)

O Natjus realizou análise de processos; emissão de documentos técnicos pertinentes a matéria de saúde; propositura de ações para melhorar o fluxo dos processos judiciais de saúde; edição de vídeo elucidativo do setor e cartilha informativa das atividades; participou de reuniões, cursos, fóruns, seminários, palestras, ações de promoção à saúde; fez contatos com os entes partícipes da judicialização da saúde (Ministério Público, Defensoria Pública, Governo do Estado, Prefeitura de Manaus, magistrados atuantes em matéria de saúde) para propositura de encaminhamentos mais céleres e eficientes; criação de filas de trabalho do Natjus em todas as varas atuantes em direito da saúde; melhorias nos canais de acesso ao setor para recebimento das

demandas por e-mail, malote digital, plataforma e-Natjus do CNJ e balcão virtual do Natjus, dentre outras atividades.

O Natjus também divulgou recomendação aos magistrados para realizar consulta prévia ao núcleo antes da concessão de provimentos judiciais nos processos judicializados de saúde; atuou na implantação de Câmara Técnica de Resolução Extrajudicial de Litígios de Saúde no âmbito do Estado Amazonas; atuou ainda na elaboração de projeto para implantar um Núcleo de Justiça 4.0 de Saúde; elaborou propostas de Enunciados de Saúde com o Comitê Estadual de Saúde do Amazonas para apresentação na VI Jornada de Saúde do CNJ, com dois enunciados aprovados.

Além disso, o núcleo recebeu consultas de todas as varas e, em 2023, emitiu 789 documentos técnicos, sendo 535 respostas técnicas, 122 notas técnicas e 132 cumprimentos de despachos.

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Sob supervisão do desembargador Paulo César Caminha e Lima, o núcleo atuou na formalização de Acordo de Cooperação com a PGE e PGM, visando à baixa de execuções fiscais de valor inferior a R\$ 10.000,00 em que não haja movimentação útil há mais de um ano em

citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis.

Também atuou na formalização de Acordo de Cooperação entre os Juizados Especiais Criminais, Vemepa e Fundação Hemoam, visando à inclusão da doação voluntária de sangue no rol de medidas despenalizadoras aplicadas no âmbito das referidas varas; e na elaboração de Acordo de Cooperação Interinstitucional entre o Tribunal do Acre, o Tribunal do Amazonas e o Tribunal de Rondônia para autorizar a prática dos atos de comunicação processual, previstos no artigo 69, § 2º, inciso I, do CPC (citação, intimação e notificação), de natureza cível ou criminal, diretamente pelos oficiais de justiça do Juízo (ou quem suas vezes fizer) que proferiu a ordem (comarca de origem) na sede e adjacências da comarca em que deva ser cumprida (comarca de destino).

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Núcleo de Inteligência de Segurança institucional desenvolve atividades em acordo com a resolução nº 383/CNJ (Doutrina de Inteligência Institucional do Poder Judiciário) e resolução nº 24/TJAM, ambas de 2021, integrando conhecimento com outros órgãos que fazem parte do sistema de inteligência brasileiro para difusão, produção

e assessoramento de conhecimento.

Entre as atividades, registram-se as de avaliação de risco dos magistrados de 1.º e 2.º graus em situação de ameaças; a elaboração de Plano de Formação e Especialização dos Agentes de Segurança; oferta de Curso de Método de Análise e de Solução de Problemas, entre outras.

A equipe também atendeu demanda referente a grandes eventos (festival folclórico) com participação de autoridades do Poder Judiciário; fez o planejamento da execução de atividades de proteção de magistrados, familiares e servidores; atuou na promoção de cursos voltados à área de segurança institucional; entre outras ações para redução de riscos e vulnerabilidades e melhorar a segurança.

NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - ACIDENTÁRIO

O Núcleo de Justiça 4.0 - Acidentário realiza seu trabalho visando à diminuição da quantidade de processos vinculados ao INSS junto às varas cíveis da Comarca de Manaus e Iranduba.

A comissão se reúne mensalmente, presencialmente, para alinhamento e aferição de metas estabelecidas, além da verificação

dos procedimentos adotados, contando como referência da portaria conjunta nº13/2023, e reuniões com peritos nomeados para funções essenciais para o trabalho, bem como com a Procuradoria Federal, visando ao alinhamento do trabalho.

Na secretaria, as atividades consistem na elaboração de expedientes cartorários e movimentação processual, de modo padronizado e orientado, no intuito de obter a maior agilidade na prestação jurisdicional. Na assessoria, as atividades são as de elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças nos processos, além de monitorar o cumprimento das metas estipuladas no Painel de Metas do CNJ e as metas de produtividade.

O acervo do Núcleo de Justiça 4.0 - Acidentário conta com aproximadamente 4 mil processos somados nas suas três unidades, conforme o relatório do primeiro semestre de 2024. O trabalho depende dos peritos acionados para auxiliar nos serviços vinculados à comissão, visto que a maioria dos processos ou está pendente de juntada de laudo pericial, ou pendente de esclarecimentos de laudos pleiteados pelas partes. Os processos conclusos após as diligências supracitadas estão 100% dentro do prazo de cem dias estipulados pelo CNJ, e os processos na secretaria da comissão estão no mesmo patamar, sendo o maior gargalo, efetivamente, os laudos periciais

necessários para o regular prosseguimento do feito.

NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - PREVIDENCIÁRIO

O Núcleo de Justiça 4.0 – Previdenciário atua para agilizar o julgamento das demandas previdenciárias em processos das comarcas do interior, e em 2023 contava com aproximadamente 860 processos nas suas três unidades. Este núcleo se reúne uma vez por mês, por videoconferência, para alinhamento e aferição de metas estabelecidas, além da verificação dos procedimentos adotados, tendo como referência a portaria conjunta nº13/2023. O núcleo também dispõe de uma secretaria e de assessoria, assim como o Núcleo Acidentário.

No primeiro semestre de 2024, foram elaboradas cerca de 2.500 minutas; feitas cerca de 27 mil movimentações na secretaria e 9 mil expedientes; além disso, foram aproximadamente 1.800 atos expedidos e 500 processos enviados ao TRF-1 em grau de recurso.

A comissão teve o aumento de comarcas atendidas, passando de cinco para 32 comarcas: Anamã, Anori, Autazes, Apuí, Barreirinha, Beruri, Boca do Acre, Carauari, Careiro Castanho, Canutama, Coari, Envira, Codajás, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Jutai, Lábrea, Manaquiri, Manacapuru, Manicoré, Maués, Maraã, Nova Olinda do Norte, Novo

Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tapauá e Urucurituba.

SUBCOMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, INFRAESTRUTURA, COMPRAS E SERVIÇOS

Em 2023, o subcomitê realizou reunião para tratativas da nova frota de veículos do Tribunal de Justiça do Amazonas e solicitou informações aos membros dos projetos e contratações previstas para 2024, entre outras ações.

No primeiro semestre de 2024, a equipe elaborou modelos dos artefatos de contratação, conforme a lei n.º14.133/2021 e a resolução n.º 64/2023 do TJAM; atuou para a conclusão da aquisição da nova frota de veículos do TJAM; fez uso do painel de Business Intelligence (BI) para acompanhamento atualizado das contratações aprovadas pelo PCA 2024; e atuou no cumprimento da migração para o sistema Projudi, em andamento na instituição.

SUBCOMITÊ DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Sob coordenação do desembargador Délcio Luis Santos, a equipe do

subcomitê desenvolve atividades como a supervisão da Central de Resíduos do Fórum Ministro Henocho Reis; o aprimoramento da coleta seletiva com a aquisição e distribuição dos coletores para recicláveis; a entrega de contentores de papéis em fóruns e unidades diversas da capital.

Além disso, a equipe realizou diversas campanhas, como: de reciclagem com coleta de cadernos e livros escolares usados, para reduzir o consumo de energia elétrica e de divulgação dos coletores de pilhas e baterias para logística reversa; fez levantamento de consumo e campanha de conscientização para a redução do uso de copos descartáveis e de papel; fez coleta de lâmpadas danificadas para logística reversa; e elaborou proposta de Instrução Normativa para temática de sustentabilidade no TJAM.

SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

O subcomitê realizou atividades com os seguintes resultados: execução do plano de ação de ampliação do sistema de divulgação das competências, atribuições, resultados e canais de comunicação entre servidores e Presidência/Administração do TJAM, através do canal Fale Conosco, com o recebimento de demandas e sugestões oriundas

do 1º grau, como reformas de prédios e obras em estacionamento.

Outras atividades foram a execução do plano de ação de implementação do Projeto Execução Fiscal Eficiente, com a criação do CEJUS-DAM; a execução do plano de ação para abrangência completa dos serviços de limpeza em todas as comarcas do interior; execução do plano de ação de aquisição de 188 microfones especiais para serem usados nas audiências remotas, distribuídos às varas da capital e interior; implementação do plano de ação de aquisição de novos computadores para as varas da capital e interior, com mais itens de informática, em parceria com a Comissão de Gestão de TIC.

Também houve a execução do plano de ação de distribuição de televisores às varas criminais da capital e as de maior acervo criminal do interior para auxiliar as audiências de videoconferência; execução do plano de ação para aquisição de 43 televisões para as comarcas do interior e demais unidades da capital; implementação do plano de ação para a remoção e suprimento do quadro de oficiais de justiça das comarcas do interior, entre outras atividades.

SUBGRUPO DE TRABALHO VINCULADO AO GRUPO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO - "PROJETO REEDUCAR - REDUÇÃO DO RETORNO AO CÁRCERE"

No primeiro semestre de 2023 o Reeducar inseriu 437 reeducandos nas diversas atividades do projeto. E também realizou reuniões com as instituições CETAM, SENAC, SENAI e SEMTEPI para liberação de vagas em cursos de qualificação profissional; com a SSP/AM para emissão de segundas vias de RG; com o Setor de Certidões da Corregedoria para viabilizar junto aos cartórios segundas vias de certidões de nascimento e casamento; com o Grupo de Narcóticos Anônimos e Grupo de Alcoólicos Anônimos para tratamento de dependências de álcool e outras drogas.

A equipe também realizou palestras quinzenais para os reeducando liberados provisoriamente, ministradas pelas juízas Eulinete Tribuzzy e Rosália Guimarães, pelo defensor público Miguel Tinoco, servidores e representantes dos Grupos de Narcóticos e de Alcoólicos Anônimos.

Também foi feito o encaminhamento para matrículas dos reeducandos nos cursos de qualificação ofertados pelas instituições de ensino parceiras e para matrículas nos cursos de Educação de Jovens e Adultos.

Além disso, houve a ação de retirada de segunda via do RG, pela SSP/AM na sala do Projeto Reeducar; a capacitação do curso de NR10 e TBO, oferecido pela SEMTEPI na sala do projeto Reeducar; e a capacitação do curso de Repositor de Mercadorias, oferecido pelo CETAM, na sala do Projeto Reeducar no Fórum Ministro Henoch Reis.

COMISSÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS

A Comissão de Conflitos Fundiários do Poder Judiciário do Estado do Amazonas foi criada por meio da portaria n.º 4.847, de 18 de dezembro de 2023, em razão do acórdão proferido pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 828. Seu objetivo é mediar, no âmbito do Poder Judiciário, os conflitos fundiários, sejam eles rurais ou urbanos, de modo a buscar restabelecer o diálogo entre as partes e evitar o uso da força pública no cumprimento de mandados de reintegração de posse ou despejo e minimizar os danos das desocupações, notadamente no que diz respeito às pessoas de vulnerabilidade social reconhecida.

O primeiro semestre de 2024 foi dedicado à estruturação da Comissão de Conflitos Fundiários, sob coordenação do desembargador Abraham Peixoto Campos Filho. A comissão realizou visita técnica ao Tribunal de Justiça do Paraná para capacitação dos membros; analisou

requerimentos em processos; elaborou a minuta do seu Regimento Interno; e participou da 1.ª Oficina de Soluções Fundiárias realizada pelo CNJ, entre outras ações.

NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Sob coordenação do desembargador Abraham Peixoto Campos Filho, o núcleo realizou contatos com representantes de entidades e órgãos para preparação da Semana Nacional “Solo Seguro”.

Também houve visita institucional ao Incra e tratativas com o Governo do Estado para assinatura de Termo de Cooperação entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Amapá. Foi encaminhada ao CNJ, documentação relativa ao Plano de Trabalho estabelecido para o município de Apuí, no qual foram estipuladas etapas e cronograma para a Regularização Fundiária, que já se encontra em fase final, e Diagnóstico Fundiário Preliminar do município de Coari.

ESMAM

CENTRO ADM. DES. JOSÉ JESUS F. LOPES



PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS (ESMAM)



02 de Março de 2023



Evento: Aula magna sobre “O futuro do país e as instituições democráticas”, “Desafio da Magistratura no Século XXI” e “Constitucionalismo e Democracia”
Público Alvo: Magistrados e servidores

08 de Março de 2023



Evento: Lançamento do livro “Senhoras da Justiça - a Trajetória das Mulheres no Poder Judiciário e na Carreira Jurídica”
Público Alvo: Magistrados e servidores.

15 a 17 de Março de 2023



Evento: Curso de Formação de Formadores (FOFO)
Público Alvo: Magistrados

16 de Março de 2023



Evento: Webinar – Limites e possibilidades da aplicação da inteligência artificial nos tribunais
Público Alvo: Magistrados e servidores

20 de Março de 2023



Evento: Aula magna do curso de língua francesa
-modalidade EAD
Público Alvo: Magistrados

22 de Março de 2023



Evento: Lançamento Protocolo Integrado de
Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao
enfrentamento à violência doméstica
Público Alvo: Magistradas e servidoras

23 a 24 de Março de 2023



Evento: Curso de aperfeiçoamento em audiência de custódia

Público Alvo: Magistrados e servidores

27 a 31 de Março de 2023



Evento: Curso racismo, justiça criminal e sistema prisional

Público Alvo: Magistrados e servidores

05 de Abril de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Centro Universitário do Norte (Uninorte)
- Unidade Djalma Batista
Magistrado: Dr. Edson Rosas Neto

10, 12, 20 e 28 de Abril de 2023



Evento: Curso de Formação de Formadores (FOFO)
- Modalidade EAD
Público Alvo: Magistrados

23 a 24 de Março de 2023



Evento: Curso de aperfeiçoamento em audiência de custódia

Público Alvo: Magistrados e servidores

27 a 31 de Março de 2023



Evento: Curso racismo, justiça criminal e sistema prisional

Público Alvo: Magistrados e servidores

12 de Abril de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Centro Universitário do Norte (Uninorte)
- Unidade Cidade Nova
Magistrado: Dra. Giulietta Starling

12 de Abril de 2023



Evento: Lançamento da publicação “Controle de Convencionalidade na Jurisprudência Brasileira”
Público Alvo: Magistrados e servidores e servidoras do STJ

14 de Abril de 2023



Evento: Seminário de reconhecimento de pessoas - resolução 484/CNJ

Público Alvo: magistrados, servidores, alunos e operadores do Direito

18 e 19 de Abril de 2023



Evento: Curso de Aperfeiçoamento do direito do consumidor - Modalidade EAD

Público Alvo: operadores do Direito

19 de Abril de 2023



Projeto: "Esmam de Portas Abertas"
 Instituição: Associação dos Estudantes
 Universitários de Rio Preto da Eva e Centro
 Universitário do Norte (Uninorte) - Unidade Centro
 Magistrado: Dr. Saulo Góes

20 de Abril de 2023



Evento: Webinário regularização fundiária
 Público Alvo: Magistrados

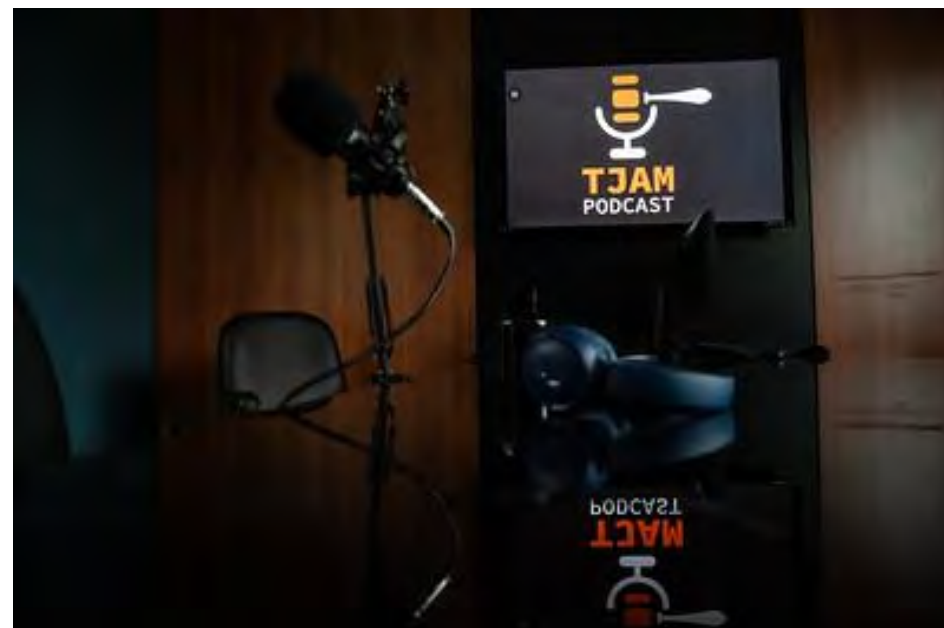
24 a 27 de Abril de 2023



Evento: Oficina de texto acadêmico e pesquisa jurídica

Público Alvo: profissionais do Direito

26 de Abril de 2023



Evento: Podcast
Público Alvo: Livre

26 de Abril de 2023



Projeto: "Esmam de Portas Abertas"
Instituição: Faculdade Santa Teresa
Magistrado: Dra. Scarlet Braga

03, 10, 17 e 31 de Maio de 2023



Evento: Poder Judiciário e o direito povos indígenas
Público Alvo: Magistrados e Servidores dos Tribunais de Justiça do Amazonas e Roraima

03 de Maio de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Centro Universitário Fametro
Magistrado: Dra. Clarissa Ribeiro

04 e 05 de Maio de 2023



Evento: Seminário “Acolhimento, respeito e segurança no ambiente de trabalho”
Público Alvo: magistrados e servidores

09 de Maio de 2023



Evento: Tribuna Jurídica “tráfico de pessoas” -
resolução nº 212/2015 CNJ
Público Alvo: Servidores

10 de Maio de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Instituto Amazônico de Ensino Superior
(Iames)
Magistrado: Dr. Marcelo Cruz

11 de Maio de 2023



Evento: Webinar - Liberdade Religiosa
Público Alvo: magistrados, servidores, operadores e estudantes do direito

12 de Maio de 2023



Evento: Tribuna Jurídica "Política Antimanicomial"
Público Alvo: magistrados, servidores, operadores e estudantes do direito

17 de Maio de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Instituto Amazônico de Ensino Superior (Iames)
Magistrado: Dra. Patrícia Macedo

18 de Maio de 2023



Evento: Webinar - “Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência”
Público Alvo: magistrados, servidores, operadores e estudantes do direito

22 de Maio de 2023



Evento: Podcast
Público Alvo: Livre

23 a 26 de Maio de 2023



Evento: Curso "Ações Afirmativas no Direito Eleitoral"
Público Alvo: Magistrados

24 de Maio de 2023



Projeto: "Esmam de Portas Abertas"
 Instituição: Instituto Amazônico de Ensino Superior (Iames)
 Magistrado: Dra. Naira Neila

29 de Maio de 2023



Evento: Curso "Processo Legislativo Constitucional"
 Público Alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

31 de Maio de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Universidade La Salle
Magistrado: Dr. Roger Almeida

01 e 02 de Junho de 2023



Evento: Curso de Formação de Formadores (Fofo)
Público alvo: Magistrados

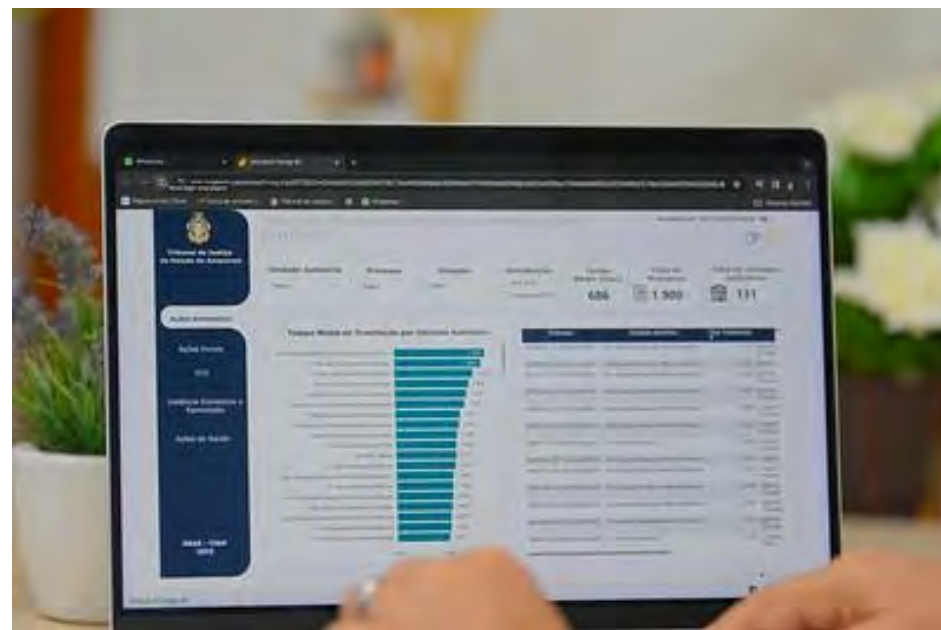
01 e 02 de Junho de 2023



Evento: Congresso de Mulheres no Processo Civil Brasileiro

Público alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

05 de Junho de 2023



Evento: Painéis de B.I e metas do Poder Judiciário Público

alvo: magistrados e servidores

05, 12, 19 e 26 de Junho de 2023



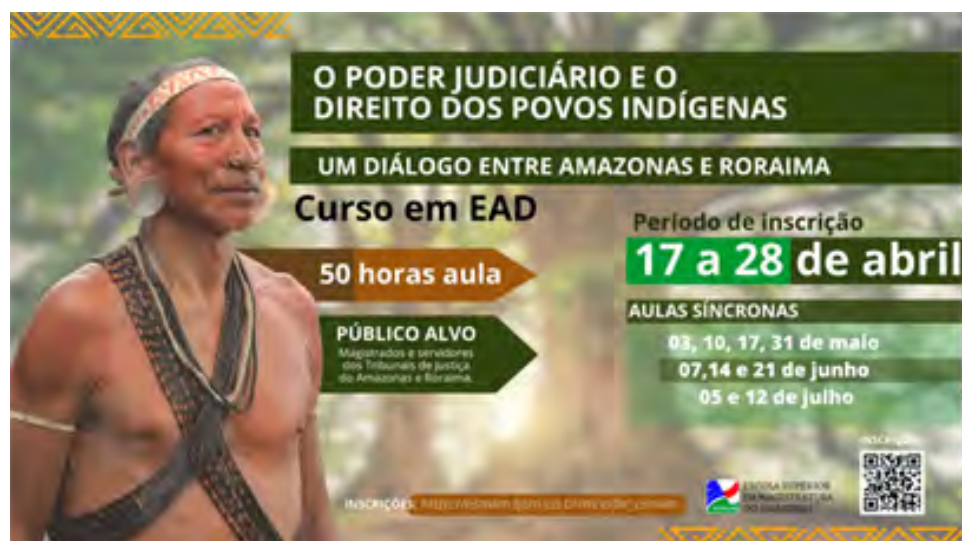
Evento: Curso “Gênero, patriarcado e direito das mulheres”
Público alvo: magistrados e servidores

06, 16 e 23 de Junho de 2023



Evento: Curso “Direito da Infância e juventude”
Público alvo: magistrados e servidores

07,14 e 21 de Junho de 2023



Evento: Poder Judiciário e o direito povos indígenas
Público Alvo: Magistrados e servidores dos Tribunais de Justiça do Amazonas e Roraima

07 de Junho de 2023



Projeto: "Esmam de Portas Abertas"
Instituição: Centro Universitário Fametro
Magistrado: Dr. André Borges

14 de Junho de 2023



Evento: Webinar - “Novos paradigmas do direito civil brasileiro”

Público Alvo: Magistrados

14 de Junho de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”

Instituição: Centro Universitário do Norte (Uninorte)

- Unidade Djalma Batista

Magistrado: Dr. Michael Matos

15 de Junho de 2023



Evento: Webinário - Arbitragem e Poder Judiciário
Público Alvo: Magistrados

15 de Junho de 2023



Projeto: "Gerações"
instituição: Fundação Aberta da Terceira Idade (Funati)
Magistrado: Dr. Edson Rosas e Dra. Mirza Telma

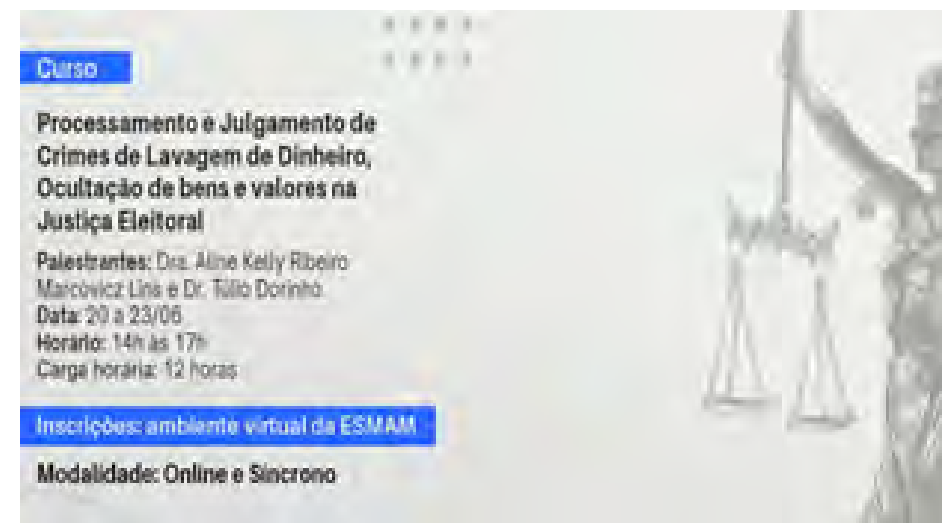
20, 21 de Junho de 2023



Evento: Curso “Ministério da Justiça e Segurança Pública”

Público Alvo: Operadores do Direito

20, 21, 22 e 23 de Junho de 2023



Evento: Curso TRE - Lavagem de Dinheiro Público Alvo: Servidores

21 de Junho de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Magistrado: Dra. Bárbara Marinho

22 de Junho de 2023



Evento: Palestra “A Zona de Penumbra entre o STJ e o STF”
Público Alvo: Operadores do Direito

22 de Junho de 2023



Evento: Curso Processo Civil em debate
Público Alvo: Servidores

23 de Junho de 2023



Evento: Podcast
Público Alvo: Livre

28 de Junho de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Instituto Amazônico de Ensino Superior
Magistrado: Dr. Roger Paz

28 de Junho de 2023



Evento: Palestra “Políticas públicas e direitos da população LGBTQIAPN+”
Público Alvo: magistrados e defensores públicos

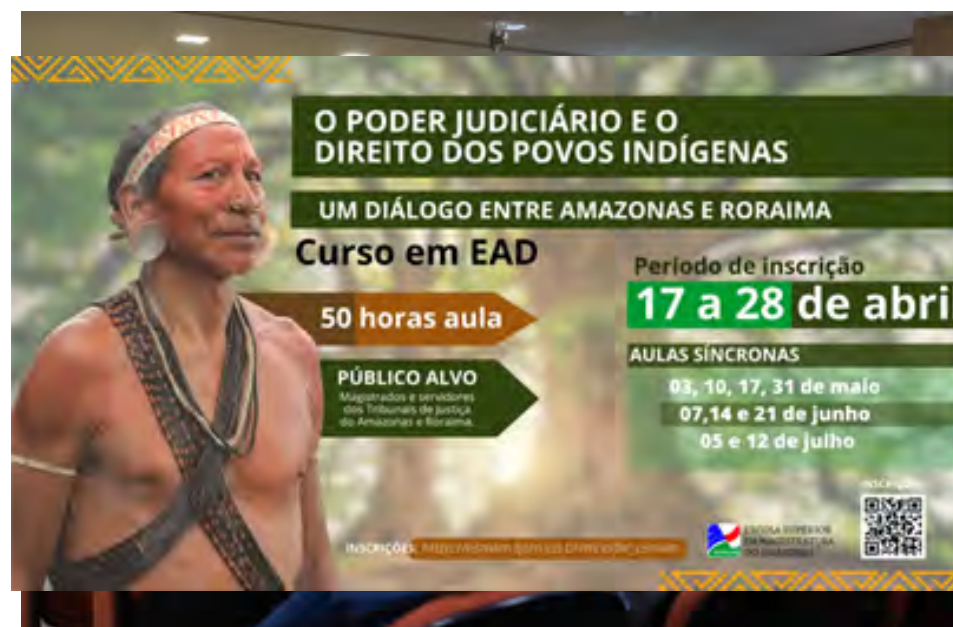
03 e 10 de Julho de 2023



Evento: Curso "Gênero, patriarcado e direito das mulheres"

Público alvo: magistrados e servidores

05 e 12 de Julho de 2023



Evento: Poder Judiciário e o direito povos indígenas
Público Alvo: Magistrados e Servidores dos Tribunais de Justiça do Amazonas e Roraima

07 e 28 de Julho de 2023



Evento: Reunião “Lei Geral de Proteção de Dados”
Público Alvo: Membros do Comitê

10 de Julho de 2023



Evento: Curso “Direito da Infância e juventude”
Público alvo: magistrados e servidores

13 de Julho de 2023



Evento: Reunião - coordenação do Júri Simulado
Público Alvo: coordenadores dos cursos de direitos

13 de Julho de 2023



Projeto: "Gerações"
Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade
Magistrado: Dra. Clarissa Ribeiro

17,19,21,25 e 27 de Julho de 2023



Evento: Oficina “Elaboração de Projeto de Pesquisa”
Público Alvo: Magistrados

18 de Julho de 2023



Evento: Oficina “regional do Natjus”
Público Alvo: Magistrados e servidores

19 de Julho 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
 Instituição: Universidade Federal do Amazonas
 (UFAM)
 Magistrado: Dra. Mônica Raposo

25 de Julho de 2023



Evento: Webinar “Cooperação Judiciária”
 Público Alvo: Aberta ao público em geral

27 de Julho de 2023



Evento: Webinar “Filosofia e História do Direito”
Público Alvo: magistrados e servidores

31 de Julho de 2023



Evento: Curso “Diálogos de Justiça Criminal”
Público Alvo: magistrados e servidores

02 de Agosto de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
 Instituição: Universidade do Estado do Amazonas
 (UEA)
 Magistrado: Dr. Rafael Almeida

03 de Agosto de 2023



Evento: Webinar “Controle de Convencionalidade”
 Público Alvo: Magistrados e servidores

04 de Agosto de 2023



Evento: Podcast
Público Alvo: Livre

08 de Agosto de 2023



Evento: Lançamento do livro "Portas para o futuro: reflexão para um país melhor"
Público Alvo: Acadêmicos

09 de Agosto de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Universidade Nilton Lins
Magistrado: Dr. Yuri Caminha

14 a 18 de Agosto de 2023



Evento: Semana da Justiça pela paz em casa
Público Alvo: Magistrados e servidores

15 e 16 de Agosto de 2023



Evento: Curso “Atualização em Registros Públicos”
Público Alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

16 de Agosto de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Faculdade Boas Novas
Magistrado: Dra. Andrea Jane

21 de Agosto de 2023



Evento: Lançamento do livro “Direito Federal Brasileiro”

Público Alvo: Magistrados e Servidores

22 de Agosto de 2023



Evento: Poder Judiciário e o direito povos indígenas
Público Alvo: Magistrados e Servidores dos Tribunais de Justiça do Amazonas e Roraima

23 de Agosto de 2023



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Faculdade Santa Teresa
Magistrado: Dr. Igor Caminha

23 e 24 de Agosto de 2023



Evento: Curso “Direito Sucessório: Atualização de Inventário”
Público Alvo: Magistrados

24 de Agosto de 2023



Projeto: "Gerações"

Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade

Magistrado: Dra. Rebeca Mendonça

30 de Agosto de 2023



Projeto: "Esmam de Portas Abertas"

Instituição: Faculdade Santa Teresa

Magistrado: Dra. Rebeca Mendonça

31 de Agosto de 2023



Evento: Webinário “Análise econômica do Direito”
Público Alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

01, 12, 18 e 19 de Setembro de 2023



Evento: Curso de Formação de Formadores
Público alvo: Magistrados

04 de Setembro de 2023



Evento: Podcast
Público alvo: Livre

11 de Setembro de 2023



Evento: Congresso “Direito do Consumidor”
Público alvo: Magistrados, servidores e operadores do direito

13 de Setembro de 2023



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Faculdade La Salle
Magistrado: Dra. Anagalli Bertazzo

18 de Setembro de 2023



Evento: Inscrições Júri Simulado
Público alvo: Acadêmico

20 de Setembro de 2023



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Magistrado: Dra. Larissa Padilha

21 de Setembro de 2023



Evento: 2º Encontro de Acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência
Público alvo: Magistrados e servidores

25 de Setembro de 2023



Evento: Tribuna “Diálogos sobre a dignidade sexual de crianças e adolescentes”
Público alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

27 de Setembro de 2023



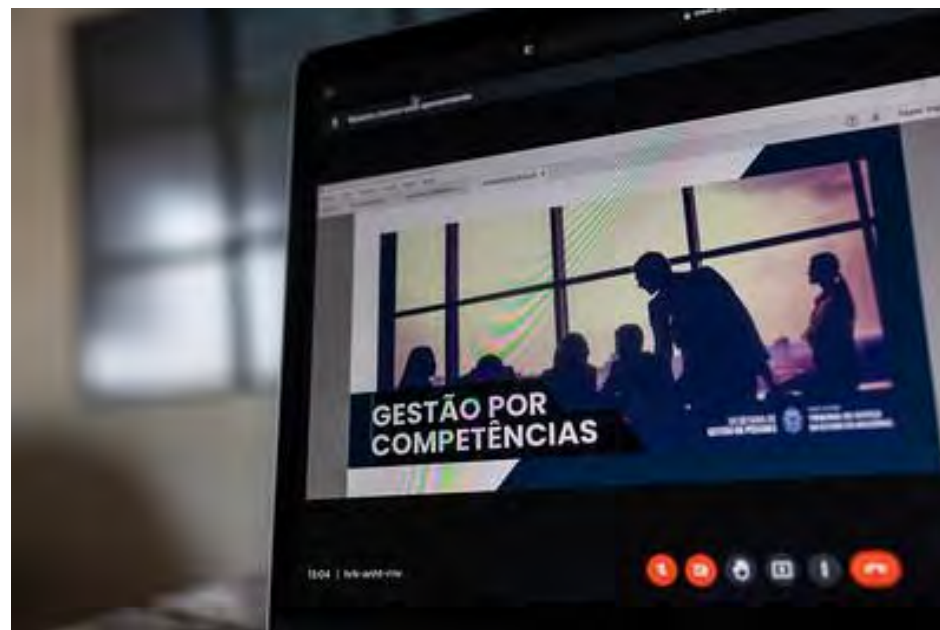
Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Faculdade Boas Novas
Magistrado: Dr. Roberto Santos

28 de Setembro de 2023



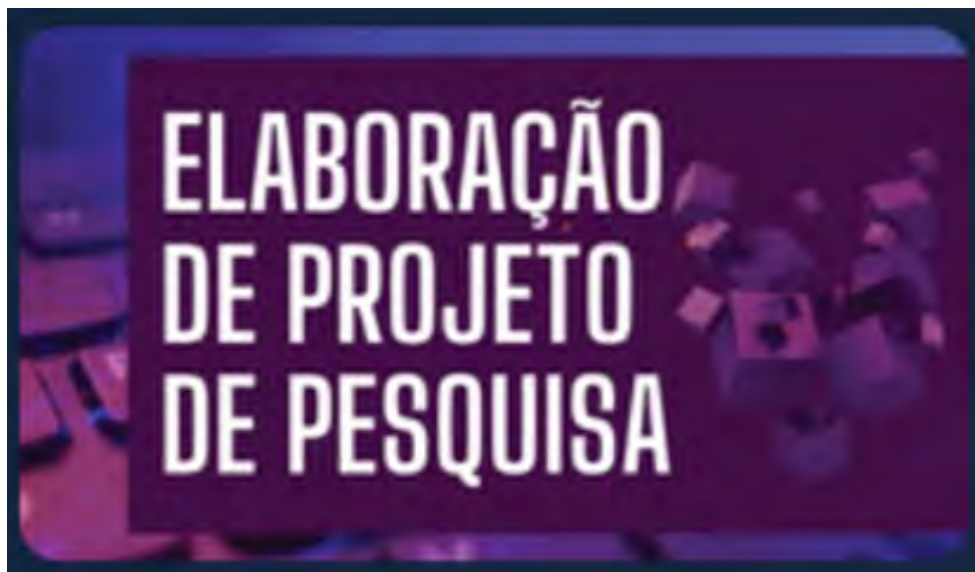
Projeto: “Gerações”
Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUNATI)
Magistrado: Dr. Leonardo Mattedi

28 de Setembro de 2023



Evento: Oficina “Gestão por competência”

28 e 29 de Setembro de 2023



Evento: 2º Oficina “Elaboração de projeto de pesquisa”

Público alvo: Magistrados

02 de Outubro de 2023



Projeto: “Portas Abertas”

Instituição: Universidade Martha Falcão - Wyden

Magistrado: Dra. Roseane do Vale

04 de Outubro de 2023



Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Universidade Nilton Lins
Magistrado: Dr. Fábio Olintho

04, 11, 18 e 25 de Outubro de 2023



Evento: Curso Credenciado “Novas técnicas processuais na prática do magistrado”
Público alvo: Magistrados

05 de Outubro de 2023



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Martha Falcão - Wyden
Magistrado: Dr. Roberto Hermidas

05 de Outubro de 2023



Evento: Palestra "35 anos de constituição: atualização e debates"
Público alvo: Servidores magistrados

06 de Outubro de 2023



Evento: Congresso “Direito Constitucional”
Público alvo: Servidores e operadores do Direito

10 de Outubro de 2023



Evento: Webinário “Português Jurídico”
Público alvo: magistrados, servidores e acadêmicos

11 de Outubro de 2023



Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Universidade La Salle
Magistrado: Dr. Gildo Alves

16 a 20 de Outubro de 2023



Evento: Júri Simulado
Público alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

18 de Outubro de 2023



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Magistrado: Dra. Clarissa Ribeiro

19 de Outubro de 2023



Projeto: "Gerações"
Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati)
Magistrado: Dra. Nayara de Lima

19 de Outubro de 2023



Evento: Seminário Internacional de Justiça Climática e Direitos Humanos

25 de Outubro de 2023



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Faculdade Boas Novas
Magistrado: Dr. Luís Carlos

26 de Outubro de 2023



Projeto: “Gerações”

Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati)

Magistrado: Dr. Anderson Luiz

26 de Outubro de 2023



Evento: “Neurociência e Tomada de decisão judicial”

Público alvo: Magistrados e servidores

30 de Outubro de 2023



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Martha Falcão -Wyden
Magistrado: Dra. Juliana Arrais

31 de Outubro de 2023



Evento: Premiação da Medalha "Mérito acadêmico da Esmam"
Público alvo: servidores e acadêmicos

1º de Novembro de 2023



Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Universidade Nilton Lins
Magistrado: Dr. Igor Campagnolli

1º de Novembro de 2023



Evento: Curso Credenciado “Novas técnicas processuais na prática do magistrado”
Público alvo: magistrados, servidores e demais interessados

06 a 10 de Novembro de 2023



Evento: Semana Nacional de Conciliação
Público alvo: magistrados e servidores

07 a 30 de Novembro de 2023



Evento: Curso de “Direito Digital Aplicado”
Público alvo: Magistrados e servidores

08 de Novembro de 2023



Projeto: “Portas Abertas”
 Instituição: Universidade do Estado do Amazonas
 (UEA)
 Magistrado: Dr. Otávio Augusto

16 de Novembro de 2023



Evento: “Neurociência e Tomada de decisão judicial”
 Público alvo: Magistrados e servidores

20 a 24 de Novembro de 2023



Evento: Semana da Justiça pela paz em casa
Público alvo: Magistrados e servidores

11 de Dezembro de 2023



Evento: Palestra “A publicidade opressiva e sua influência nos julgamentos dos processos criminais”
Público alvo: Magistrados

11 de Dezembro de 2023



Evento: Encerramento do Curso de Formação para formadores (FOFO)
Público alvo: Magistrados

08 a 17 de Janeiro de 2024



Evento: Lançamento do edital “Curso Preparatório à Carreira da Magistratura”

Público alvo: Acadêmicos de direito

15 a 22 de Janeiro de 2024



Evento: “Inscrição interna para o preparatório”

Público alvo: Acadêmicos e operadores de direito

24 de Janeiro de 2024



Evento: Homologação e convocação para o curso Preparatório à Carreira da Magistratura
Público alvo: Acadêmicos de direito

28 de Janeiro de 2024



Evento: Prova Seletiva "Curso Preparatório à Carreira da Magistratura"
Público alvo: Acadêmicos

31 de Janeiro de 2024



Evento: Resultado da Inscrição Preliminar “Curso Preparatório à Carreira da Magistratura”
Público alvo: Acadêmicos

05 de Fevereiro de 2024



Evento: Abertura das inscrições para mestrado na Universidade de Brasília (UNB)
Público alvo: Magistrados

05, 08 e 09 de Fevereiro de 2024



Evento: Curso Projeto de Pesquisa para mestrado
Público alvo: Magistrados e servidores

19 de Fevereiro de 2024



Evento: Abertura da Supercopa de Júri Simulado
Público alvo: Acadêmicos

19 de Fevereiro de 2024



Evento: Inscrições “Curso Preparatório para Magistrados”
Público alvo: Magistrados

22 de Fevereiro de 2024



Evento: Palestra “Interpretação e Aplicação do Direito”
Público alvo: Acadêmicos

23 de Fevereiro de 2024



Evento: Semifinal da Supercopa de Júri Simulado
Público alvo: Acadêmicos

26 de Fevereiro de 2024



Evento: Final da Supercopa de Júri Simulado
Público alvo: Acadêmicos

29 de Fevereiro de 2024



Evento: Abertura do Ano letivo da Esmam
Público alvo: Magistrados e servidores

04 a 08 de Março de 2024



Evento: Semana pela paz em casa
Público alvo: Magistrados e servidores

06 de Março de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Centro Universitário Fametro
Magistrado: Dr. Saulo Góes

12 de Março de 2024



Evento: Reunião com os coordenadores do curso de Direito
Público alvo: Coordenadores

14 de Março de 2024



Evento: Reunião da Comissão de Heteroidentificação
Público alvo: Membros da comissão

15 de Março de 2024



Evento: Podcast
Público alvo: Livre

18 a 22 de Março de 2024



Evento: Curso Credenciado "Inteligência Artificial na Justiça: Aspectos práticos"
Público alvo: Magistrados e servidores

20 de Março de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Centro Universidade do Norte (Uninorte)
Magistrado: Yuri Caminha

21 de Março de 2024



Projeto: "Gerações"
Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati)
Magistrado: Dra. Roseane do Vale

21 de Março de 2024



Evento: Esmam recebe homenagem da ALEAM
Público alvo: Integrantes da Esmam

22 de Março de 2024



Evento: Aula inaugural do Curso de Preparatório à Carreira da Magistratura
Público alvo: Magistrados e servidores

26 de Março de 2024



Evento: Lançamento do livro “Brasil: Que Brasil é esse?”
Público alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

27 de Março de 2024



Evento: Formação de docentes para o Preparatório
Público alvo: Magistrados

1º de Abril de 2024



Evento: Início do Preparatório à Carreira da Magistratura do Amazonas
Público alvo: Acadêmicos

02 a 10 de Abril de 2024



Evento: Oficina de Design com o canva
Público alvo: Magistrados

03 de Abril de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Instituto Amazônico de Ensino Superior (IAMES)
Magistrado: Dr. João Gabriel

11 de Abril de 2024



Evento: “Gerações”
 Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade(Funati)
 Magistrado: Dra. Mônica Raposo

11 e 12 de Abril de 2024



Evento: Curso “Diálogos Interinstitucionais sobre privacidade e segurança digital”
 Público alvo: Magistrado e servidores

12 de Abril de 2024



Evento: “Esmam nas escolas”
Instituição: Colégio Armando Mendes
Magistrado: Dra. Larissa Padilha

15 de Abril de 2024



Evento: Podcast
Público alvo: Livre

17 de Abril de 2024



Projeto: “Projeto Portas Abertas”
Instituição: Faculdade Santa Teresa
Magistrado: Dra. Naia Moreira

22 a 26 de Abril de 2024



Evento: Curso Credenciado “Depoimento Especial de Criança e Adolescentes do Estado do Amazonas, vítimas ou testemunhas de violência”
Público alvo: Magistrados ou servidores

25 de Abril de 2024



Projeto: “Gerações”

Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati)

Magistrado: Dr. João Gabriel

26 de Abril de 2024



Evento: Encontro “Novas Perspectivas do Direito brasileiro”

Público alvo: Magistrado e servidores

02 e 03 de Maio de 2024



Evento: "Primeiro Congresso Latino Americano de 'Comunhão e Direito'"

Público-alvo: Magistrados, servidores e demais interessados

02 e 03 de Maio de 2024



Evento: "Campanha de arrecadação de leite"

06 de Maio de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
 Instituição: Colégio Lato Sensu
 Magistrado: Dra. Larissa Padilha Roriz Penna

07 e 09 de Maio de 2024



Evento: “Semana de Combate ao Assédio e à discriminação”
 Público-alvo: Magistrados, servidores e demais interessados

08 de Maio de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Faculdade de Ensino Superior Batista do Amazonas (ESBAM)
Magistrado: Dr. Edson Rosas

10 de Maio de 2024



Projeto: "Esmam nas Escolas"
Instituição: CETI Profº Sérgio Alfredo Pessoa Figueiredo
Magistrado: Juíza Larissa Padilha Roriz Penna

16 de Maio de 2024



Projeto: "Gerações"

Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUNATI

Magistrado: Dra. Bárbara Nogueira

20 e 24 de Maio de 2024



Evento: Curso “Racismo, Etnia e Justiça Criminal”

Público-alvo: Magistrados, servidores e demais interessados

22 de Maio de 2024



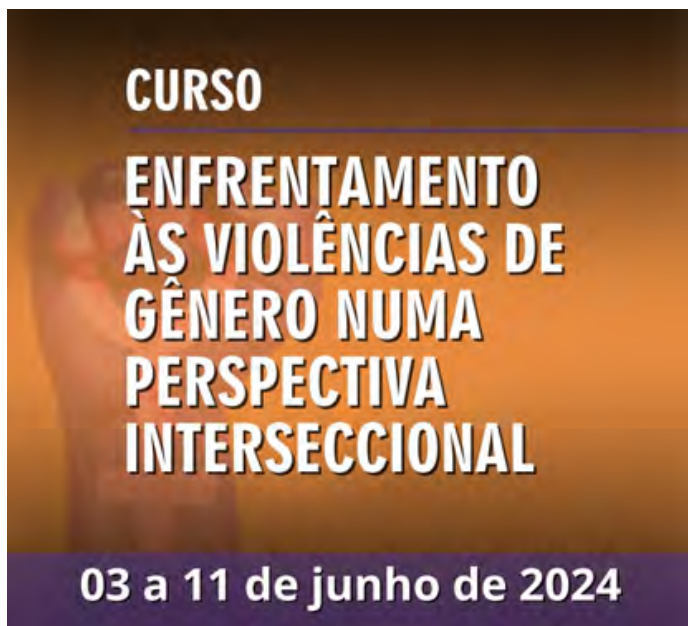
Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Faculdade La Salle
Magistrado: Dr. Diego Cantoário

24 de Maio de 2024



Projeto: "Esmam nas Escolas"
Instituição: Escola Municipal Ana Mota Braga.
Magistrado: Dr. João Gabriel

03 a 10 de Junho de 2024



Evento: Curso Credenciado “Enfretamento às Violência de Gênero numa perspectiva interseccional”
Público Alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

03 a 07 de Junho de 2024



Evento: Semana Nacional dos Juizados Especiais
Público Alvo: Magistrados e servidores

05 de Junho de 2024



Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Magistrado: Dr.^a Mirza Telma

11 de Junho de 2024



Evento: Curso “Linguagem Jornalística e Jurídica: Como evitar ruídos na comunicação?”
Público Alvo: Profissionais da comunicação

13 de Junho de 2024



Evento: Roda de conversa “Combate ao Assédio e à Discriminação contra a população LGBTQIAPN+”
Público Alvo: Servidores, acadêmicos e pessoas trans privadas de liberdade

14 de Junho de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Colégio Estadual Nossa Senhora de Aparecida
Magistrado: Dr. Roger Paz

19 de Junho de 2024



Evento: Podcast
Público Alvo: Livre

19 de Junho de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Magistrado: Dr.^a Juliana Arrais

21 de Junho de 2024



Evento: Seminário “Democracia e Instituições: Crises e Desafios” e lançamento de obras
Público Alvo: Magistrados, servidores e convidados

21 de Junho de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Colégio Estadual João Alfredo
Magistrado: Dr.^a Roseane Vale

25 de Junho de 2024



Evento: Webinar “Linguagem Simples”
Público Alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

27 de Junho de 2024



Projeto: Gerações
Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati)
Magistrado: Dr.^a Scarlet Braga

03 de Julho de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)
Magistrado: Scarlet Braga

08 a 12 de Julho de 2024



Evento: Curso Credenciado "Combate e prevenção à Tortura"
Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

15 de Julho de 2024



Projeto: "Esmam nas escolas" - Interior
Município: Rio Preto da Eva
Magistrado: Dr. Saulo Góes

16 de Julho de 2024



Projeto: "Esmam nas escolas"
Instituição: Centro Educacional Adalberto Valle
Magistrado: Dr. Roger Paz

17 de Julho de 2024



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”
Instituição: Instituto Amazônico de Ensino Superior (Iames)
Magistrado: Dr^a. Dinah Câmara

19 de Julho de 2024



Projeto: “Esmam nas escolas Seduc”
Instituição: Centro Educacional de Tempo Integral Gilberto Mestrinho
Magistrado: Dr. Rafael Cró

22 a 26 de Julho de 2024



Evento: Curso Credenciado “Saúde Mental e Política Antimanicomial”

Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

23 de Julho de 2024



Projeto: “Esmam nas escolas” - Interior

Município: Maués

Magistrado: Dr. João Gabriel Cirelli

26 de Julho de 2024



Projeto: “Esmam nas escolas”
Instituição: Escola Municipal Jorge de Resende
Sobrinho
Magistrado: Dr^a. Dinah Câmara

30 de julho de 2024



Projeto: Esmam nas escolas” - Interior“
Município: Coari
Magistrado: Dr. André Muquy

02 de Agosto de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Escola Municipal Professor Álvaro César de Carvalho
Magistrado: Leonardo Matarangas

07 de Agosto de 2024



Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Faculdade Boas Novas
Magistrado: Rivaldo Norões

09 de Agosto de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Município: Iranduba
Magistrado: Larissa Padilha

10 de Agosto de 2024



Evento: Lançamento do Edital “I Processo Seletivo para a Função de Juiz Leigo”
Público-alvo: Candidatos interessados

12 de Agosto de 2024



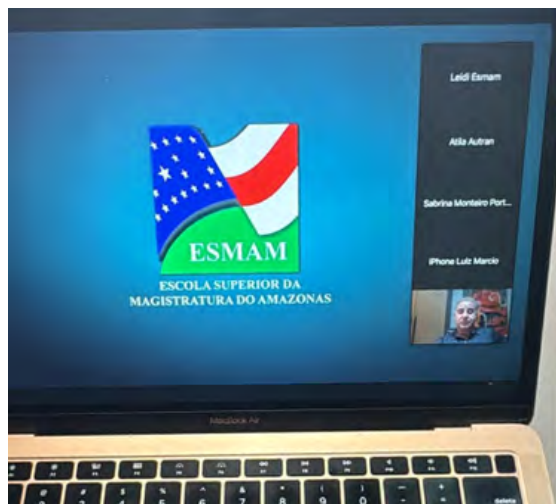
Evento: Prova Oral do Curso do preparatório à
Carreira da Magistratura
Público-alvo: Alunos do curso do preparatório

12 de Agosto de 2024



Evento: Mesa-redonda “Sistema Judiciário brasileiro e povos indígenas: diálogos iniciais para sensibilização, justiça e reparação”
Público-alvo: Servidores

12 a 15 de Agosto de 2024



Evento: Aula do mestrado - modalidade online
Público-alvo: Alunos do mestrado

14 de Agosto de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Faculdade Santa Teresa
Magistrado: Maria das Graças Giulietta

15 de Agosto de 2024



Evento: Podcast
Público-alvo: Livre

16 de Agosto de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Escola Municipal Raymundo Nonato de
Magalhães Cordeiro
Magistrado: Scarlet Braga

16 e 17 de Agosto de 2024



Evento: Aula do mestrado - presencial
Público-alvo: Alunos do mestrado

19 a 28 de Agosto de 2024



Evento: Curso "Aspectos Teóricos e Práticos do Direito Previdenciário"
Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

19 a 30 de Agosto de 2024



Evento: Curso "Direito Ambiental: Princípios e Governança Climática"

Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

20 de Agosto de 2024



Evento: Curso "Ativismo judicial, Direitos Fundamentais e o Futuro da Justiça"

Público-alvo: Magistrados, defensores, servidores e acadêmicos

20 de Agosto de 2024



Projeto: “Esmam de Portas Abertas”

Município: Parintins

Magistrado: Juliana Arrais

21 de Agosto de 2024



Projeto: “Portas Abertas”

Instituição: Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas(CIESA)

Magistrado: Patricia Campos

22 de Agosto de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Município: Parintins
Magistrado: Dr. Otávio Ferraro

23 de Agosto de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Escola Estadual de Tempo Integral
Senador Petrônio Portella
Magistrado: Igor Campagnoli

26 de Agosto de 2024



Evento: Curso "Formação de Tutores no Contexto da Magistratura"
Público-alvo: Magistrados

27 de Agosto de 2024



Projeto: "Esmam nas Escolas"
Município: Manacapuru
Magistrado: Dr. Cláudio Chaves

29 de Agosto de 2024



Projeto: "Gerações"

Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (Funati)

29 de Agosto de 2024



Evento: Curso "Colóquio Ambiental: Brasil e Alemanha"

Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

02 de Setembro de 2024



Evento: Reunião da Comissão de Heteroidentificação
Público-alvo: Membros da comissão

02, 03 e 04 de Setembro de 2024



Evento: Aula online do Curso Preparatório à Carreira da Magistratura
Público-alvo: Alunos do preparatório

04 de Setembro de 2024



Projeto: Portas Abertas
Instituição: Universidade do Estado do Amazonas
Magistrado: Luís Cláudio Chaves

09 de Setembro de 2024



Evento: Abertura da Inscrição do Júri Simulado
Público-alvo: Acadêmicos de do curso de Direito

09,12,16, 18,27 e 30 de Setembro de 2024



Evento: Encontro online - Revista da Esmam
Público-alvo: Servidores da Esmam

10 de Setembro de 2024



Projeto: Esmam nas Escolas
Município: Itacoatiara
Magistrado: Joseilda Bilio

10 e 11 de Setembro de 2024



Evento: EXPOJUD TJAM

Público-alvo: Magistrados e servidores

13 de Setembro de 2024



Projeto: Esmam nas Escolas

Instituição: Escola Gilberto Santos

Magistrado: Ida Maria Costa

13,14,27 e 28 de Setembro de 2024



Evento: Aula do Mestrado - presencial
Público-alvo: Alunos do mestrado

18 de Setembro de 2024



Projeto: Porta Abertas
Instituição: Centro Universitário Fametro
Magistrado: Eliezer Júnior

19 de Setembro de 2024



Evento: Palestra Linguagem Simples
Público-alvo: magistrados, servidores e acadêmicos

20 de Setembro de 2024



Projeto: Esmam nas Escolas
Instituição: Escola Presidente Castelo Branco

25 de Setembro de 2024



Evento: Curso “Controle Judicial sobre a ação policial e prova penal”
Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

25 de Setembro de 2024



Evento: Prática Jurídica do Direito do Consumidor
Público-alvo: Acadêmicos

02 de Outubro de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Nilton Lins
Magistrado: Julline Neres

02,09,16 e 31 de Outubro de 2024



Evento: Aula sobre Direito do Consumidor
Público-alvo: Alunos do curso de Direito da UFAM
Magistrado: Rafael Cró

02 de Outubro de 2024



Evento: "1º Congresso de Pesquisa Judiciária no Amazonas(CPJAM)"

Público-alvo: Magistrados, servidores e estagiários

03 de Outubro de 2024



Evento: Webinar "Alterações e aspectos controvertidos da Lei nº14.905/24 no Código Civil e na Lei de Usura"

Público-alvo: Magistrados e servidores

10 de Outubro de 2024



Projeto: “Gerações”

Instituição: Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUNATI)

Magistrado: Nilo Rocha

11 de Outubro de 2024



Evento: Lançamento do Livro “Comentários à Constituição do Estado do Amazonas”

Público-alvo: Servidores, magistrados e demais interessados

11 de Outubro de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Colégio Josué Cláudio de Souza

15 de Outubro de 2024



Projeto: Sorteio Do Júri Simulado
Público-alvo: Coordenadores, acadêmicos do curso de Direito e demais interessados

16 de Outubro de 2024



Projeto: "Portas Abertas"
Instituição: Universidade Martha Falcão
Magistrado: Bárbara Nogueira

18 de Outubro de 2024



Projeto: "Esmam nas Escolas"
Instituição: Escola Municipal Rural Santa Rosa II

18 e 19 de Outubro de 2024



Evento: Aula presencial do mestrado
Público-alvo: Alunos do mestrado

22 de Outubro de 2024



Evento: Oficina “ChatGpt: Oficina Aplicada à otimização da prestação jurisdicional”
Público-alvo: Magistrado e servidores

29 de Outubro de 2024



Evento: Oficina “Organização de identificadores digitais: Currículo lattes,Orcid e LinkedIn”
Público-alvo: Magistrado, servidores e público em geral

30 de Outubro de 2024



Projeto: “Portas Abertas”
Instituição: Centro Universitário do Norte (Uninorte)
Magistrado: Igor Caminha

31 de Outubro de 2024



Evento: Curso “O uso de I.A na Pesquisa Acadêmica”
Público-alvo: Magistrado, servidores e público em geral

1º de Novembro de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Escola Estadual Professora Hilda de Azevedo Tribuzi

03 de Novembro de 2024



Evento: Prova do Processo Seletivo de Juízes Leigos
Público-alvo: Inscritos no Processo Seletivo

04 a 08 de Novembro de 2024



Evento: Semana da Conciliação
Público-alvo: Servidores e estagiários do Tribunal de Justiça do Amazonas

05 de Novembro de 2024



Evento: Premiação do 1º Concurso Cultural Esmam nas Escolas
Público-alvo: Alunos premiados

05 a 21 de Novembro de 2024



Evento: Curso de Metodologia da Pesquisa Jurídica
Público-alvo: Magistrados, servidores e aos demais interessados

07 de Novembro de 2024



Evento: Premiação do 1º Concurso Cultural Esmam nas Escolas

Município: Rio Preto da Eva

Público-alvo: Aluna premiada na 1ª colocação

07 de Novembro de 2024



Evento: Aula de Direito do Consumidor

Magistrado: Rafael Cró

Público-alvo: Acadêmicos do curso de Direito da UFAM

08 de Novembro de 2024



Projeto: “Esmam nas Escolas”
Instituição: Centro Estadual de Tempo Integral Dr^a
Zilda Arns

08 a 29 de Novembro de 2024



Evento: Curso de Direito Eleitoral
Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

11 a 14 de Novembro de 2024



Evento: Júri Simulado

Público-alvo: Acadêmicos inscritos e público em geral

18 e 29 de Novembro de 2024



Evento: Acessibilidade no Poder Judiciário

Público-alvo: Magistrados, servidores, acadêmicos e operadores do Direito

18 e 19 de Novembro de 2024



Evento: Webinar “Consciência negra e a luta pela igualdade: reflexões, resistências e conquistas”
Público-alvo: magistrados, servidores e público em geral

21 de Novembro de 2024



Evento: Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça & 6º Fórum Fundiário Nacional
Público-alvo: magistrados, servidores e público em geral

28 de Novembro de 2024



Evento: Medalha do Mérito Funcional e acadêmico da Esmam
Público-alvo: Servidores, estagiários e público em geral

29 de Novembro de 2024



Projeto: "Esmam nas Escolas"
Instituição: Centro Integrado Municipal de Ensino Josefina Rosa de Castro

02 e 03 de Dezembro de 2024



Evento: Curso de Extensão “Direito Eleitoral”
Público-alvo: Magistrados, servidores e acadêmicos

04, 06, 13, 16 e 17 de Dezembro de 2024



Evento: Curso “Estudo Críticos de Direito Político”
Público-alvo: Magistrados, servidores e público em geral

05 de Dezembro de 2024



Evento: Medalha do Mérito Acadêmico da Esmam
Público-alvo: Servidores, estagiários e público em geral

09 de Dezembro de 2024



Evento: Webinário “Diálogos Contemporâneos sobre o Direito Animal e Criação dos cães: Aspectos Jurídicos e sua face com o Poder Judiciário”
Público-alvo: Servidores, estagiários e público em geral

10, 11 e 12 de Dezembro de 2024



Evento: 2º Encontro Acadêmico de Magistrados do TJAM

Público-alvo: magistrados

EJUD

ESCOLA JUDICIAL

O PNJLS e o Acesso à Justiça no Amazonas

Atendimento no balcão virtual, TJAM, 2023
Foto: Chico Batista



Oficial de Justiça em
diligência, TJCE, 2023
Foto: Luana Lima



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA JUDICIAL (EJUD)



EJUD capacitou mais de 12 mil pessoas com a realização de 361 eventos no biênio 2023/2024.

A escola alcançou presencialmente, nesta gestão, 100% das comarcas do Estado levando formação para melhorar a prestação jurisdicional, além de aproximar os servidores do Poder Judiciário do Amazonas.

Dirigida pelo desembargador Cezar Luiz Bandiera, a Escola Judicial (EJUD), por meio das atividades realizadas durante o biênio de 2023/2024, promoveu a integração do ensino, pesquisa e extensão em consonância com o Planejamento Estratégico do TJAM e com as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao longo dos dois anos foram mais de 2.352 horas/aulas ministradas em 328 ações formativas realizadas de forma presencial, *online* e autoinstrucional, com a expedição de 12.398 certificados atingindo um total de 6.171 pessoas, sendo 2.251 servidores, 44 magistrados e 886 estagiários.

Durante o biênio, o foco foi promover nos servidores do Poder Judiciário o sentimento de pertencimento e valorização, por meio de uma abordagem que oportunizou o conhecimento prático e presencial, em todas as comarcas do Estado, garantindo assim o ensino de qualidade na formação e um sistema harmônico de excelência técnica e ética, que assegura a melhoria continuada da prestação jurisdicional.

Interiorização

Como forma de superar as barreiras tecnológicas e geográficas no acesso à Justiça das populações amazônicas, o Programa de Interiorização foi criado na atual gestão para fomentar o atendimento jurisdicional com especial atenção para as populações ribeirinhas e indígenas.

Destaca-se, em 2023, a realização do “1.º Encontro de Diretores e Escrivães de Varas de Primeira Entrância”, que reuniu presencialmente, pela primeira vez na história do TJAM, representantes de 46 das 60 comarcas do interior do Amazonas, o que possibilitou um espaço de discussão sobre a realidade do interior e as especificidades de cada região na busca de soluções onde a capacitação dos servidores do Poder Judiciário reflete diretamente na ampliação do acesso à Justiça dos povos amazônicos. Na gestão do desembargador Bandiera, todas as 60

comarcas do interior receberam as ações formativas da Ejud de maneira presencial, capacitando 254 servidores que atuam como portal da cidadania e justiça nos rincões do Estado. Outros pontos que merecem destaque são a descentralização da EJUD, com a inauguração em março de 2024 da primeira subsede da Escola Judicial, na Comarca de São Gabriel da Cachoeira, município mais indígena do Brasil, a criação de banco de tradutores de línguas indígenas e a criação do Protocolo de Atendimento a Povos Originários pelo Provimento Conjunto n.º 01/2024 -EJUD/CGJ-TJAM, garantindo cidadania plena a esses povos.

Ampliando o seu leque de atuação, em junho de 2024, a Ejud e a Central de Justiça Restaurativa lançaram, em Manacapuru, o projeto “Interiorizando a Justiça Restaurativa”, programa que tem o objetivo

de contribuir para o fortalecimento de uma cultura de paz nas escolas, por meio da formação de professores e técnicos que estão na linha de frente do processo da Educação.

Em agosto de 2024, com o objetivo de alcançar os professores de todos os municípios do Estado do Amazonas, o projeto passou a contar também com treinamentos veiculados pelo Centro de Mídias da Seduc, por meio da parceria firmada com a secretaria (ACT n.º 018/2023 -TJAM).

Com os excelentes resultados advindos da iniciativa do Programa de Interiorização, a direção da Ejud inscreveu o Programa como prática na categoria “acesso à justiça” da 21.ª edição do “Prêmio Inovare do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”.

Escola de Governo

Na abertura do Ano Judiciário de 2024, durante a

primeira sessão anual do Tribunal Pleno, o diretor da Ejud anunciou a certificação do Conselho de Educação Estadual (CEE/AM), que a tornou reconhecida como Escola de Governo por meio da Resolução n.º 55/2024 - CEE/AM de 06/02/2024.

Com o credenciamento, a Escola Judicial adquiriu a competência para elaborar, ofertar e executar de forma direta cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, dando início ao curso de pós-graduação Master in Business Administration (MBA) em “Acesso à Justiça e Prestação Jurisdicional na Amazônia”.

A aula inaugural, realizada em julho de 2024, contou com a palestra assíncrona da ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e uma Mesa-Redonda que debateu a “Formação e Desafios do Estado Brasileiro”, mediada pela juíza Anagali Marcon Bertazzo, titular da 2.ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal e

professora do primeiro módulo da especialização. No mesmo mês, em solenidade conjunta, aconteceu a "Aula Magna" de abertura do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Atenção Psicossocial e Direitos Humanos, ministrado em parceria com a Faculdade Arnaldo Janssen (UniArnaldo), para 50 servidores do TJAM da capital e do interior e de órgãos parceiros, e a cerimônia de conclusão do Mestrado em Justiça Administrativa, uma colaboração com a Universidade Federal Fluminense (UFF), que entregou o título de mestre a 18 servidores do TJAM.

Ainda durante a gestão do desembargador Bandiera, ocorreu a cerimônia de diplomação da primeira turma do curso de pós-graduação lato sensu em Poder Judiciário realizada pela Ejud com a coparticipação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com mais de 90 concluintes, entre magistrados e servidores do

TJAM. A Especialização é fruto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) n.º 24/2021 celebrado entre os dois órgãos.

Parcerias Institucionais

Durante o biênio 2023/2024, a Escola Judicial celebrou importantes parcerias visando o intercâmbio acadêmico, científico e cultural com outras instituições de ensino como o Centro Universitário Fametro que permitiu realização do "Projeto Acesso à Justiça nas Faculdades" (ACT n.º 046/2023-TJAM), assinado em agosto de 2023, bem como com a Faculdade Santa Tereza e com a Universidade do Estado do Amazonas (ACT n.º 018/2023 -TJAM).

Com a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep/TJAM) a Ejud promoveu o "Programa Longevivendo", para servidores do Poder Judiciário que

estão em fase de transição de carreira promovendo ações de cuidados com a saúde, envelhecimento ativo, educação financeira e previdenciária.

Para ampliar a divulgação das ações educacionais realizadas e aproximar o cidadão do Poder Judiciário por intermédio da difusão das atividades desenvolvidas, a Escola assinou com o Sistema Encontro das Águas, Emissora Pública de Rádio e Televisão do Amazonas, um ACT 26/2024-TJAM.

Por meio desta parceria, a Ejud lançou a segunda temporada do Podcast “Pensar Direito” fornecendo à população informações sobre acesso à justiça e cidadania, além de divulgar os eventos e cursos realizados, tudo isso utilizando a linguagem simples e objetiva dos meios de comunicação.

Aniversário de 14 anos da EJUD

O início de 2024 foi marcado pela inauguração da Galeria de Diretores da Ejud e a Linha do Tempo, um trabalho de resgate histórico das atividades desenvolvidas ao longo de 13 anos. A coleta de dados foi realizada pelos servidores Elisângela Araújo, Igor Braga, Marcus Vinícius e Nicolle Brito, que atuam na Divisão de Comunicação da Escola, com auxílio, da servidora Wiulla Garcia, que integrou, por cerca de 10 anos, a equipe da então Escola de Aperfeiçoamento do Servidor (Eastjam, antiga denominação da EJUD).

Ainda no bojo das comemorações do aniversário da Escola Judicial, que é celebrado em 18 de junho, ocorreu na Sessão do Tribunal Pleno o lançamento do slogan comemorativo: “EJUD: Preparando o Judiciário do Amazonas para o futuro” com apresentação de um vídeo institucional das atividades e do selo comemorativo dos

14 anos. No mesmo dia, em cerimônia com presença de ex-diretores e servidores, foi feita uma homenagem a magistrados e servidores que participaram da trajetória da Escola.

Prêmio Nayde Vasconcelos

Em janeiro de 2024, a Ejud lançou o edital da 2.^a edição do “Prêmio Desembargadora Nayde Vasconcelos”, concurso voltado para a produção científica das mulheres. Nesta edição, trabalhos das cinco regiões do país concorreram a premiação que foi de R\$ 20 mil, divididos em 4 categorias, sendo elas: "Acesso à Justiça, Gestão de Processos e Credibilidade Institucional", "Sistema de Justiça e Inovações Tecnológicas", "Direito e Sustentabilidade" e "Sistema de Justiça e Sociedade: debatendo as políticas judiciárias articuladas aos desafios contemporâneos".

Cadastro de Instrutores e de Produção Acadêmica, Literária e Artística Priorizando a contratação de instrutores internos, como forma de valorizar o servidor do TJAM que investiu na carreira acadêmica, a Escola Judicial, na gestão do desembargador Bandiera, abriu processo seletivo para seleção de cadastro de instrutor interno e ações educacionais por meio do edital n.º 002/2024 - EJUD.

Além de criar um cadastro de instrutores internos, a iniciativa permitiu a criação de um banco de propostas de cursos e ações formativas para com temas alinhados com os eixos estratégicos da EJUD, com as resoluções e recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, nos termos da Resolução n.º 144/2023 e Portaria n.º 351/2023, ambas do CNJ. Outra ação de valorização do público interno foi a instituição o

“Repositório de Produção Acadêmica, Literária e Artística” dos servidores e magistrados do TJAM. Todo o material do repositório está armazenado e disponível no site da Ejud garantindo assim a preservação da memória, da produção acadêmica, científica e cultural, com as especificidades do trabalho profissional, expressões pessoais e as regionalidades amazônicas vivenciadas pelos servidores e magistrados que atuam no Poder Judiciário Amazonense.

Trilha da Inovação

No âmbito da Inovação, a EJUD, em parceria com o Manaus Tech Hub, espaço de inovação aberta do Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia, realizou o projeto “Trilha da Inovação” em setembro de 2023. O evento proporcionou aos servidores, magistrados e estagiários uma imersão no universo da inovação e

tecnologia, apresentando também as formas em que elas podem se conectar com o dia a dia do trabalho no Poder Judiciário. As três melhores soluções inovadoras criadas na maratona tecnológica “Hacka for Justice”, foram premiadas pelo Tribunal de Justiça.

Café com Gestores

Mantendo seu objetivo institucional de atualizar e aprimorar a aplicação do conhecimento no âmbito do Poder Judiciário, a Escola, em cooperação com a Consultoria Singulari, realizou o “Café com Gestores”, um curso direcionado aos diretores de unidades judiciais da Comarca de Manaus que promoveu o intercâmbio e a troca de experiências dos servidores que atuam em cargos de chefia para lidar com as equipes de trabalho de forma assertiva, melhorando a comunicação e o feedback, trazendo assim mais agilidade nas respostas

ao cidadão.

Migração Projudi

Com a unificação de sistemas adotado pelo TJAM, que passará a utilizar como única ferramenta para a gestão de processos nas unidades judiciais do Amazonas o Projudi, software mantido pelo CNJ, coube a Escola Judicial a missão de treinar os servidores e magistrados na chamada “Migração do Projudi”. Para tanto, a Escola preparou uma formação específica dividida em duas partes, sendo a primeira etapa com 84h/aula realizada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), de forma auto instrucional, e a segunda com Workshops com 12 horas de formação presencial.

Coral

O Coral da Ejud foi criado na gestão do desembargador Cezar Bandiera, compondo o eixo de Qualidade de Vida,

que busca auxiliar o Poder Judiciário amazonense a contemplar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme compromisso assumido pelo Judiciário brasileiro. O coral já coleciona mais de 70 apresentações em eventos do próprio TJAM e de órgãos parceiros.

Liga dos Estagiários

Em 2023, a Escola anunciou a criação da “Liga de Estagiários da Justiça do Tribunal de Justiça do Amazonas” (LEJ/TJAM) uma associação de caráter científico em forma de projeto de extensão para fomentar o aprofundamento dos estagiários nos temas interdisciplinares presentes na prestação de serviços diários, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades técnicas, além de raciocínio ético, crítico e

reflexivo.

Os estagiários selecionados por meio de edital participaram ao longo do ano de diversos encontros e atividades de ensino, pesquisa e extensão da Liga, entre eles a visita institucional ao “Complexo Penitenciário Anísio Jobim” (COMPAJ) e ao “Centro de Detenção Feminino” (CDF), situados na rodovia BR-174, contabilizando um total de 100 horas anuais. A iniciativa pioneira chamou atenção de outros Tribunais do país, como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS).

Outras atividades

Ao longo do biênio a Escola Judicial encampou causas sociais de enorme relevância, proporcionando importantes debates e eventos sobre saúde mental e pessoas em conflito com a Lei, o combate à violência doméstica, a diversidade sexual, compliance e

acessibilidade.

Outra frente de atuação da Ejud é a liberação de servidores para a participação em eventos externos de atualização e aperfeiçoamento. Foi autorizada a participação em 22 eventos externos para mais de 100 servidores de diversas unidades do TJAM, fortalecendo o compromisso da Escola em promover o aperfeiçoamento e atualização continuada dos servidores do TJAM.

Acessibilidade

Dentro do Eixo de Grupos Prioritários, a Escola Judicial realizou no biênio 2023-2024, um total de 17 atividades formativas voltadas especificamente para temáticas de acessibilidade. As ações atendem recomendações do CNJ, bem como ao planejamento estratégico do TJAM. Destacam-se entre as ações, a realização dos cursos de

EJUD

Libras Básico, Intermediário e Avançado que já formaram 9 turmas de servidores capacitados a usar a Língua Brasileira de Sinais nos atendimentos do TJAM. Em dezembro de 2023, foi realizada a palestra “Acessibilidade à Pessoa com Deficiência” que reuniu de forma online 422 servidores, estagiários e magistrados do TJAM no atendimento adequado a esse público. Em 2024, a Escola realizou a Abertura do Ciclo de Acessibilidade, compondo a programação do evento, aconteceu uma roda de conversa entre servidores do TJAM com deficiência e que compartilharam desafios enfrentados em suas atividades cotidianas.

EXPEDIENTE DO RELATÓRIO DE GESTÃO BIÊNIO 2023-2024

Editor responsável

Afonso de Souza Júnior

Assessor de Comunicação Social do TJAM

Compilação de Conteúdo

Patricia Ruon Stachon

Terezinha Torres

Vanessa Brito

Revisão Gramatical

Patricia Ruon Stachon

Fotografia

Francisco Batata

Raphael Alves

Marcus Phillipe

Projeto Gráfico e Diagramação

Everson Santiago

Publicação disponibilizada exclusivamente no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), de forma gratuita, em atendimento aos parâmetros de sustentabilidade e economicidade, ampliando a transparência institucional.

ASCOM - Av. André Araújo, S/N.º, Aleixo - Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes, 1.º andar - Manaus, Amazonas - CEP: 69060-000

Contato: (92) 99316-0660 / 2129-6771

E-mail: divulgacao@tjam.jus.br

Balcão virtual: <https://meet.google.com/ysm-pgmf-jwb>





PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAPÁ**